

1. Freguesia de Santo André de Mafra

É a partir da Reforma Jurídico-administrativa do ano de 1855, que o Concelho de Mafra toma as suas extensas fronteiras geográficas, tal como hoje se conhecem. ¹

A Freguesia de Santo André confrontava-se, a Sul, com as Freguesias de Igreja Nova, S. Miguel de Alcaíça e Cheleiros; a Este, com a Freguesia do Gradil; a Norte e a Nordeste com as Freguesias de Santo Isidoro e Sobral da Abelheira; a Oeste com as Freguesias da Ericeira e da Carvoeira.

Conforme sede de um Concelho, é-lhe reconhecida uma feição de urbanidade, possuindo dois núcleos populacionais centrais: a antiga Vila medieval de Santo André ² (Séc.XIV-XVIII), que distava da parte frontal do Real Convento (Séc. XVIII) para Oeste pouco mais de um quilómetro, estendendo-se por múltiplas localidades. E um outro, no próprio Edifício e zonas adjacentes, ³ que o circundam, estendendo-se a Norte, seguindo a antiga estrada principal, ⁴ em direcção a inúmeros povoados e às Freguesias que se situam a Norte e a Este.

Na zona Este, a Vila e o seu majestoso edifício estavam circunscritos pelo magnífico Jardim do Cerco e pela Real Tapada, hoje uma Reserva Natural do País.

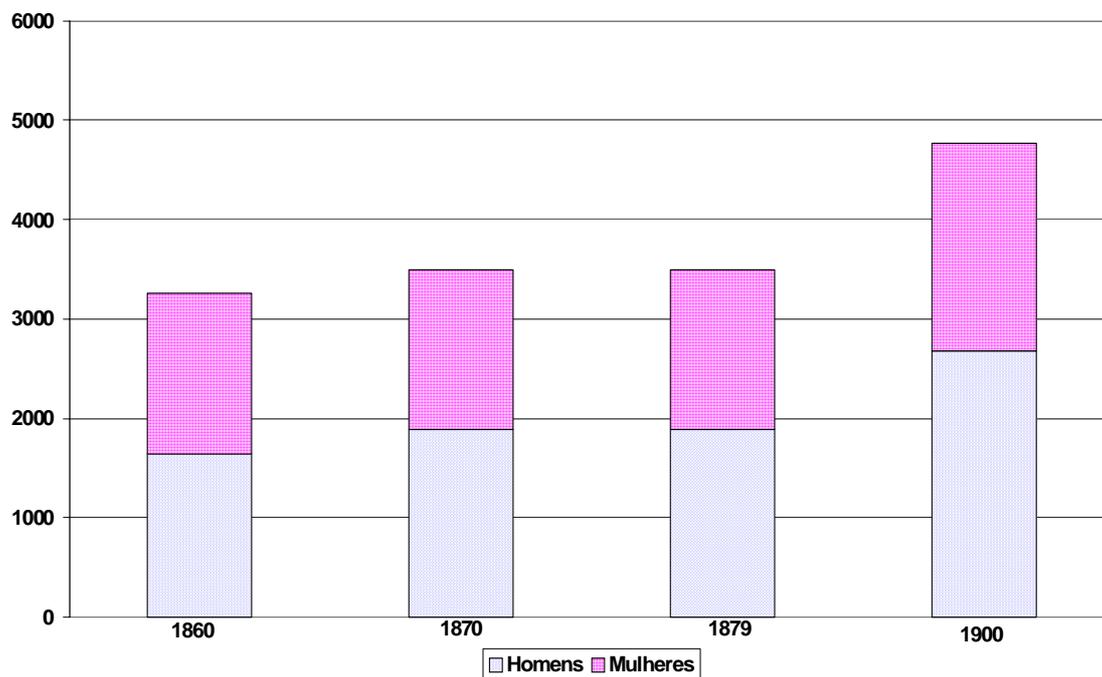
É a Freguesia que possui a maior amplitude geográfica do Concelho.

Após esta breve contextualização, colocam-se as seguintes questões centrais:

Quem era a população da Freguesia de Mafra na segunda metade do século XIX?

Como se desenrolou a escolarização das crianças nesta Freguesia?

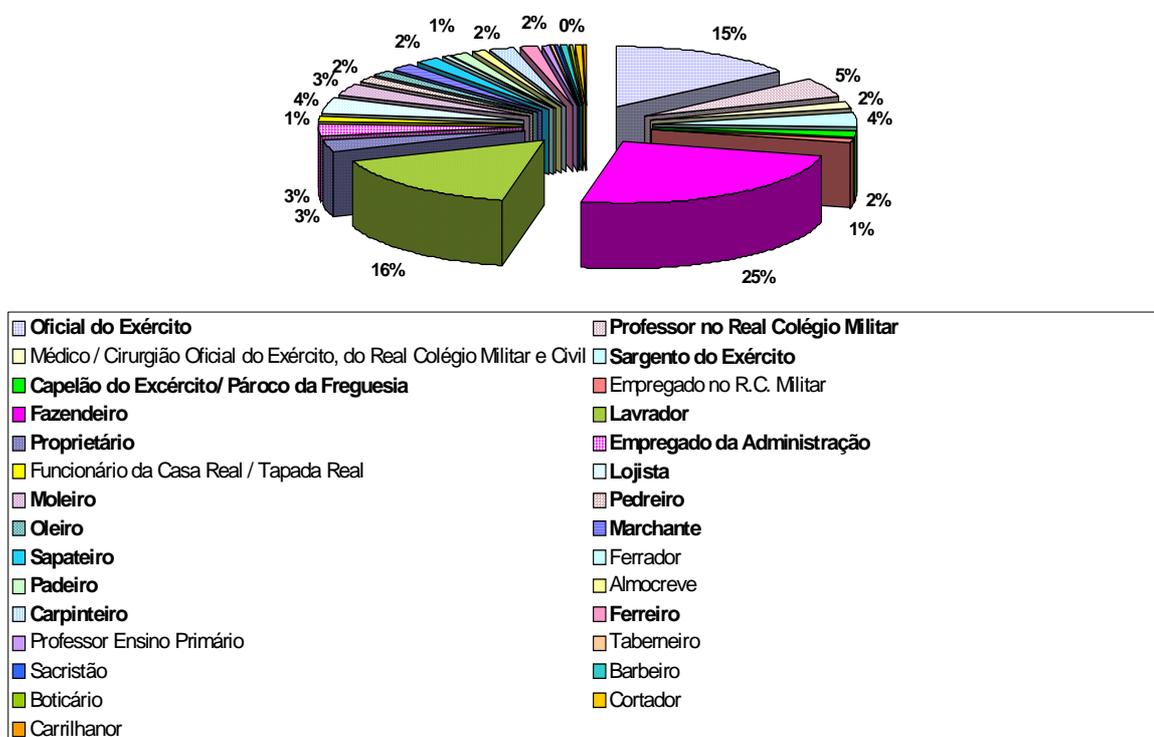
Gráfico n.º 23 – A população da Paróquia de Santo André de Mafra de 1860 a 1900



Fontes: A.H.M.M. – *Mapa Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra em Relação à sua População nos anos de 1860 / 1870 / 1879*; *Censo da População do Reino de Portugal – no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento da População Geral) – Vol. III, Lisboa, Topografia «A Editora», 1906, p. 176.

Os dados constantes do gráfico elucidam-nos sobre o ligeiro crescimento populacional desta Freguesia entre a década de 60 a 70 do século XIX, sofrendo poucas alterações nas décadas subsequentes. Entre a década de oitenta até ao limiar de 1900, apresentou novo crescimento populacional, não chegando a atingir cinco mil habitantes.⁵

Gráfico n.º 24 – As profissões na Freguesia de Santo André de Mafra anos de 1856-1859



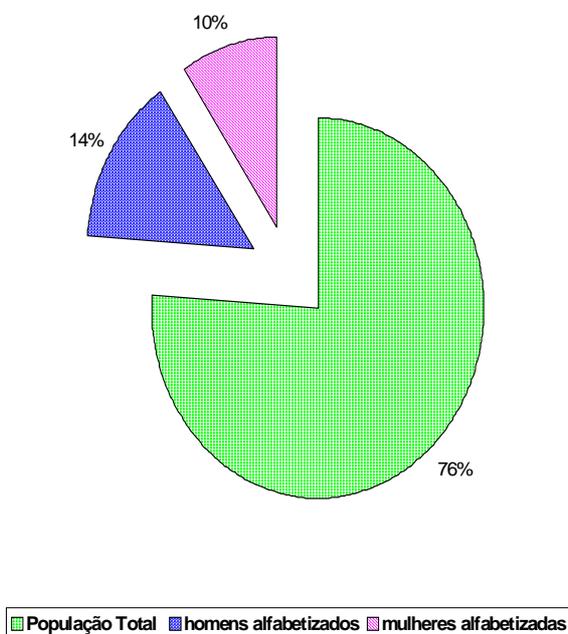
Fonte: A.H.M.M – *Lv. de Eleitores e Elegíveis* - anos de 1856 a 1859

Uma parte significativa da população activa (41%) encontrava-se ligada à vida do campo, sendo constituída por fazendeiros e lavradores. Os oficiais militares representavam 15 % da população, cumulativamente com os professores do Real Colégio Militar (5 %), revelando 20% de uma classe letrada e influente mas instável e transitória. Oito grandes proprietários representavam 3 % da população, em igualdade ⁶ com os moleiros e funcionários da Administração (da Fazenda, Juiz de Direito e da Paz, do Palácio e da Real Tapada de Mafra), nomeadamente, o administrador, escrivães, almoxarife, empregados da Real Tapada e do Palácio. Outras profissões, como médicos e cirurgiões, boticários, padeiros, vários lojistas, sapateiros, marchantes, ferreiros, barbeiros, carpinteiros, pedreiros, comerciantes, almocreves, entre outros, reflectem grande diversidade do tecido social e sugerem o ambiente urbano na Vila de Mafra. ⁷

O nível de instrução da população

No Censo de 1900, lê-se que, na Freguesia de Mafra, existiam 987 fogos e uma população de 4.769 habitantes, sendo 2.681 indivíduos do sexo masculino e 2.088 do sexo feminino. Em relação ao grau de instrução, sabiam ler 902 homens e 601 mulheres.

Gráfico n.º 25 – Alfabetização da população – Freguesia de Santo André – ano de 1900



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal* – no 1º de Dezembro de 1900 (Quarto Recenseamento da População Geral) – Vol. III, Lisboa, Topografia da «A Editora», 1906, p.p. 176 -177

Entre o ensino público e a escola particular de meninos na Freguesia de Santo André instituída por El-Rei D. Pedro V - ano de 1855

«(...) e tenho a simplicidade de acreditar que as Escolas, - quando as escolas preencherem em Portugal a sua grande missão religiosa, moral e política- hão de formar a sociedade em que espero viver os meus ultimos dias.»⁸

D. Pedro V

A escola e a cultura liberal, segundo o Rei D. Pedro V

«(...) Ao fundador pertence o pensamento bom ou mau, segundo aquelles que creêm ou deixam de crêr na utilidade de evangelização do ensino elementar.(...) Depois pareceu-me que a civilização batte a todas as portas e que ella pede esmolla a todos. Pareceu-me que o progresso dá obra para todos, e reclamei para mim tambem o nome de operario.»⁹

D. Pedro V

A grande viragem no ensino “público” desta Freguesia ocorre quando o Rei D. Pedro V assume a Regência do Reino e estabelece a Escola Real, no ano de 1855, na Vila de Mafra.¹⁰

Segundo D. Pedro V, a Escola assiste um espaço de socialização universal. Uma pequena democracia que vai gerar uma nova aristocracia, esbatendo-se as diferenças entre a condição social e a fortuna. Desde tenra idade, os filhos de ricos ou pobres, de nobres, de burgueses, de operários ou dos trabalhadores, habituam-se a conviver sem distinção, perante a justiça do mestre que estabelece a disciplina na sala de aula. A inteligência da criança é, por analogia, uma «página branca» em que se inscreve o saber, em que todos os discípulos terão de mostrar aptidão perante o professor:

«(...) Julguei que a escola devia ensinar aos homens a união ensinados-lhes a necessidade, que elles, e qualquer que seja a sua posição reciproca, têm uns dos outros. Julguei que o primeiro passo dado para este fim, era fazer com que elles se conhecessem desde a infancia, sem que os afastassem sem as distincções a que tão geralmente se liga a tão funesta ideia de separação. Assim procurarei que aquelles que no mundo acham bastante occasião de fazer sentir no que se tem de necessario ou de irritante as distincções do nascimento, do acaso ou da fortuna, fossem eguaes diante da justiça do Mestre e da disciplina escolar.

Considerarei as intelligencias dos alumnos como paginas brancas, entre as quaes se distinguem aquellas em que mais rapidamente ou melhor podesse escrever o Mestre. Considerarei a escola como uma pequena democracia, do seio da qual, a cada momento, nasce uma aristocracia.» (D. PedroV, 1858).¹¹

O mestre assume uma posição central no ensino, que substitui a família no ¹² cumprimento da instrução e da educação da criança, como refere D. Pedro V: «(...) Para os Mestres, para que os que em nome da religião e da sciencia substituíram a familia no mister da educação, peço a gratidão dos seus discipulos.»¹³

A escola pública de meninos na Vila de Mafra, entrava em agonia perante a ¹⁴ filantropia de um rei liberal que confiava «na regeneração do povo, que se diz rude» e que tinha como propósito «arrancar ao Estado» o «serviço (de) abrir mais uma escola»,

porquanto a «civilização começa(va) a identificar-se com os hábitos populares, com a indole mesma dos povos».¹⁵

No ano lectivo de 1855, era o professor Bartolomeu José Marques Proença, quem regia a Cadeira Pública de Ensino Primário, na Vila de Mafra. Sobre o adiantamento dos meninos que a frequentavam, o rei referia: «(...) Recordarei a origem da Eschola, em que se fundiu quasi de immediatamente a antiga aula regia. D **’ella recebeu um contingente valioso de alunos medianamente desenvolvidos**, e destes, saiu, nos primeiros tempos, grande parte dos candidatos ás distinções escolares.»¹⁶

Para entender-se esta asserção, propomo-nos reconstruir a evolução do currículo escolar e os níveis de aprendizagens realizadas pelos alunos. Para tal fim, socorremo-nos dos *Livros de Matrícula dos Alunos da Escola Real de Mafra*, distinguindo os alunos matriculados nos anos de 1856 e de 1880.

Enfatiza-se que, em relação à Escola Real de Mafra, o seu Professor-director dava as seguintes informações, no Inquérito alusivo à Circular de 9 de Julho da Inspeção do Ensino, no ano de 1885:

«(...) 1º *Data e qualidade do seu provimento* - **A Escola que dirijo é particular e mantida às expensas de El Rei D. Luís; e com quanto substitua a que a Câmara aqui devia ter para o ensino Complementar, a minha nomeação não hé official, mas sim feita por El Rei** no dia 10 de Setembro de 1867. (...) 2º - *Se V. Ex: soffreu algumas das penalidades citadas no art.º 40 da Lei de 2 de Maio de 1878, e em que formalidades foi imposta a pena no caso affirmativo* - Nunca soffri penalidade alguma por faltas commetidas, no desempenho dos meus deveres. 3º - *Se soffreu descontos no vencimento e com que fundamento*- Nunca soffri descontos. 4º - *Se tem recebido integralmente seu vencimento* – Integralmente, e até mesmo antes de findar o mez. 5º - *Se o delegado parochial visita a escola e como é geralmente reputado o serviço deste funcionário no tocante á obrigação de ensino*- Visita-a amiudada vezes, e o seu serviço é muito regular, porquanto, procura constantemente, pelos meios suavorios, que o maior numero possivel de crianças frequente as escolas.(...)».¹⁷

Esta instituição firma-se em aspectos organizacionais distintos e complementares, que lhe imprimiam natureza *sui generis*. Relativamente à população-alvo que servia, no cumprimento da escolaridade explícitos no sistema legislativo ¹⁸ vigente, emanado pelo Governo (sistema bicameral – a Corte - Câmaras dos Pares e dos Deputados) foi fundamentalmente pública. Quanto aos intervenientes, estatutos próprios, nomeação de professores e sustentação financeira, da competência do poder Régio, assume um cariz privado.¹⁹

No que concerne ao ensino público, seguir-se-á a metodologia adoptada para as restantes Freguesias.

Primeiro período estatístico – anos de 1849 a 1879

«(...)Os trabalhos estatísticos são transcriptos em livro adaptado com relação aos diversos ramos da administração litteraria (...) e servir de base aos seguintes resultados gerais: 1.º o número das Escólas primarias para ambos os sexos, comparado com o numero dos conselhos municipaes, e freguezias anexas. 3.º O numero de alumnos de ambos os sexos, que frequentam as Aulas publicas e particulares, comparando com o numero e movimento da povoação local e geral. 4.º o adiantamento ou atrasamento dos estudos, e o progresso ou decadencia das letras, (...). 5.º A despeza geral de cada um dos ramos de ensino e Estabelecimentos de instrucção. 6.º O estado de execução das leis e regulamentos, e os seus respectivos resultados. 7.º - Os defeitos de organização e administração, ou legislação litteraria e disciplinar, ou economica, e as providencias de repressão ou reforma, necessarias para os melhoramentos devidos. A organização da estatistica parcial é regulada por meio de programmas e mappas uniformes a respeito dos estabelecimentos semelhantes. Todos os mezes devem os Delegados do Conselho Superior de Instrucção Publica, participar-lhe o movimento da administração e inspecção litteraria.»²⁰

Relativo ao período decorrente entre o ano de 1849 e o de 1879, achámos a média de alunos matriculados e/ ou em frequência, partindo dos dados fornecidos nos *Mapas Estatísticos das Escolas Primárias Existentes no Concelho de Mafra*.²¹

Para a melhor compreensão destes estudos, circunscreveram-se os períodos entre quatro, cinco e sete anos, alargando-se a margem de três anos previstos para aprendizagem das Primeiras Letras nas divisões de Ensino Elementar Primário (as classes «III, II e I»).

Tivemos ainda em conta que, no caso da Freguesia de Mafra, existem informações, embora irregulares, para o ensino público de meninos, que se reportam do ano de 1849 até à abertura da Escola Real (1855), em que a escolarização do sexo masculino se transfere da escola pública para aquela instituição privada.

Quadro n.º 15 – A rede escolar da Freguesia de Santo André 1849 – 1860

Ano	Freguesia	Escolas Públicas				Escolas Particulares			
		Sexo masculino	N.º	Sexo feminino	N.º	Sexo masculino	N.º	Sexo feminino	N.º
1849	Santo André	1	31	-----	-----	-----	-----	-----	----
1850			46			1	18	2	26
1854			83			-----	-----	-----	----
			Média			53,3	-----	-----	-----
1857		-----	-----	1	30	1	83	1	12
1858					40		85		18
1859					46		82		18
1860					49		82		--
			Média	41,2	Média	83	Média	16	

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia de Santo André de Mafra - C.P.4 - E-28 / Mapa Geral Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra - anos de 1849 a 1860*

Entre os anos lectivos de 1849 e 1855, a Freguesia de Mafra dispunha de uma escola pública, que matriculou e escolarizou aproximadamente uma média de 53,3 meninos por ano. Em três escolas particulares estavam matriculadas 44 crianças. No ano lectivo de 1850, estavam matriculados no ensino particular 28% dos meninos e, na escola pública, 72%. No caso, nota-se um crescimento na frequência de meninos na escola pública, em razão directa da extinção do ensino particular. Contudo, em 1855 a escola particular de Sua Majestade virá a absorver a totalidade dos alunos que a frequentavam. Pela mercê régia torna-se numa escola de frequência gratuita, tendo a mesma natureza da escola pública. No que concerne ao ensino elementar das meninas, até ao ano de 1857, as famílias apenas encontravam resposta para a sua procura em duas escolas particulares existentes na Freguesia.

Para o período de 1860 a 1879, a escolarização das crianças da Freguesia apresentava os seguintes dados:

Quadro n.º16 – Crianças matriculadas nas Escolas de Ensino Primário existentes na Freguesia de Santo André – anos de 1860 – 1879

Anos Período	N.º médio de alunos	N.º médio de alunas
1861 - 1865	87,6	60,8
1866 - 1871 ²²	87,6	61
1872 - 1879	102,8	80,2

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Freguesia de St.º André de Mafra – C.P.4 – E-28 / Mapa Geral Estatístico da Instrução Primária e Secundária no Concelho de Mafra – C.P. 6 – E-28 – anos de 1856 a 1879*

De 1861 a 1879, período de tempo correspondente a dezoito anos, o rácio de crianças de ambos os sexos com matrícula e frequência escolar, quer nas escolas públicas quer nas escolas particulares, foi de 251 alunos por ano, sendo 196 crianças do sexo masculino e 54,8 do feminino.

Enfatiza-se o papel de relevo que a Escola Real de Mafra desempenhou na escolarização dos meninos ao nível do Ensino Primário Elementar. Um número

crecente de alunos procurou aquela escola, atingindo um auge de frequência no ano de 1878, com 119 alunos matriculados.

Em relação ao ensino das meninas, pode afirmar-se que a adesão ao ensino público foi integral, até ao ano de 1874. Mas, no ano de 1875, enquanto 50 % das meninas frequentava a escola pública, outro tanto já recorria à escola particular. No ano seguinte, em 1876, nova incidência na preferência das famílias pelo ensino público: 72% das meninas na escola pública, e só 26,4 % em escolas particulares.

Nesta Freguesia, o ensino particular colmatou a falta da escola pública de meninas, até ao ano do seu estabelecimento, em 1857. Outra escola particular viria a protagonizar um papel de relevo no ensino dos meninos, substituindo-se à escola pública, com grande adesão das populações locais e Freguesias circunvizinhas.

Tempo de mudança na escola pública do sexo masculino

Da classe de meninos da antiga Escola Régia para a Escola Real de Sua Majestade El-Rei D. Pedro V – anos lectivos de 1856 a 1858

Ao gizar a reconstrução do percurso escolar dos alunos, partimos dos *Livros de Matrícula da Escola Real de Mafra*, das dissertações do Rei D. Pedro V, nas cerimónias de distribuição de Prémios aos alunos da Escola Real de Mafra e dos *Relatórios* do desenvolvimento escolar na Escola Real de Mafra (1856-1860).

Outras fontes são constituídas por informações várias prestadas pelos Professores-directores à Inspeção do Ensino, exames e o Regulamento Oficial expresso na Lei Geral do Ensino Primário (as Reformas de Instrução Primária).

Referia o Rei D. Pedro V, acerca dos modos de ensino empregues na Escola Real de Mafra:

«(...) Era impracticavel o ensino simultaneo, na sua accepção mais rigorosa, com uma população, que raras vezes desceu a setenta alumnos, deseguaes na idade, tendo de repartir-se por um numero excessivo de classes, desde o alfabeto até ás noções elementares da geometria aplicada. Era difficil estabelecer o ensino mutuo, defectivo em si, mas necessário nas aulas superabundantemente povoadas, sem que grande parte do tempo se gastasse no labor incessante de formar decuriões. Fazer dos decuriões, ao mesmo tempo, um elemento de decomposição do ensino e uma aristocracia amovivel contemplando o sistema disciplinar, são necessidades que, de algum modo se prejudicam, e que não é de admirar que dessem resultado o crear uma grande actividade na instrucção de uma minoria selecta de alumnos, em prejuizo do aproveitamento das classes mais atrazadas. Pode censurar –se o systema que , em verdade, exporia ao risco de privar mais e mais de uma base solida a instrucção das ultimas classes.»²³

Na Escola Real de Mafra, qualquer dos modos de ensino, o Modo Simultâneo ou o Modo Mútuo, não eram utilizados na sua pureza, porquanto nenhum dos sistemas satisfazia, por si só, as necessidades reais do ensino das classes numerosas. Assim, optaram por uma metodologia própria, importando de um método e de outro o necessário para o melhor andamento dos estudos.

As crianças desta Freguesia faziam exames desde o ano de 1856.

Os Modos de ensino e a apropriação dos alunos

Quadro n.º 17 – Síntese das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos matriculados no ano de 1856

Níveis de apropriação do currículo escolar – Nível Elementar											
(77 alunos – até ao mês de Maio de 1856)											
Leitura	n.º	%	Escrita	n.º	%	Aritmética	n.º	%	Catecismo	n.º	%
Não lê	4	5	Não escreve	9	12	Nada	13	17	Nada	14	18
			Escreve rudimentos; (hastes; letras; palavras)	22	28,5	Operações até à multiplicação	16	21	2.ª classe	1	1
Até à divisão (inclusive)	5	6				3.ª classe	1	1			
Conhece letras; Lê mal ou soletra	11	14							4.ª classe	8	10
Lê sofrível	22	28,5	Escreve Sofrível; (bastardo)	24	31	4 operações sobre inteiros e dizima	15	19	5.ª classe	9	12
Lê bem	40	52	Escreve bem; cursivo	22	28,5	4 operações sobre complexos; sistema métrico	16	21	6.ª classe	9	12
						Fracções; pesos; capacidade; juro	12	15,5	7.ª classe	6	5
									8.ª classe	4	4,3
									Concluiu	25	32
Total	77	94,5	Total	77	88	Total	77	82,5	Total	77	81

Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra - Freguesia St.º André de Mafra - Séc. XIX*

No nível do Primeiro Grau do Ensino Primário, a maioria aprendeu a ler, representando 94,5 % do universo dos alunos que frequentaram a classe de 1856. Destes discípulos, 14% lia letras ou soletrava; 28,5% lia com má entoação e 52% lia correctamente. Em relação aos níveis de apropriação da escrita, refere-se que 28,5% dos

alunos apenas escreviam rudimentos, letras ou palavras, e 60 % redigia no universo dos discípulos da classe.

Em aritmética, 82,5 % dos alunos apreendeu níveis diversificados do objecto de ensino: 21 % assimilou as operações básicas (da adição e subtracção) de inteiros, e 6% aprendeu a multiplicar. Para as 4 operações sobre inteiros e decimais, estas foram apreendidas por 21 % do universo dos alunos da classe. Em relação aos mais adiantados 17,2 % aprendeu o sistema métrico e as quatro operações sobre complexos, 15,5 % dos alunos sabia resolver o sistema fraccionário, medidas-pesos, capacidade e regras de juro e companhia. Em relação ao catecismo, 81% dos alunos estudou e apreendeu a matéria em diferentes níveis: 32% dos alunos concluiu o catecismo, 13% na 8.^a e 7.^a classes, 24% na 5.^a e 6.^a classes, 12 % estacionou na 4.^a e 3.^a classes. E 1% dos alunos aprendeu rudimentos, na 2.^a classe.

Quadro n.º 18 – Síntese das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos – ano de 1856

Níveis de apropriação do currículo escolar – Pós-elementares																				
(93 alunos – até ao mês de Dezembro de 1856)																				
Hist. Sag.	n.º	%	Gramát.	n.º	%	Hist. Port.	n.º	%	Des. Lin.	n.º	%	Geog.	n.º	%	Moral / Civil	n.º	%	Física	n.º	%
Iniciou	1	1	Iniciou	4	4,3	Princ.	1	1	1. ^a classe	6	6,4	Iniciou	2	2	Conc.	9	9,6	Conc.	8	8,6
Velho Test.	1	1	1. ^a classe	3	3,2	2. ^a época	3	3,2	2. ^a classe	1	1	Conc.	13	13,9						
Conc.	45	48	2. ^a classe	4	4,3	Conc.	25	26,8	Conc.	15	16									
			Conc.	24	25,8															
Total	47	50,5	Total	35	37,6	Total	29	31	Total	22	23,6	Total	15	16	Total	9	9,6	Total	8	8,6

Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra* – Freguesia St.º André de Mafra – Séc. XIX

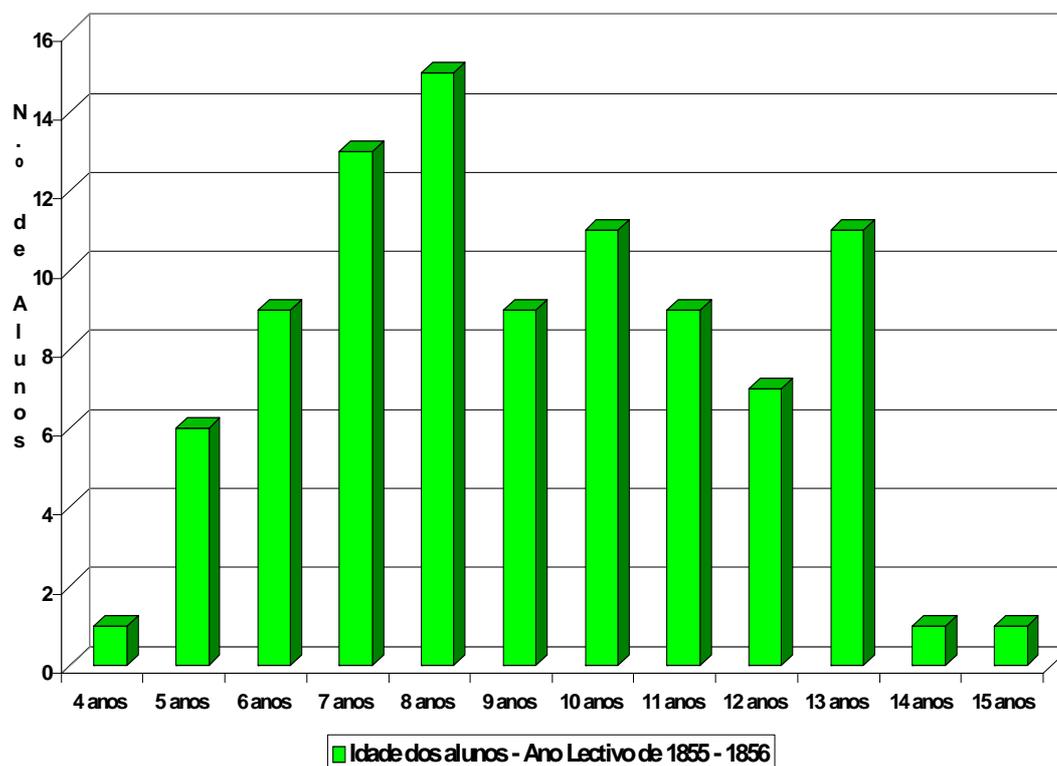
Legenda convencionada:

Velho Test. - Velho Testamento; **Gramát.** - Gramática;
Conc. - Concluiu; **Hist. Port.** - História de Portugal (ou Pátria);
Des. Lin. - Desenho Linear; **Geog.** - Geografia; **Moral / Civil** - Moral e Civilidade

As áreas do currículo apropriadas pelos discípulos obedeceram à seguinte ordem: a Leitura e a Escrita foram o objecto de ensino apreendido pelo maior número de alunos, seguiram-se as disciplinas de Aritmética e do Catecismo, decrescendo para aqueles que

aprenderam História Sagrada, Gramática, História Pátria e Desenho Linear, Geografia, Moral e Civilidade e Física.²⁴

**Gráfico n.º 26 – Idades dos alunos que frequentaram a classe
ano lectivo de 1855 a 1856**

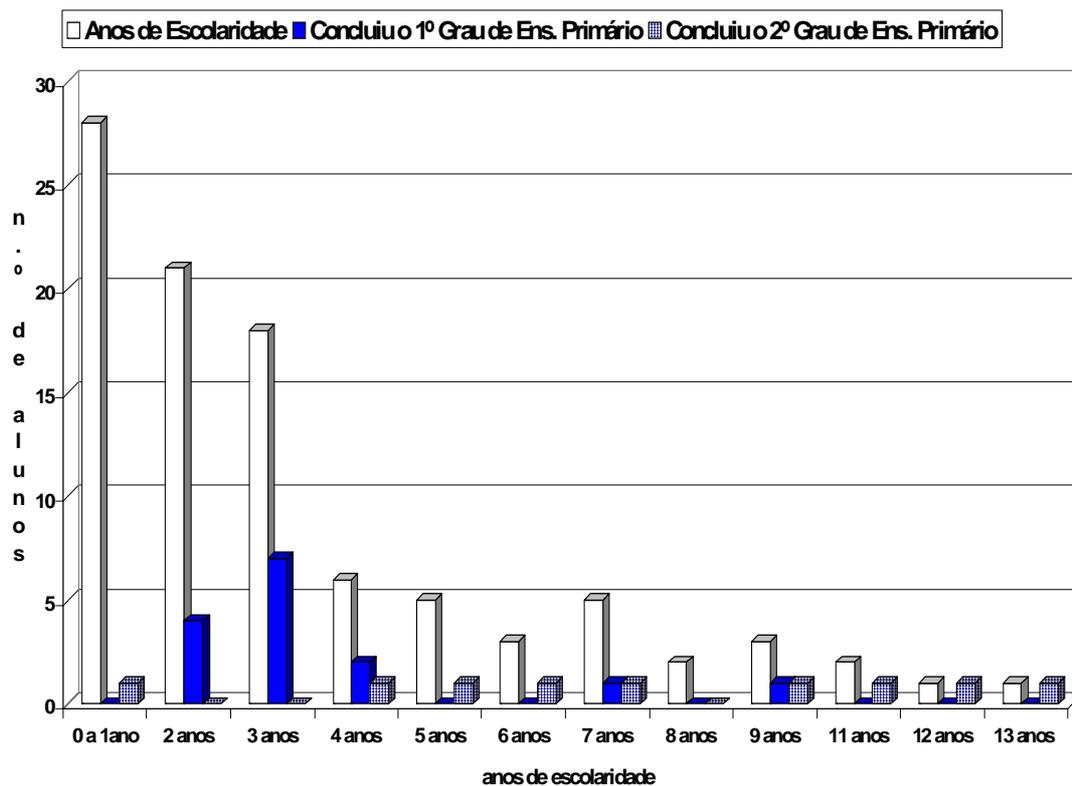


Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra* - Freguesia St.º André de Mafra - Séc. XIX

A média de idades dos meninos que frequentaram a Escola Real no seu ano inaugural, em 1855, foi de 9 anos, abarcando idades compreendidas entre 4 anos e 15 anos. O período de franca escolaridade repartia-se entre os 6 e 13 anos.

Relativamente ao período da escolaridade, apuraram-se as seguintes informações no gráfico *infra*:

Gráfico n.º 27 – Anos de escolaridade dos alunos – ano lectivo de 1856 – 57



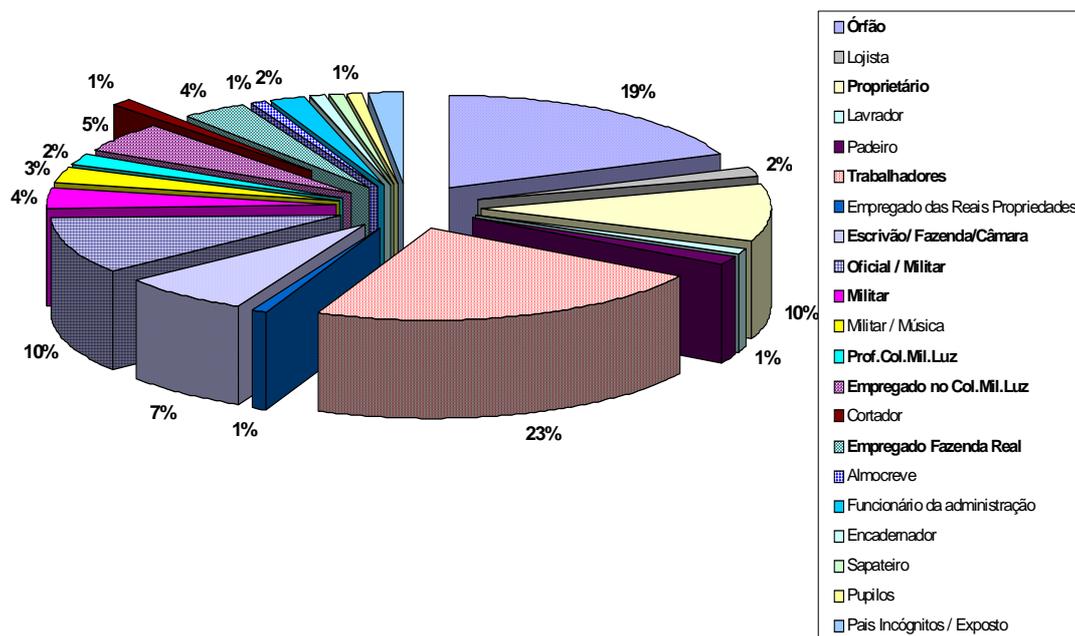
Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra* - Freguesia St.º André de Mafra - Séc. XIX

Tendo em conta que, na classe em estudo, os alunos eram, na sua maioria, originários da escola pública, conclui-se que uma grande parte frequentou o ensino pelo período de um a dois anos lectivos. Embora com exíguas excepções, existe uma relação directa entre os alunos que frequentaram a classe num período mais longo e aqueles que concluíram o Curso de Ensino Primário (7 a 13 anos).

De que forma a escola foi determinante na evolução da adesão das famílias ao ensino?

Quais as origens sociais dos alunos que frequentavam a classe do ano de 1856?

Gráfico n.º 28 – Origens sociais dos alunos – 1856 – 1860



Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra - Freguesia St.º André de Mafra - Séc. XIX*

As origens sociais dos meninos que frequentaram a Escola Real repartiam-se pelos seguintes grupos: 23 % vinha de famílias de trabalhadores, na maioria ligados aos trabalhos rurais; 19% eram órfãos cuja subsistência estava assente em situações económicas variadas,²⁵ 2% constituía-se por filhos de pais incógnitos²⁶ ou expostos²⁷ e 1 % eram tutelados por outrem.

Quanto aos grupos sociais proeminentes, perfaziam um universo de 24% que se repartia pelos filhos de proprietários, que representavam 10% do universo dos alunos, e, na mesma proporção (10%), os filhos de oficiais do Exército. Dos funcionários superiores da Administração constituíam 2%, bem como os filhos de professores no Real Colégio Militar.²⁸

Os meninos originários de famílias ligadas à Administração representavam 7%, sendo filhos de escrevães ou amanuenses, dos serviços da Fazenda da Casa Real, Câmara Municipal e do Tribunal; 10% eram filhos de empregados do Colégio Militar (5%), da Fazenda da Casa Real (4%), e de empregados nas Reais Propriedades (1%).

Os militares subalternos constituíam 4%, em equidade com os militares que se encontravam ligados à Banda Militar (4%).

Outras profissões, como lojistas, encadernadores, almocreves, padeiros, cortadores e sapateiros, reconheciam a necessidade de cultura escrita.

À Escola Real de Mafra concorriam meninos de todas as classes sociais, conformando-se com o projecto liberal e regenerador expresso pelo Rei D. Pedro V, quando defendia uma escola para todas as classes sociais, constituindo uma pequena democracia que projectava uma sociedade nova assente no progresso.

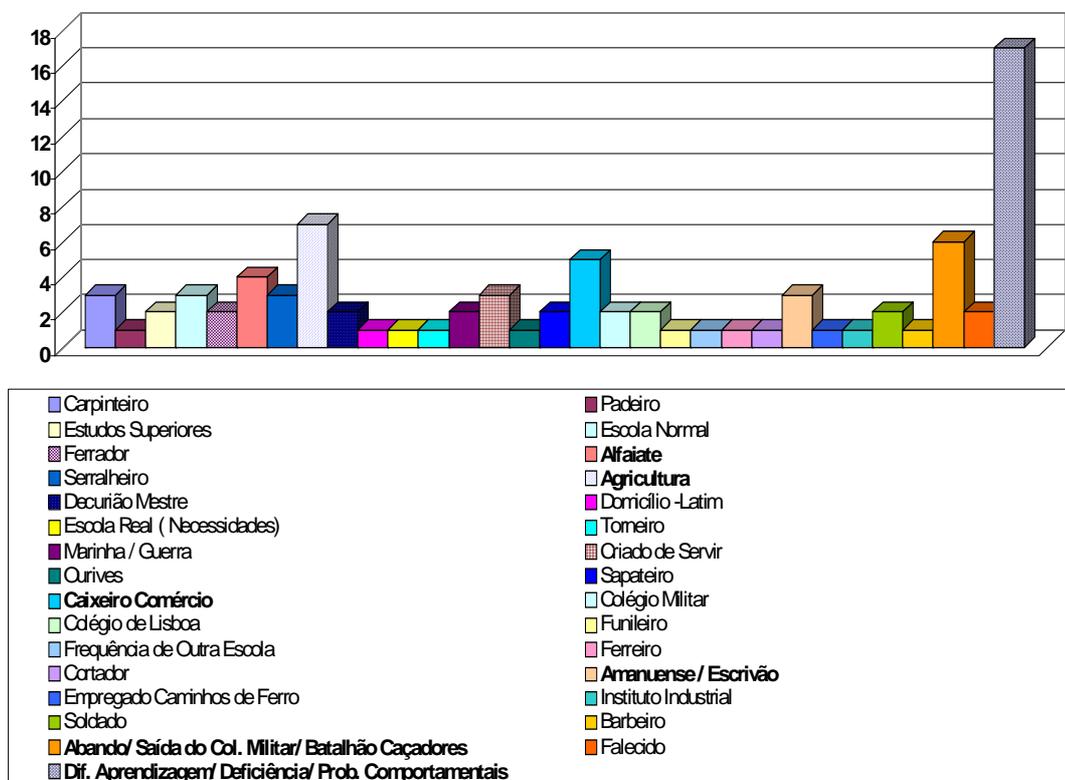
Quadro n.º 19 – Localização geográfica dos alunos que frequentaram a Escola Real – ano de 1855-1856

Local de origem		n.º	%	
Vila de Mafra		59	63,4	
Freguesia de Mafra	Paz	2	2	6,4
	Gonçalvinhos	1	1	
	Murgeira	3	3,2	
Lisboa, com residência na Vila		15	16	
Braga, com residência na Vila		1	1	
Rio de Janeiro, com residência na Vila		1	1	
Setúbal, com residência na Vila		1	1	
Alcobaça, com residência na Vila		1	1	
Vieira, com residência na Vila		1	1	
Almada, com residência na Vila		1	1	
Paialvo, com residência na Vila		2	2	
Torres Vedras, com residência na Vila		1	1	
Sobral da Abelheira		2	2	
Ericeira		2	2	
Total		93	-----	

Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra - Freguesia St.º André de Mafra - ano de 1856*

A Escola Real de Mafra era frequentada pelos meninos que residiam na Vila e somenos na Freguesia e Concelho de Mafra. A escola assistia, ainda, a uma população flutuante, da Instituição Militar e do Real Colégio, oriunda de vários pontos do Reino.

**Gráfico n.º 29 – Destino dos alunos que frequentaram a Escola Real
ano lectivo de 1855-56**



Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Matrícula da Escola Real de Mafra* - Freguesia St.º André de Mafra - Séc. XIX

Os destinos tomados por alguns discípulos, após a saída da Escola Real, foram os seguintes: 8,7% retirou-se para os trabalhos agrícolas, retomando a maioria as aprendizagens elementares ao ingressar no Curso Nocturno; 6, 2% seguiu a actividade comercial, com a profissão de caixeiros, uma grande parte, na cidade de Lisboa²⁹; 5% seguiram como aprendizes do ofício de alfaiate; 3,7 % dedicou-se aos ofícios de serralheiro, de amanuense, criados de servir e outros foram cursar na Escola Normal Primária. Retirando-se para seguir a Marinha de Guerra, 2%, e, na mesma proporção, os Estudos no Real Colégio Militar ou, num Colégio de Ensino em Lisboa; outros seguiram o ofício de sapateiro, de carpinteiro ou, alistaram-se no Exército como soldados. Um por cento seguiu outros destinos, que se repartiam pelos ofícios de ourives, torneiro, funileiro, ferreiro, serralheiro e barbeiro. Ainda na mesma extensão, outros seguiram os estudos na Escola Real das Necessidades, um aluno deslocou-se para outra escola circunvizinha, um outro retirou-se para o domicílio, a fim de aprender o

Latim com um professor particular, outro seguiu os estudos no Instituto Industrial e, ainda, um outro, para empregar-se nos Caminhos de Ferro.

Retirou-se da Escola por motivo da mudança do Batalhão de Caçadores n.º 1, 7,5% dos alunos.

E 21% registou insucesso escolar, apontando-se as problemáticas seguintes: dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento e deficiências que incidiam no foro mental e da fala. A maioria destes meninos, ou jovens, seguiu os trabalhos domésticos, como o de ajudante no «tráfego de padeiro» e a função agrícola. Registou-se, ainda, uma percentagem de 2,5% de óbitos.

O ambiente material e pedagógico da Escola Real de Mafra regida pelo professor Victorino João Carlos Pereira Dantas, no ano de 1862

O *Mapa de Inspeção às Escolas Públicas e Particulares*, em 10 de Novembro de 1862, apresentava a assinatura do Administrador do Concelho Mafra e dava conta das seguintes informações:³⁰

Quanto à localização geográfica, tipo de construção, acessibilidade e administração escolar, elucidava que a escola estava situada na Vila de Mafra e colocada «dentro do Real Edifício».

A escola tinha «suficiente capacidade e luz» para receber todos os alunos que a frequentavam e era «resguardada dos rigores do tempo». Toda a mobília e utensílios escolares, em que se incluía o papel, tintas e penas, eram fornecidos por «El Rei», sendo administrada pela Vedoria da Casa Real.

Os diversos Manuais Escolares que se usavam na classe estavam classificados pela seguinte ordem: de Leitura - «Quadros elementares» criados pelo professor Dantas e um «Expositor de Midosi»; A «Bíblia da Infância», traduzido pelo «Padre Castro»; O «Bom Menino», de «Cesari Lecuntro» traduzido por «Se. F. Risso»; «Simão de Nantua», traduzido por «Filipe Ferreira Araújo e Castro»; a «Ciência do Bom Ricardo», de «Franklim»; «História de Portugal», do «Conselheiro de Viale»; o «Manual Enciclopédico, de Aquiles Monteverde»; As «Fábulas de Lafontaine, tradução livre de Curvo Sem medo»; «Florilégio Clássico do autor Pedro Diniz»; a «Vida de D. João de Castro de Jacinto Freire de Andrade»; a «Fundação da Monarquia Portuguesa de A. A. Teixeira de Vasconceles»; os «Lusíadas de Camões»; «Bosquejo Métrico do Conselheiro de Viale» e «Exercícios de Leitura manuscrita de L. F. Leite».

Existiam ainda os Compêndios específicos, que se constituíam por: «História Sagrada (Brevíssimo Resumo), para uso dos alumnos do Asylo da Infância Desvalida de Coimbra»; «Doutrina Cristã» (Catolicismo do Patriarcado); «História de Portugal do Conselheiro de Viale»; «Geografia de Gautier», traduzido por «Roquete»; «Sistema Métrico, princípios extraídos do Curso Metódico de Lamotti»; *Manual de Caligrafia*, «os exemplares de Godinho» e de «outros Autores».

As disciplinas que se ministravam aos alunos estavam organizadas pela seguinte ordem: Instrução Elementar e Religiosa, História Sagrada e História Pátria, Geografia e Corografia, Desenho Linear e princípios de Física e Música.

Existia uma relação de matrícula que servia simultaneamente para registar as faltas dos alunos. O termo médio anual de alunos matriculados era de oitenta e um.

Todos os alunos eram do sexo masculino, com idades que se repartiram da seguinte forma: um aluno com 5 anos; sete tinham 6 anos; onze com 7 anos; dezoito alunos tinham 8 anos; oito alunos com 9 anos; doze com a idade de 12 anos; nove alunos tinham 13 anos; dois com 14 anos; quatro alunos tinham a idade de 15 anos; um com 17 anos e outro com 19.

Os discípulos eram examinados anualmente pelo professor, em diferentes disciplinas, nos meses de Julho e de Agosto.

Eram distribuídos vários prémios pelo Rei, constituídos por Revistas (do *Arquivo Pitoresco*, doadas pela Sociedade Brasileira de Madrépora), livros diversos, medalhas (prata e cobre), etc.

No que concerne ao horário das actividades escolares, o Administrador esclarecia que as aulas repartiam-se pelo período da manhã, iniciando às 9 horas e terminavam às 12 horas; o período da tarde decorria desde a 1 até às 4 horas.

O professor Victorino Pereira Dantas era Capitão de Artilharia e Bacharel em Letras, pela Universidade de França, tendo sido nomeado pelo Rei D. Pedro V. Quanto à avaliação feita ao docente, o Administrador esclarecia a Inspeção que «assist(ia) constantemente às licções», exercendo o ensino «com toda a regularidade». O seu comportamento moral, civil e religioso era «irreprehensível».

Ao lançar um olhar interno, percebe-se um desenvolvimento escolar de excelência. A Escola Real de Maфра facultava os dois graus do Ensino Primário previstos pela Reforma de Costa Cabral, em 1844. O primeiro grau, destinado à maioria dos alunos e o segundo, o «elementar superior», que servia a mocidade que se constituía por uma minoria selecta³¹, a seguirem os estudos no Liceu, na Escola Normal ou no Instituto Industrial, no Colégio Militar e Estudos Superiores.

«(...) Separando de todo os dois institutos, a cujo consorcio forçado aludi, dando maior largueza á instrução elementar, pondo sobretudo ao ensino os marcos milliaris, que hoje faltam, e que digam ao alumno o que lhe é necessario, util ou superfluo aprender, entendo que se terá conseguido entrar na ordem e satisfazer os mais exigentes. Virá desta forma a desdobrar-se o ensino segundo a sua divisão mais racional, interpondo-se uma barreira necessaria entre a instrução primaria elementar e a superior. Distinguem-se, ao mesmo tempo, mais complectamente que na actualidade os exercicios de memoria, que na instrução da infancia são tudo, dos exercicios do raciocinio que suppoem um começo de cultivo intelectual. Sem que haja precisão de alterar por modo sensivel os methodos, desvanecer-se-hão assim, penso eu, os inconvenientes da reunião de um numero excessivo de funcções diversas n'uma mesma mão. Deixarão as disciplinas de ser sacrificadas ás outras deixando a eschola urbana de absorver a escola rural.» (D. Pedro V, 1860)³²

O professor foi cuidadosamente seleccionado pelo Rei, possuindo habilitações Superiores e formação militar. Os alunos dispunham de um ensino gratuito, porquanto a Fazenda da Casa Real assegurava todas as despesas com os utensílios e mobília escolar.

A Câmara Municipal, numa alocução pronunciada na cerimónia de distribuição de prémios, registava o seguinte:

«(...) acabando esta Camara de testemunhar o Acto Solemne, em que Sua Magestade El Rei acompanhado dos Serenissimos Senhores, Infantes, e das Personagens que compunham a Sua Comitiva, se dignou por Real Mão distribuir os premios aos Alumnos mais distinctos da Escola, que mandou estabelecer nesta Villa e no seu Real Palacio, entendia que tão Grande e Alta Graça, feita aos habitantes deste Municipio devia ficar consignada no Livro de Actas, desta Camara, para de futuro se conhecer o quanto Aquelle Augusto Senhor se dignava proteger esta Villa.»

Uma nova ordem social, liberal, (re)criava as barreiras necessárias, «pondo ao ensino os marcos milenários que hoje faltam», entre o Ensino Primário Elementar e Elementar Superior ou Complementar, fazendo entender ao aluno o útil e o supérfluo a aprender, estacionando as classes desfavorecidas nos «exercícios da memória» e propondo aos “outros”, as classes da alta burguesia, os «exercícios do raciocínio que põdem um começo intelectual».

A Escola Real de Mafra, (re)estruturava-se em duas componentes: uma escola de Instrução Primária do primeiro grau ou Elementar, a servir o grosso da população - a «escola rural», e uma outra, de Grau Complementar ou Superior, a servir as classes da alta burguesia, presente na Vila e no Concelho, considerada como «escola urbana».

Segundo período estatístico – entre os anos de 1880 e 1896

Com o Regulamento aprovado por António Rodrigues Sampaio, publicado no *Diário do Governo n.º 169*, de 1 de Agosto de 1881, para a execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880, os dados estatísticos modificaram-se, vigorando a partir de então, o *Livro do Recenseamento das Crianças na Idade Escolar* (modelo A).

Do ponto de vista da sua concepção e normalização, aferiam maior rigor, no que concerne ao levantamento da população infantil (entre os 6 e os 12 anos), que se encontrava abrangida pelo ensino obrigatório.

Estas Leis, entre outras finalidades, tinham como objectivo «compelir as famílias» à apresentação das crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, para que as Juntas de Paróquia da respectiva área de residência efectuassem o seu registo e, posteriormente, os agentes responsáveis pelo ensino elementar zelassem pela frequência

regular dos alunos na escola. Após a conclusão dos recenseamentos anuais, estes eram lidos na missa conventual e afixados em Edital, na porta da Igreja das localidades.

Várias cópias dos Recenseamentos tinham como destino os seguintes serviços intervenientes: a Junta Escolar do Concelho, a Câmara Municipal, o pároco, o(a) professor(a) e a Inspeção do Ensino.³³

A Lei de Recenseamento Escolar aludia à obrigatoriedade de frequência de ensino das crianças que residissem a menos de 2 km da escola.

Alunos – anos de 1880 a 1890

Os Recenseamentos de 1882 e 1883 (que se reportam às crianças nascidas entre os anos de 1870 a 1876) foram objecto de análise por parte da Junta Escolar do Concelho (eleita no biénio de 1881 a 1883), que elaborou um *Mapa do Movimento Escolar e Plano Provisório*, tendo sido apresentado à Presidência do Município.³⁴

No ano escolar de 1883, estavam recenseadas 369 crianças em idade escolar, sendo 190 crianças do sexo masculino e 179 do feminino. Encontrava-se abrangido pela escolaridade obrigatória 33,8 % do universo de crianças existentes e 66% fora da escolaridade obrigatória, nas localidades com uma distância superior a 2 km, da sede das escolas na Vila de Mafra.

No ano de 1889, estavam recenseadas 483 crianças, das quais 260 eram do sexo masculino e 223 do feminino.³⁵

Em 1897, existiam 725 de crianças recenseadas, das quais 349 eram meninos e 376 meninas.³⁶

Tentando alcançar uma visão mais esclarecedora sobre estes dados questionámos:

Quem eram estas crianças?

Qual o meio ecológico em que se inseriam?

Qual foi o seu percurso escolar?

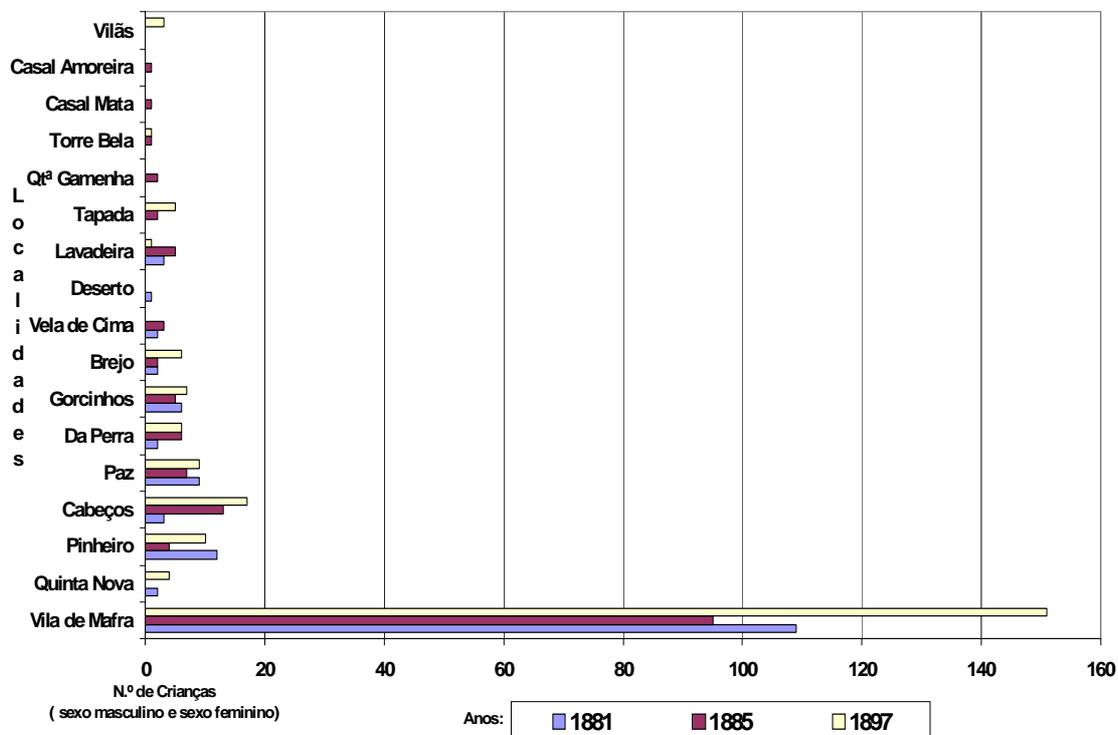
A organização da rede escolar – anos de 1881 a 1897

Quanto à organização da rede escolar, desenvolvemos três quadros a partir dos dados existentes nos *Recenseamentos Escolares* das crianças, relativos aos anos de 1882, 1885 e 1897³⁷e, subsequentemente, concebemos dois gráficos, referentes aos inúmeros lugares dispersos pela Freguesia de Santo André de Mafra, a saber: o primeiro gráfico é relativo às crianças que habitavam em localidades num raio que não ultrapassava 2 km, e um outro concerne às que moravam a uma distância superior da Vila.

Análogo ao método estatístico utilizado pela Junta Escolar do biénio 1881- 1883, para o desenvolvimento do *Mapa do Movimento Escolar e Plano Provisório* das escolas públicas do Concelho de Mafra (ano de 1882 – 1883), circunscrevemos os levantamentos de crianças em idade de frequência, a períodos de 5 a 10 anos, entre os anos de 1880 até ao ano de 1897.³⁸

Nestes Recenseamentos incluíram-se todas as crianças dos 6 aos 12 anos de idade, resultando na prática o levantamento quantitativo de todas crianças nascidas entre os anos de 1870 a 1889.³⁹

Gráfico n.º 30 – Crianças de ambos os sexos existentes nas localidades que distavam até 2 km do centro urbano da Freguesia de Santo André de Mafra – anos de 1881 a 1897



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - 1882; 1885; 1897- C.G.1 – E-29/C. P. 8

Legenda convencionada:

Vila de Mafra – 0	Quinta Nova – 0,6 km	Cabeços 0,6 km
Paz – 1,3 km	Da Perra – 2 km	Gorcinhos – 2 km
Vela de Cima – 0,5 km	Deserto – 1 km	Lavadeira – 1 km
Tapada Real – 0,6 km	Torre Bela – 1,5 km	Casal da Amoreira – 1km
Vilãs – 1 km		

A Vila de Mafra era a localidade que concentrava o maior número de crianças, onde a escola pública e as particulares existentes asseguravam a procura da escolaridade, de grande parte da sua população infantil.

Pode afirmar-se que, fora do perímetro de abrangência das escolas, sitas na Vila de Mafra, ficavam muitas crianças por escolarizar, se tivermos em conta os núcleos populacionais adjacentes, constituídos pelos meninos e meninas que residiam nos Lugares de Casas Novas, Gonçalvinhos e Monte Godel, de Montesouros, Murtais,

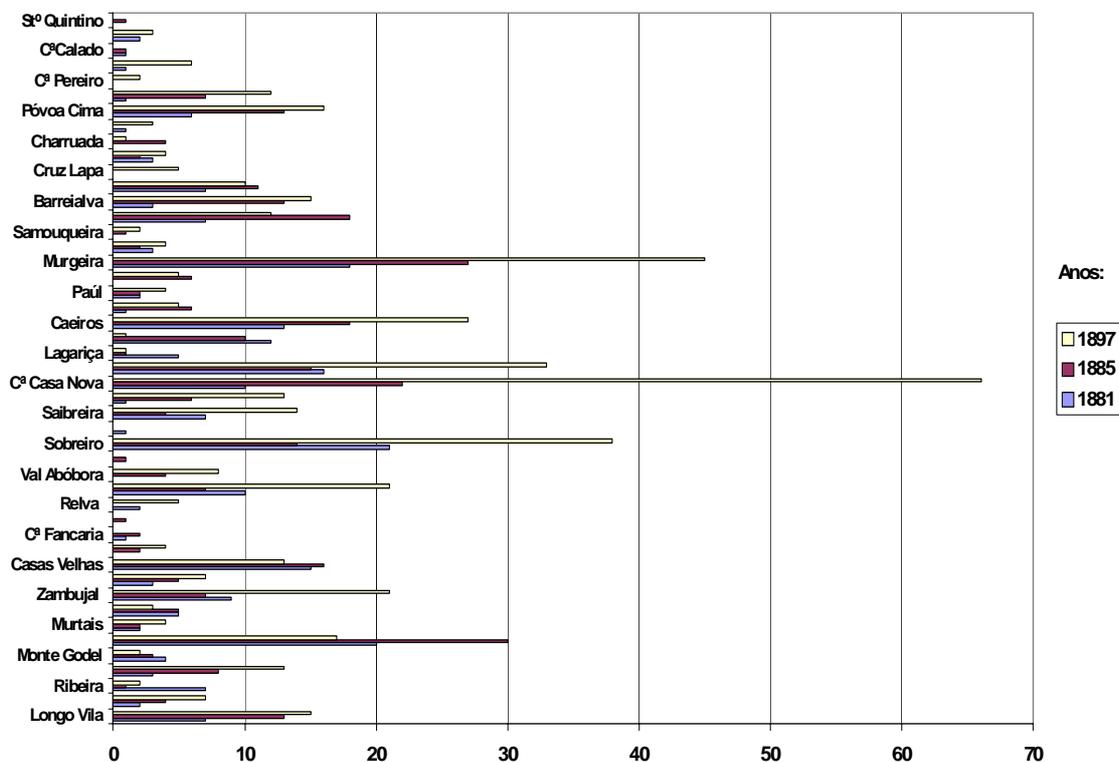
Quintal, Zambujal e Casas Velhas. As populações socorreram-se, assim, de professores particulares ou outros, com o fim de aprenderem as primeiras letras, a saber:

No ano de 1883, a professora de Ensino Primário, Joana Pais Armés, que exerceu durante sete anos o Magistério Primário Particular, no Concelho de Sintra, Lugar de Pé da Serra, solicitava à Câmara Municipal de Mafra a criação e regência de uma aula mista, no Lugar do Quintal, sua terra natal. Pela condição de pobreza dos moradores via-se impossibilitada de custear, na totalidade, as despesas com a aula particular, rogando à Edilidade um subsídio anual de 60\$000 réis, para custos com a instrução daquela população.⁴⁰

Não se encontrou o Acórdão da Câmara Municipal de Mafra, nem qualquer registo acerca do regular funcionamento desta escola particular. É provável que a professora tivesse regido o ensino particular na localidade do Quintal mas, à margem das autoridades, pelo facto da Câmara não ter considerado aquele lugar «importante», para ali se instalar uma escola de ensino livre.

Confirma-se que as populações circunvizinhas procuravam, por diversos meios, dar resolução às necessidades de escolarização dos seus filhos.

Gráfico n.º 31 – Crianças de ambos os sexos existentes nas localidades que distavam mais de 2 km do centro urbano da Freguesia de Santo André de Mafra anos de 1881 a 1897



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - 1882; 1885; 1897 - C. G.1 – E-29/C. P. 8

Legenda convencionalada:

Longo da Vila – 2,5 km	Ribeira – 2,5 km	Monte Godel – 4 km
Murtais – 4,5 km	Zambujal – 4 km	Casas Velhas – 4,5 km
Casal da Fancaria – 8 km	Relva – 6,5 km	Vale da Abóbora – 2,5 km
Sobreiro – 4 km	Saibreira – 3,3 km	Casal Casa Nova – 4,2 km
Lagariça – 5 km	Caeiros – 5,8 km	Paúl – 6 km
Murgeira – 4 km	Samouqueira – 4 km	Barreiralva – 5 km
Cruz da Lapa – 5 km	Charruada – 5,5 km	Póvoa de Cima - 10 km
Casal do Pereiro – 11 km	Casal do Calado – 8 km	Santo Quintino -lugar extinto

Para as inúmeras localidades dispersas que distavam mais de dois quilómetros da Vila de Mafra, pode afirmar-se que a situação se agravava, deixando um elevadíssimo número de crianças fora da escolaridade obrigatória, a saber:

Um núcleo assaz populoso cujo eixo central se consideraria na localidade do Sobreiro, entendendo-se a Norte até à Povoia de Baixo, a Oeste até à localidade de Casa Nova e, a Sul, até à localidade dos Salgados.

Um segundo núcleo, que apresentava grande densidade populacional, considerado o seu eixo no Lugar da Murgeira, estendendo-se para Nordeste, até ao lugar da Ervideira, que, na actualidade, pertence à Freguesia do Sobral da Abelheira.

Pode referir-se que, nesta Freguesia, a rede escolar não servia a escolarização da maioria da população infantil.

A Junta Escolar do Concelho de Mafra, no seu primeiro ano, dando cumprimento à elaboração do Plano Provisório da rede escolar, alertava para a ausência de escolarização das crianças nestes núcleos, aconselhando a Edilidade a criar uma escola para o sexo masculino no lugar do Sobreiro.

A criação da escola pública de meninos no Lugar do Sobreiro – 1884 a 1885

No ano escolar de 1885, encontrava-se a Concurso Público a vaga da Cadeira de Instrução Primária da Freguesia de Mafra, no Lugar de São Sebastião do Sobreiro.

Quadro n.º 20 – A escola pública de S. Sebastião do Sobreiro e localidades adstritas

Escola Pública	Sede	Localidades	Metros	Localidades	Metros	Localidades	Metros
População-Alvo:	Sobreiro	Casa Nova	100	Casal Novo	1. 600	Relva	2. 500
		Saibreira	300	Casal Mourão	1. 600	Casal da Serra	2. 500
		Amendoeira	500	Arrebenta	1. 800	Vale da Abóbora	2. 500
		Fonte Santa	600	Salgados	1. 800	Lagariça	2. 800
		Brejo	1. 000	Paúl	2. 000	Pisão	2. 800
		Achada	1. 200	Casal do Mato	2. 000	Póvoa de Baixo	3. 000
		Caeiros	1. 500	Da Perra	2. 000	Fontainhas	3. 000
						Póvoa	3. 500

Fonte: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares - 1896-97 - C. G. 1 – E-29*

Pelo quadro *supra*, conclui-se que a escola pública de S. Sebastião do Sobreiro vinha dar resposta a uma parte da população masculina, em idade escolar, na Freguesia de Mafra, ficando de fora todas as meninas, que só tinham, como recurso, a penosa deslocação à Vila, o ensino particular ou em família, para resolverem as necessidades de alfabetização.

Em 1886, num universo de cento e dezasseis crianças do sexo masculino, que se encontravam fora da escolaridade, em relação à Vila de Mafra, 39% estava em condições de frequentar o ensino público, no Lugar do Sobreiro. E, em 1890, num universo de 147 crianças do sexo masculino, 50% podia frequentar a escola pública.

Se tivermos em conta o total da população infantil (de ambos os sexos), no ano de 1886, a percentagem de crianças com acesso à escolaridade é de 19,5% e, em 1890, de 26,6% do universo de meninos e meninas.

Os esforços desenvolvidos para alcançar-se uma rede escolar equilibrada estavam longe de responder ao Projecto Escolar Liberal instituído pelos sucessivos Governos do Reino.

A criação da Cadeira de Instrução Primária no Lugar de S. Sebastião do Sobreiro e o provimento de professores – 1885-1899

No dia 26 de Maio, do ano de 1885, candidatava-se à regência da Cadeira de Instrução Pública da Freguesia de Mafra, no Lugar de S. Sebastião do Sobreiro, por não ter aparecido professor legalmente habilitado, Manuel Franco de Barros, 23 anos, solteiro, natural da Vila da Ericeira. A Junta Escolar de Mafra deu Acórdão ao seu provimento, na forma interina, pelo período de um ano. Este professor interino regeu a referida cadeira até ao ano lectivo de 1888.⁴¹

Quadro n.º 21 – Professores que regeram a Cadeira de Ensino Primário da Escola Pública na Freguesia de Mafra – Lugar de S. Sebastião do Sobreiro

Idade	Sexo		Habilitações			Tipo de provimento		Anos lectivos	Total anos		
	♀	♂	Sem Exame de Estado	Com Exame de Estado	Diploma de Admissão aos Liceus	Interino	Vitalício				
23	1	--	1	-----	-----		-----	1885 - 1888	3		
29	1		-----	2			-----	1	1888 - 1892	4	
31	--	1						3	-----	1892 - 1893	1
21	--	1					1		-----	1894 - 1899	5
Média	Total										
26	2	2	1	2	1	3	1		13		

Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Actas das Sessões da Junta Escolar do Concelho de Mafra* - n.º 338 - Sessão de 10-06-1885 - f. 42 v. / *Lv. de Actas das Sessões da Junta Escolar do Concelho de Mafra* - n.º 320 - Sessão de 28-03-1888 - fl.5/ *Of. de nomeação, do Comissariado de Instrução Primária do Distrito de Lisboa dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra* – n.º 127 - 26-08-1892 - C. P. 5 - E-28/ *Of. de nomeação, do Comissariado de Instrução Primária do Distrito de Lisboa, dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra* – n.º 995 - 08-01-1894 - C. P. 5 - E-28

O grupo de docentes que exerceram o Ensino Primário, na Cadeira Pública do Lugar do Sobreiro, foi constituído por professores, entre as décadas de oitenta e primeiros anos da década de noventa, do século XIX, em paridade, com as professoras, notando-se a evolução para a feminização do corpo de ensino⁴² (Nóvoa, 1987: 594-595), mais estável, a partir da segunda metade da década de noventa. Dois docentes possuíam habilitação legal para exercer o Ensino Primário, obtido no Exame de Estado, assinalando a ausência de docentes habilitados pelas Escolas Normais de Professores. A média das idades dos professores situava-se nos 26 anos, uma idade jovem e adulta (Fernandes, 1994: 271). No que concerne à natureza do provimento na regência da cadeira, a maioria integrava um corpo de ensino pouco estável, sob a forma temporária.

Qual foram os níveis de adesão ao Ensino Elementar na Escola Pública do Lugar do Sobreiro?

A classe de meninos no ano lectivo de 1892-1893

Quadro n.º 22 – A classe de meninos da Freguesia do Sobreiro – ano de 1893

Mês	N. de alunos matriculados	Aulas dadas (dias lectivos)	Presenças	Faltas	Alunos em frequência legal a)	Desistências
Janeiro	10	18	172	8	9	1
Fevereiro	11	18	175	3	11	0
Março	11	17	181	6	11	0
Abril	14	15	203	7	13	0
Mai	14	21	287	7	13	0
Junho	15	21	315	8	14	0
Julho	16	22	337	15	15	0
Agosto	15	22	336	15	15	1
Setembro	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outubro	14	22	262	46	10	0

a) alunos que frequentavam em regime total (6 horas).

Fonte: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos professores – Modelo E* – Freguesia de Santo André de Mafra – ano lectivo de 1892, meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1

O rácio de alunos matriculados no ano lectivo de 1892 foi de 13,3, e o de alunos em escolarização de 12,3. A percentagem em assiduidade fixou-se em 95% e 5% para a abstenção. Os níveis de abandono escolar situaram-se em 12,5%.

Os alunos em frequência escolar constituíam 18,3 % do universo dos meninos que se encontravam abrangidos pela escolaridade obrigatória. Embora se entendam os altos

níveis de frequência de um escasso número de crianças que frequentavam a escola, questiona-se o motivo de tão baixa adesão das populações.⁴³

Talvez sejamos esclarecidos através das informações prestadas pela professora interina Felicidade de Jesus Afonso, ao Administrador do Concelho de Mafra. Por ocasião das matrículas, a professora lamentava que os encarregados de educação se tivessem recusado a apresentar a identificação das crianças.

A frequência escolar era assaz diminuta, se tivermos em conta a concomitante população que deveria servir-se da escola pública. No que se referia à escolaridade obrigatória, estava em causa o cumprimento efectivo da Lei. A ausência de escolarização da maioria das crianças tinha origem nas mentalidades daquela «gente rústica» que «desconhec(ia) completamente a utilidade da instrução».⁴⁴

O ambiente de materialidade da Escola Pública do Lugar do Sobreiro

Quadro n.º 23 – Utensílios e mobília escolar da Escola Oficial do Sobreiro

Existente			Indispensável	
Descrição	N.º	Estado de conservação	Descrição	N.º
Mesa para a professora	1	Em mau estado (carunchosa)	Estrado	1
Cadeira	1	<i>Idem</i>	Mesa	1
Relógio de parede	1	-----	Quadro negro	1
Quadro de pesos e medidas	1	-----	Contador mecânico	1
Quadro negro	1	Carunchoso e sem tinta	Bancos-Carteiras	2
Armário para livros	1	-----	Ardósias pequenas	12
Livros (escassos)		Em mau estado	Mapa Geográfico de Betencourt (mudo)	1
Bancos-carteiras (cinco alunos cada)	6	Em mau estado (2)	Mapa Geográfico de Betencourt (falante)	1
			Terceiros Livros de Simão Raposo	10
			Segundos Livros de Simão Raposo	10
			Primeiras Partes do Silabário	20
			Catecismos	12
			Tabuadas	12
		Paleógrafo	6	

Fonte: A.H.M.M. – *Inventário da Mobília e do Material Escolar* – Of. s/ n.º dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra, expedido pela Professora Guilhermina da Nazareth - 24 – 08-1896 - *Escola Oficial do Sexo Masculino - Lugar do Sobreiro - Freguesia de Santo André de Mafra* - C. P. 5 - E-28

O ambiente de materialidade na escola pública de Ensino Primário para o sexo masculino não se afastava daquele encontrado em quase todas as escolas do Concelho de Mafra. Faltava quase tudo e os poucos utensílios e mobílias existentes encontravam-se muito degradados.⁴⁵

É nos facultada, ainda, a possibilidade de reconstituir o ambiente pedagógico da classe de 1896, notando-se um **aumento na frequência escolar**, para quarenta alunos. Quanto ao currículo, entende-se que os alunos aprendiam a ler, escrever e contar, o catecismo, pesos e medidas de capacidade.

Situação administrativa e financeira da Escola Pública da Freguesia de Santo André, de 1870 a 1885

A única Escola Pública de Instrução Primária destinava-se ao ensino das meninas e funcionou no Real Paço, até ao ano de 1874.⁴⁶ A Câmara Municipal de Maфра assegurava uma parte do vencimento da professora vitalícia, Dona Afra Correia de Andrade, que recebia 90\$000 réis do erário público e 30\$000 réis pagos pelo cofre da Câmara Municipal.

«(...) A escola do sexo masculino é custeada exclusivamente a expensas de El-Rei o Senhor D. Luís. (...) A mobília escolar foi para o serviço da escola primaria do sexo feminino, e para o sexo masculino de instrução elementar que se já creou no logar do Sobreiro d' esta freguesia.»⁴⁷

A Freguesia de Santo André de Maфра apurava do imposto especial um montante em réis de 76\$912, ainda do mesmo imposto em atraso na cobrança, a quantia de 70\$ 644 réis, de juros nominais sobre o valor de 100\$000 réis pertencentes ao fundo escolar, o valor de 2\$910 réis, computando um valor total de 150\$466 réis.⁴⁸

As despesas apuradas foram as seguintes: com a mobília escolar para as escolas Conde de Ferreira e de S. Sebastião do Sobreiro, a Junta gastou 51\$366 acrescentando 1\$490 réis pelo recenseamento infantil, 9\$075 para gratificar um escriturário e um cobrador pelos trabalhos relacionados com a arrecadação do imposto especial e 42\$ 534 réis para despesas com a Instrução Primária no ano de 1887. Os gastos com a Instrução primária totalizaram 104\$465 réis. Afere-se a diferença de 46\$000 réis que a Junta destinava para o custo de uma inscrição de 100\$000 réis nominais com destino a prover o fundo escolar.

Enfatiza-se que a Junta de Paróquia da Freguesia de Santo de André de Maфра não apresentava despesas com a habitação dos professores, porquanto a escola do sexo masculino era sustentada pela Vedoria da Fazenda da Casa Real e a do sexo feminino, por estar colocada na Escola Conde Ferreira, património da Câmara Municipal.

O rendimento de 3% apurado pelo imposto especial, contemplado no Art.º 15.º, da Lei de 11 de Julho de 1880, era arrecadado irregularmente, sendo suficiente para prover o fundo escolar, em causa de não existirem encargos com as rendas de habitação para o professor. O estado de “graça” financeiro declinaria no ano seguinte, com a renda da casa escolar e da habitação do professor, na Freguesia do Sobreiro, no montante de 12\$000 réis anuais, e de 36\$000 réis, posterior ao ano de 1896.⁴⁹

As escolas do núcleo urbano da Vila da Mafra – 1880-1896

A escola do Legado do Conde de Ferreira

É relativa ao ano de 1866,⁵⁰ a Lei que consignava o acordo das Instituições Camarárias com o Testamenteiro do falecido Conde de Ferreira⁵¹.

A Edilidade do Concelho de Mafra candidatou-se ao legado, com o objectivo de construir uma Casa de Escola, na Vila de Mafra, a sede do Concelho.

Data do ano de 1868, a primeira correspondência trocada entre o Presidente da Câmara Municipal de Mafra e J. G. da Graça, uma das representantes do grupo de testamenteiros deste Legado, na cidade do Porto.⁵²

Uma carta de 25 de Novembro de 1869, expedida pela testamentária ao Presidente da Edilidade, esclarecia, a pedido, que as plantas da casa escolar do Legado «já há muito» tinham sido remetidas à Câmara Municipal de Mafra e, à data, não possuía nenhum exemplar. Informava, ainda, que qualquer das Câmaras do Distrito de Lisboa, ou a Direcção Geral da Instrução Pública, as podiam facultar. Referia, ainda, o seguinte: **«Quanto à pergunta que V.ª Ex.ª me faz sobre o destino a dar á Escola não hé a nós mas ao Governo, que pertence resolver este negocio»**.⁵³

O período que mediou a correspondência entre a Câmara de Mafra e os testamenteiros, e outras informações acerca da construção da Escola Conde Ferreira, levantou uma suspensão por dois anos.

Outras informações importantes referem-se ao ano de 1871, expressas na Acta da Sessão da Vereação Camarária, que registava um ofício do Ministério do Reino, datado de 14 de Setembro de 1871, sob o registo número 221, solicitando à Câmara de Mafra um Termo de Aceitação ou Desistência do referido legado, no valor de um conto e duzentos mil réis, para se aplicar na construção de uma casa escolar na Vila de Mafra.

Reunida a Vereação Camarária, em Sessão de 23 de Setembro de 1871, foi unanimemente aprovada a redacção do Termo de Aceitação, em que a edilidade se ⁵⁴

«obriga(va) a fazer construir» uma «casa para eschola e vivenda do professor», de acordo com o expresso na Lei. Comprometia-se não só a construir a dita escola, como também a «prover a (...) mobilia mais indispensavel (...) **para quarenta e oito alumnos**».

Pelo que nos é dado a entender, a questão periclitante com que se debatia a Câmara de Mafra “era saber” qual o destino a dar a um edificio declarado a servir o sexo masculino, quando, na verdade, o Concelho de Mafra não carecia dele na sua sede, pelo facto de aí existir uma escola-modelo, da competência do poder Régio.⁵⁵

A execução da obra deveria respeitar o prazo de «doze meses», a contar da data de recepção do contrato, pelos testamenteiros do Legado do Senhor Conde Ferreira. Era ainda mencionado o local para edificar a casa escolar, a «praça nova defronte da Praça de Dom Carlos Fernando», sita na Vila de Mafra.

Logo, na Sessão da Vereação Camarária de 23 de Outubro de 1871, se assinalava «a comparência de varios cidadãos» da Vila, que contestavam na condição de «**vizinhos**», o projecto de implementação naquele local, por ser «prejudicial aos seus predios e estabellecimentos que ficam proximos». A reclamação dos moradores e comerciantes foi remetida ao Governador Civil do Distrito de Lisboa.⁵⁶

A obra foi posta a concurso para arrematação, em Edital, no dia 13 de Abril de 1872 e, em sete de Setembro do mesmo ano, a obra ficava a cargo de João António Cristóvão, pedreiro, residente no lugar do Sobreiro, por não haver «quem por menos o fizesse», sobre o valor de 1.170\$000 réis.⁵⁷

Em 15 de Março de 1873, o Presidente da Câmara Municipal reunia com a Vereação, fazendo sentir «o desaire porque estava passando», em causa da obra estar praticamente concluída e ter-se apenas efectuado a primeira prestação pelos testamenteiros da herança. O incumprimento de três prestações sucintas do legado teve origem no falecimento de um fideicomisso, ficando a Edilidade com a responsabilidade de resolver a difficil situação, no que concerne ao cumprimento financeiro assumido com o construtor da escola Conde Ferreira. A Vereação da Câmara de Mafra solicitava a «necessaria auctorização» ao Governo Civil, para encetar um empréstimo que contemporizava a recepção e normalização do pagamento das ditas prestações.⁵⁸

Em Sessão da Vereação Camarária de 27 de Maio de 1874, a Edilidade Municipal solicitava a autorização de «Sua Magestade» para que a Escola Régia de meninas fosse transferida do Real Edificio para a escola recém-edificada pelo Legado do Conde Ferreira.⁵⁹

Pelas informações recolhidas confirma-se que a Escola Conde Ferreira não serviu a escolarização dos meninos, conforme o fim a que foi concebida, mas a de meninas que, até à sua ocupação, frequentavam a escola pública no Real Edifício.

Com o decorrer dos anos, a Casa Escolar foi-se deteriorando de tal forma, que em 19 de Agosto de 1896, a professora Maria da Conceição Mota comunicava ao Administrador do Concelho que as paredes tinham «grandes fendas», ameaçando «perigo eminente», não sendo possível leccionar naquelas condições.⁶⁰

Três anos mais tarde, em 1899, a aludida professora impetrava para a «justiça» do Administrador, denunciando que as vendedoras que mercavam na Vila tinham ocupado a «tira de terreno pertencente à escola», sendo da maior inconveniência para o desenvolvimento escolar e «educação» das alunas.

A aglomeração do povo era tal, que impedia a passagem para a escola. O cheiro a «peixe podre», o «fumo» e «faúlhas» que emanavam do fogareiro da assadeira de castanhas e de «outros gases deletérios» eram «impelidos pelo vento», o que impedia o arejamento da escola e perigava «a saúde das meninas». Na parte sul do edifício, as janelas também não podiam ser abertas, porquanto as «carroças» e respectivos animais de tracção estacionavam nas suas imediações. As paredes da escola serviam de «urinol» público, emanando gases insuportáveis. Destarte, a professora enfatizava que outras Câmaras tinham tido o cuidado de edificar um gradeamento em torno das escolas do Legado, evitando abusos análogos e «impróprios de uma terra civilizada».⁶¹

Nos alvares de 1900, por deliberação da Vereação Camarária, o Vice-presidente da Edilidade informava a professora que a escola iria ser transferida para o «2º andar da casa, situada no largo do Real Edifício», de que era proprietária Dona Constância das Dores, para a sua instalação provisória que por «falta de casa tem deixado de funcionar a respectiva aula».⁶²

A Câmara de Mafra dava início ao processo de demolição do edifício, no ano de 1924, emergindo, então, um movimento opositor à ideia.⁶³ Este era liderado por João Militão Gomes, Dr. Carlos Galvão e muitos outros concidadãos, firmando a ideia de manter o histórico edifício para servir uma Instituição humanitária, o Corpo de Salvação Pública, dos Bombeiros Voluntários de Mafra.⁶⁴

«(...) O edifício referido, é verdade, ouvidas as opiniões gerais e, em especial, as das pessoas autorizadas, está inutilizado para nele funcionar uma escola. Mas, nas condições em que se encontra recebendo algumas reparações, poderá servir ao fim agora em vista, atendendo-se que se pretende adaptá-lo à sede de uma associação de um largo alcance e de que não é incompatível no mister social e humanitário com a escola – se bem interpretamos o sentir do Grande Morto – que é conhecido por Conde Ferreira.»⁶⁵

De nada valeu esta reacção, porque a Escola Conde de Ferreira acabou por ser demolida. Alguns fragmentos, como portas, janelas e cantarias, reaplicaram-se num edifício escolar, construído na Freguesia de Igreja Nova, hoje sede da Junta que, durante as décadas seguintes, acolheu a instrução dos meninos e meninas daquela Paróquia. As placas mnemónicas da sua construção foram transferidas para o “novo” edifício escolar, que teve a mesma denominação, segundo imperativos do processo de demolição.⁶⁶ Presentemente, este edifício acolhe a Biblioteca Municipal da Vila de Mafra.

Pode afirmar-se que, ao Edifício histórico da Escola Conde Ferreira,⁶⁷ desde o seu nascimento, se auspiciou um destino avesso ao concebido pelo seu Mentor. Nunca se reconheceu o valor intrínseco; pelo contrário, fez emergir um embaraço para aqueles que a ela concorreram astuciosamente e a uma franja da população vizinha, com interesses pessoais e comerciais que persistiram no tempo.

Esta obra, que contrastava com o imponente Convento, deveria ter representado, na sua pequenez, a grandeza de um Legado precioso, um benemérito, que na génese do movimento Republicano, em Portugal, demonstrava conhecer profundamente as condições deploráveis de materialidade, em que se encontrava a maioria das casas de Ensino Primário no Reino, confirmadas nas diferentes escolas deste Concelho, durante o século XIX.

Quadro n.º 24 – A classe de meninas na escola pública – ano de 1880

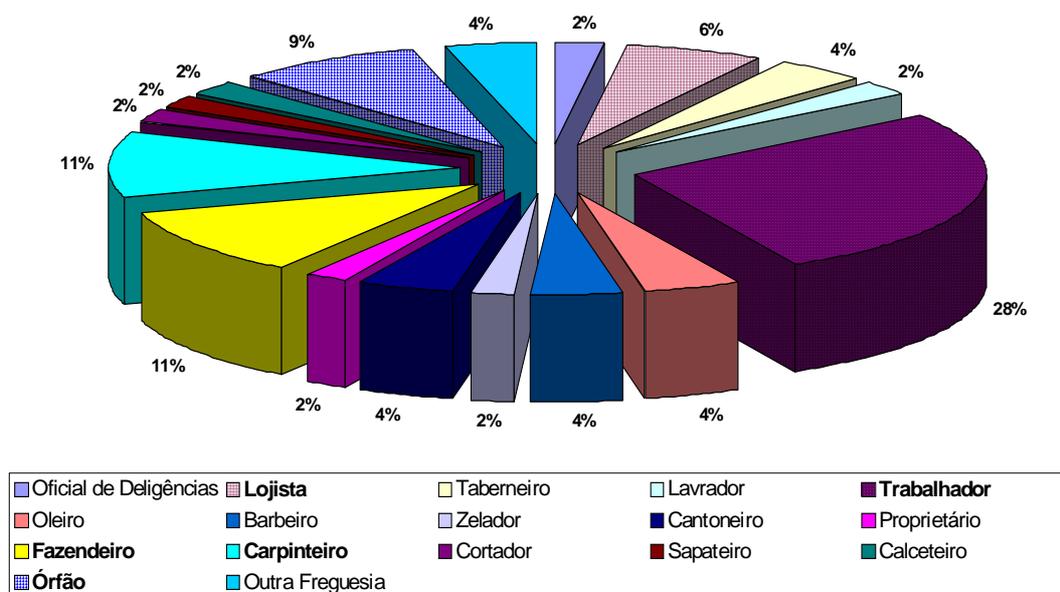
Idade	N.º	%	Residência	N.º	%
3 anos	2	3,8	Vila de Mafra	39	75
4 anos	6	11,5	Paz – 1,3 km	3	8
5 anos	5	9,6	Outeiro – 1,5 km	1	
6 anos	8	15,3	Gorcinhos – 2 km	1	13
7 anos	9	17,3	Casas Novas – 3 km	2	
8 anos	6	11,5	Zambujal – 4 km	1	
9 anos	1	1,9	Sobreiro – 4 km	1	
10 anos	2	3,8	Casal Novo – 4,2 km	2	
11 anos	7	13,4	Outras Freguesias:		
12 anos	3	5,7	Arrifana (Igreja Nova)	1	4
13 anos	3	5,7	Encarnação	1	
Média					
7,5	--	--	-----	--	--
Total	52				

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - *Of. s/n.º Exp. em 5-11-1880* ao Administrador do Concelho/ *Mapa Matrícula e Frequência* – 1880 - Freguesia de Santo André de Mafra - C.P.4 - E-28

A escola pública do sexo feminino admitiu crianças cuja média de idades se firmava em 7,5 anos. O período de escolaridade repartia-se entre os seis e os onze anos.

Quando aos locais de residência, uma grande parte habitava na Vila de Mafra; 8% a mais de um quilómetro da escola; 13% nas localidades adjacentes que se encontravam fora da obrigatoriedade de frequência escolar; 4% noutras Freguesias, a de Igreja Nova, Freguesia confinante, e a da Encarnação, situada a Norte, uma das mais distanciadas da sede do Concelho.

Gráfico n.º 32 – Origens sociais das meninas que frequentavam a escola pública



Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Of. s/n.º Exp. em 5-11-1880* ao Administrador do Concelho/ *Mapa Matrícula e Frequência - 1880 - Freguesia de Santo André de Mafra - C.P.4 - E-28 / Lv. Livro de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra – n.º 60 – Freguesia de Mafra*

As origens sociais das meninas eram diversas, demonstrando que a adesão das populações ao ensino era real, independente da condição social.

Analisemos, de seguida, o quadro *infra*, auscultando-se os níveis de alfabetização dos encarregados de educação das crianças que frequentavam a escola pública, no ano de 1880.

Quadro n.º 25 – Número de alfabetizados responsáveis pela educação das meninas

Parentesco	Profissão	%	Sabem ler	%	Grau de parentesco	Profissão	%	Sabem ler	%
Pai	Trabalhador rural	28	0	0	Pai	Barbeiro	4	2	100
	Fazendeiro	11	3	60		Oleiro	4	0	0
	Lavrador	2	0	0		Calceteiro	2	0	0
	Proprietário	2	1	100		Sapateiro	2	0	0
	Lojista	6	3	100		Cortador	2	0	0
	Carpinteiro	11	3	60		Zelador	2	1	100
	Cantoneiro	4	0	0		Oficial de Diligências	2	1	100
	Taberneiro	4	0	0					
Órfão ou a cargo da mãe	-----	9	Total					14	27

Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Of. s/n.º Exp. em 5-11-1880* ao Administrador do Concelho/ *Mapa Matrícula e Frequência -1880 - Freguesia de Santo André de Mafra - C.P.4 – E-28/ Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra - n.º 60 – Freguesia de Mafra*

As meninas oriundas de famílias cujos meios de subsistência se ligavam à vida do campo⁶⁸ repartiam-se por filhas de trabalhadores rurais analfabetos, de fazendeiros (sendo 60% alfabetizados), de lavradores analfabetos e de um proprietário alfabetizado⁶⁹. As filhas de carpinteiros (com 60% de alfabetizados), de lojistas e barbeiros alfabetizados e de taberneiros⁷⁰ que, no caso, foram considerados analfabetos. Os oleiros, calceteiros, sapateiros e cortadores constituíam uma classe de artífices também analfabetos. As meninas cujos pais tinham a profissão de zelador e de oficial de diligências contariam, certamente, com o seu amparo nas aprendizagens escolares, porquanto, eram alfabetizados. As crianças órfãs constituíam 9% do universo das meninas que frequentavam a escola e 4% eram oriundas de outras Freguesias do Concelho.

No cômputo total das crianças que frequentavam a escola pública do sexo feminino, existiam 26,9 % de encarregados de educação alfabetizados, havendo uma relação

directa com as famílias de estratos sociais e níveis de instrução mais elevados, ou, ainda, com as profissões que necessitavam da cultura escrita, nas actividades diárias.

Enfatiza-se que, independentemente do nível de instrução dos encarregados de educação, a percepção da necessidade da formação escolar elementar estava generalizada nas famílias dos diversos estratos sociais que encontramos na classe de 1880.

O desenvolvimento curricular na escola pública de meninas – ano de 1880

A escolarização das meninas repartia-se por três classes ou divisões.

Na primeira classe aprendiam a ler pelo Método Repentino de Leitura, de Castilho. A partir da segunda classe, utilizavam o *Manual Enciclopédico* de Aquiles Monteverde. Na terceira classe, estudava-se as matérias de História de Portugal e de História Sagrada.⁷¹

A escola particular na Vila de Mafra – 1882

Na escola particular de Dona Maria da Conceição Rocha Almada, estavam matriculadas 22 crianças de ambos os sexos. Este estabelecimento de ensino funcionava em regime de coeducação. Quanto ao horário, as actividades escolares distribuíam-se por dois turnos, o da manhã e o da tarde.

Quadro n.º 26 – A classe da escola particular – mês de Outubro de 1882

Idades	N.º	Sexo		Presenças		%	Faltas		%
		♀	♂	Manhã	Tarde		Manhã	Tarde	
3 anos	1	0	1	21	22	98	1	0	2
5 anos	3	3	0	57	53	83	9	13	17
6 anos	3	2	1	48	50	74	18	16	26
7 anos	2	1	1	43	34	87,5	1	10	12,5
8 anos	4	4	0	64	55	68	24	33	32
9 anos	3	3	0	22	11	25	44	55	75
11 anos	3	3	0	50	30	61	16	36	39
12 anos	2	2	0	15	14	33	29	30	67
15 anos*	1	1	0	--	--	--	--	--	--
Média	--	--	--	--	--	--	--	--	--
8,2									
Total	22	19	3	320	269	64	142	193	36

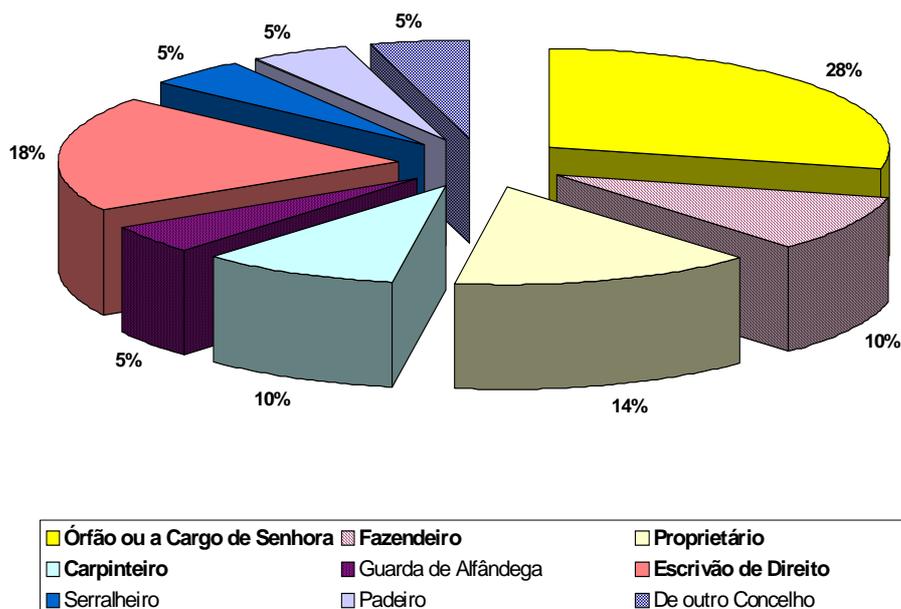
* 1 aluna abandonou

Fonte: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Of. s/n.º Exp. em 31-10-1882 ao Administrador do Concelho/ Mapa Matrícula e Frequência - Freguesia de Santo André de Mafra - C.P. 4 – E-28*

A média das idades dos meninos e meninas que frequentavam a escola particular situava-se em 8,2 anos. Os níveis de assiduidade foram de 64%, e 36% de abstenção. As crianças com idades compreendidas entre 3 e 8 anos foram as que apresentaram a maior regularidade de frequência, decrescendo para as aquelas que se situam entre os 9 e 11 anos. No universo de 22 crianças matriculadas, 9% abandonou a escola, tendo idades repartidas entre 12 e 15 anos; 9% (9 e 6 anos) faltou durante o mês, por motivo de doença e terapêutica em banhos. Uma menina frequentava a escola num único turno (o da manhã), incluindo-se no universo de 18 % das meninas que residiam a distância superior a dois quilómetros, as localidades da Ribeira (2,5 km), da Saibreira (3,3 km) e do Sobreiro (4 km).

Origens sociais dos meninos e meninas que frequentavam a escola particular

Gráfico n.º 33 – Origens sociais na aula particular da Vila de Mafra



Fontes: A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - Of. s/n.º Exp. em 31-10-1882 ao Administrador do Concelho/ Mapa Matrícula e Frequência - Freguesia de Santo André de Mafra - C.P.4 – E-28 - Séc. XIX / Lv. de Eleitores e Elegíveis do Concelho de Mafra - Freguesia de Mafra - n.º 60*

No conjunto de meninos e meninas que frequentavam a classe particular, existiam 28% de crianças cujos responsáveis educativos eram senhoras, desconhecendo-se, se eram viúvas, mães solteiras, amas ou, ainda, avós que se responsabilizariam pela educação dos netos. Quatro irmãos (dois meninos, de 3 e 7 anos, e duas meninas, de 6 e 8 anos) constituíam 18% do universo da classe; o pai, um escrivão de direito, preferia a escolarização conjunta de seus filhos na escola particular. Catorze por cento das crianças eram filhas de proprietários, e 20 % repartia-se por carpinteiros, fazendeiros, alunos oriundos de outros concelhos, filhas de serralheiro, de padeiro e guarda de alfândega. Pode referir-se que, nesta escola, a condição social das crianças é heterogénea, supondo que a preferência das famílias assentaria em motivações diversas, a que a escola pública não dava resposta⁷², a exemplo, o caso de ensino em coeducação, de quatro irmãos. Enfatiza-se ainda, um ambiente educacional, próximo ao ensino em

família. As famílias com maior poder económico podiam também escolher a mestra e coordenar a instrução de seus filhos.

A escolarização dos meninos na Escola Real de Mafra – ano de 1880

Alunos matriculados na Escola Real de Mafra – ano escolar de 1879-1880

Como foi evoluindo o desenvolvimento da escolaridade na Escola Real de Mafra?

Como foram progredindo as práticas pedagógicas e a apropriação dos alunos ao ensino?

A adopção do Método de Leitura pela *Cartilha Maternal* de João de Deus

Em 1877, no registo do inventário mensal de despesas com a Escola Real de Mafra, o seu Professor-director, Filipe António Jorge, indicava os seguintes materiais didácticos:⁷³

No dia 18 de Janeiro de 1877, um «Dicionário Prosódico, por A.J. de Carvalho - João de Deus». Em 12 de Maio de 1877, «As Primeiras Leituras, de João de Deus», e ainda, a «Selecta Clássica», do autor «João de Deus».

Dois anos mais tarde, em 1879, o Professor assentava a aquisição de **duas *Cartilhas Maternais***, do autor João de Deus. No mesmo ano, o Professor Filipe António Jorge recebia um ofício do Administrador do Concelho de Mafra, solicitando o seu parecer acerca da eficácia deste método na sua classe.⁷⁴

Procurámos, sem sucesso, junto do Arquivo Histórico Municipal de Mafra, inteirarmo-nos da correspondência da Administração do Concelho, porquanto não se encontraram os copiadorees da correspondência, para a época.

Pelas fontes supracitadas, afere-se que a Escola Real de Mafra foi seleccionada, entre outras Escolas Particulares no País, para ensaiar a eficácia deste método de ensino da leitura, já que, na época, se instalava o debate em torno de dois Métodos de Ensino: o Método Usual⁷⁵ e o de Leitura pela *Cartilha Maternal*, do poeta João de Deus (1877).

Socorremo-nos dos *Livros de Matrícula da Escola Real de Mafra*, tentando descortinar outra via, que nos esclarecesse do resultado deste ensaio.

Seleccionámos os anos de matrícula de 1879 e 1880, tentando uma (re)aproximação aos dois prováveis alunos, com a mesma idade, que estivessem nas condições exigidas

pela norma, serem «analfabetos». Os potenciais utilizadores de duas cartilhas poderiam ter sido os seguintes discípulos:

Quadro n.º 27 – Síntese do nível de aprendizagem da Leitura pelos discípulos matriculados – ano lectivo de 1879-1880

N.º Matrícula	Residência	Idade	Nível de aprendizagem à entrada na escola	Nível de aquisições no primeiro ano de frequência	Lia na 3.ª Classe de Leitura	
560	Mafra	7	Analfabeto	28/04/1879	Passou à classe de Principiante na Leitura 1880	1884 (5 anos)
567	Mafra	7	Analfabeto	12/01/1880	Passou à classe de Principiante na Leitura «	1883 (3 anos)
572	Mafra	7	Analfabeto	03/05/1880	Passou à classe de Principiante na Leitura «	Não atingiu a 3.ª classe de Leitura
561	Mafra	7	Analfabeto	12/05/1879	Passou à classe de Principiante na Leitura «	1883 (4 anos)
562	Mafra	7	Analfabeto	26/05/1879	Passou à classe de Principiante na Leitura «	Não atingiu a 3.ª classe de Leitura
573	Mafra	6	Analfabeto	22/06/1880	Passou à classe de Principiante na Leitura 1881	1885 (5 anos)
575	Mafra	6	Analfabeto	02/08/1880	Faleceu ---	---
564	Mafra	11	Analfabeto	03/05/1879	Lia na 1.ª Classe de Leitura 1881	1883 (4 anos)
565	Alcaíça	11	Analfabeto	07/07/1879	Passou à classe de Principiante na Leitura Fevereiro 1881	Não atingiu a 3.ª classe de Leitura

Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

Afere-se que, no universo dos meninos em condições de aprender a ler, pelo método da *Cartilha Maternal* de João de Deus, não se encontraram alterações significativas no ritmo precoce de aprendizagem da leitura. Qualquer deles iniciava a ler (soletração) no final de um ano de escolaridade. Um aluno de 11 anos desenvolvia, do mesmo modo, a leitura soletrada, tendo sido o único aprovado plenamente na 1.ª classe.

Consultámos o desenvolvimento da aprendizagem dos meninos matriculados, nos anos de 1877 a 1878, e observou-se o mesmo resultado na avaliação dos níveis de aprendizagem da leitura, na maioria dos alunos, um ano de escolaridade abrangia o início da aquisição deste domínio.

As diferenças mais significativas aferem-se nos três e quatro anos subsequentes, existindo três alunos que, no ano de 1883, liam correcta e fluentemente.

Nos meninos que se matricularam nos anos de 1879 e de 1880, não foram encontradas diferenças significativas no seu andamento escolar, ou observadas excepções, por terem aprendido a ler, segundo o método de João de Deus. Apenas se notarão assimetrias no ritmo de aquisição da automatização da leitura, subsequente ao terceiro ano de escolaridade.

Que currículo foi ministrado aos alunos no ano lectivo de 1879-1880?

Que famílias procuravam a Escola Real?

Quadro n.º 28 – Síntese das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos matriculados – ano lectivo de 1879-80

Níveis de apropriação do currículo escolar – Nível Elementar											
Leitura	n.º	%	Escrita	n.º	%	Aritmética	n.º	%	Catecismo	n.º	%
Não lê	3	14,2	Nada	3	14	Nada	4	19	Nada	3	14
						Soma e subtração de inteiros	1	4,7	1.ª Classe	2	9,5
Soletra ou lê mal	1	5	Escreve rudimentos (hastes; letras; palavras)	0	0	Operações até à divisão de inteiros (inclusive)	2	9,5	2.ª Classe	1	5
						4 - Operações sobre inteiros;	2	9,5	3.ª Classe	2	9,5
Lê corrente 2.ª classe	6	28,5	Escreve sofrível (bastardo ou mau cursivo)	5	24	4 - Operações sobre inteiros;	2	9,5	4.ª Classe	3	14
Lê bem 3.ª classe	11	52,3	Escreve bem; cursivo	13	62	4 - Operações sobre inteiros e dízima;	1	4,7	5.ª Classe	3	14
						Sistema métrico linear;	1	4,7	6.ª Classe	1	5
						Fracções; pesos; capacidade; juros; descontos;	10	47,6	Concluiu	6	29
Total	21	86	Total	21	86	Total	21	81	Total	21	86

Fontes: A.H.M.M. – Lvs. de Matrículas da Escola Real de Maфра - n.ºs 1 e 2

No Nível Elementar do Ensino Primário, a maioria aprendeu a ler, representando 86% do universo dos alunos que se matricularam na classe nos anos de 1879 a 1880. Destes discípulos, 5% saiu da escola a conhecer as letras do alfabeto e a soletrar, 28,5% lia corrente e 52,3% fazia uma leitura fluente e correcta.

Em relação aos níveis de apropriação da escrita, refere-se que 23,8% dos alunos apenas escrevia rudimentos ou letras e escreviam 61,9 %, representando, em paridade

com aprendizagem da leitura, 86% do universo de discípulos. Para a disciplina de Aritmética, 81% apreendeu níveis diversificados do objecto de estudo, a saber: 5 % ficou-se pela soma e subtracção de inteiros, 10% aprendeu a soma, a subtracção e a multiplicação de inteiros, tendo iniciado a divisão. Dez por cento dos alunos aprendeu as quatro operações sobre inteiros (5%) e 5% sobre inteiros e decimais. Em relação aos mais adiantados, 48 % aprendeu o sistema métrico linear, as quatro operações sobre complexos, o sistema fraccionário, medidas, de peso e capacidade, e regras de juro e companhia.

Em relação ao Catecismo, 86% dos alunos estudou a matéria em diferentes níveis: 29% dos alunos concluíram o catecismo, 5% na sexta classe, 14% na quinta e, 24 % dos alunos aprenderam rudimentos, estacionando nas 1ª, 2ª e 3ª classes.

Quadro n.º 29 – Síntese das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos ano lectivo de 1879-80

Níveis de apropriação do currículo escolar														
Gramát.	n.º	%	Hist. Pátria	n.º	%	Des. Lin.	n.º	%	Geog.	n.º	%	Moral / Civil	n.º	%
Iniciou	1	5	Concluiu	1	5	Iniciou	1	5	Concluiu	1	5	Concluiu	1	5
1ª classe	1	5				1ª classe	1	5						
2ª classe	1	5				Concluiu	1	5						
Concluiu	1	5												
Total	4	20	Total	1	5	Total	3	15	Total	1	5	Total	1	5

Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

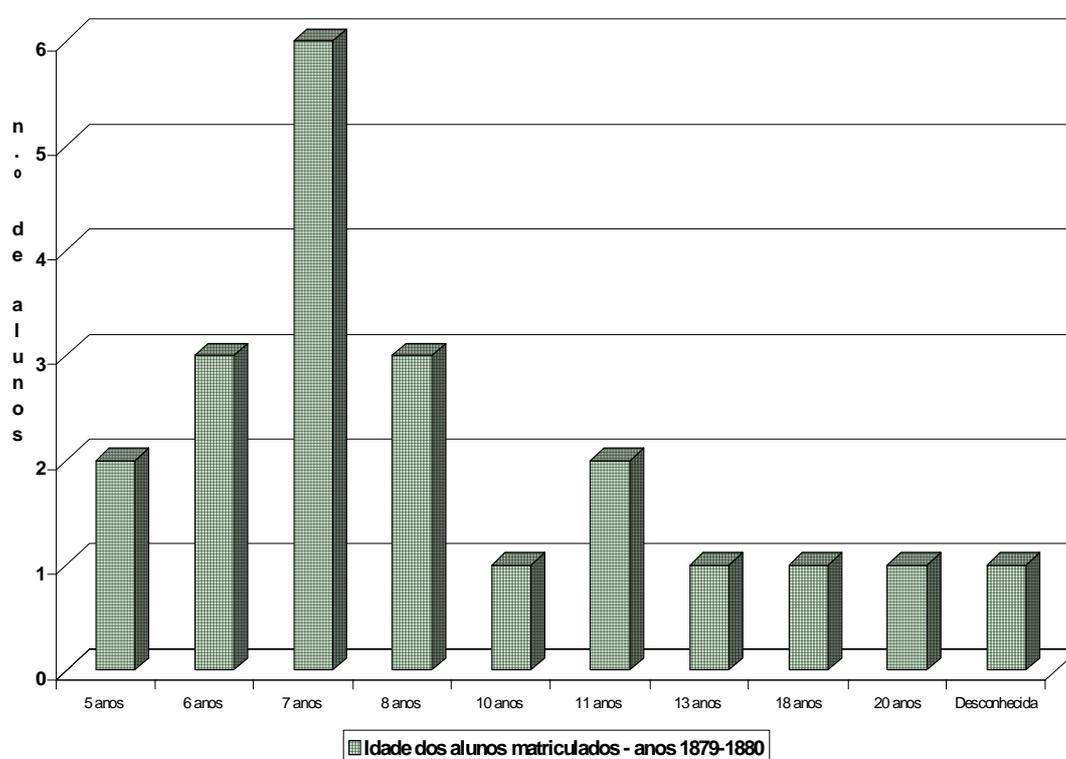
Legenda convencional:

Gramát. - Gramática; **Hist. Pátria** - História de Portugal (ou Pátria);
Des. Lin - Desenho Linear; **Geog.** - Geografia; **Moral / Civil** - Moral e Civilidade

As áreas do currículo apropriadas pelos discípulos obedeceram à seguinte ordem: a Leitura e a Escrita, o Catecismo e a Aritmética foram o objecto de estudo apreendido pelo maior número de alunos, decrescendo para aqueles que aprenderam Gramática, Desenho Linear e História Pátria, Geografia, Moral e Civilidade.

Para a maioria dos meninos matriculados na Escola Real de Mafra, a apreensão ao ensino era desenvolvida num sentido de utilidade para a vida profissional.

Gráfico n.º 34 – Idades dos alunos que frequentaram a classe ano lectivo de 1879 – 1880

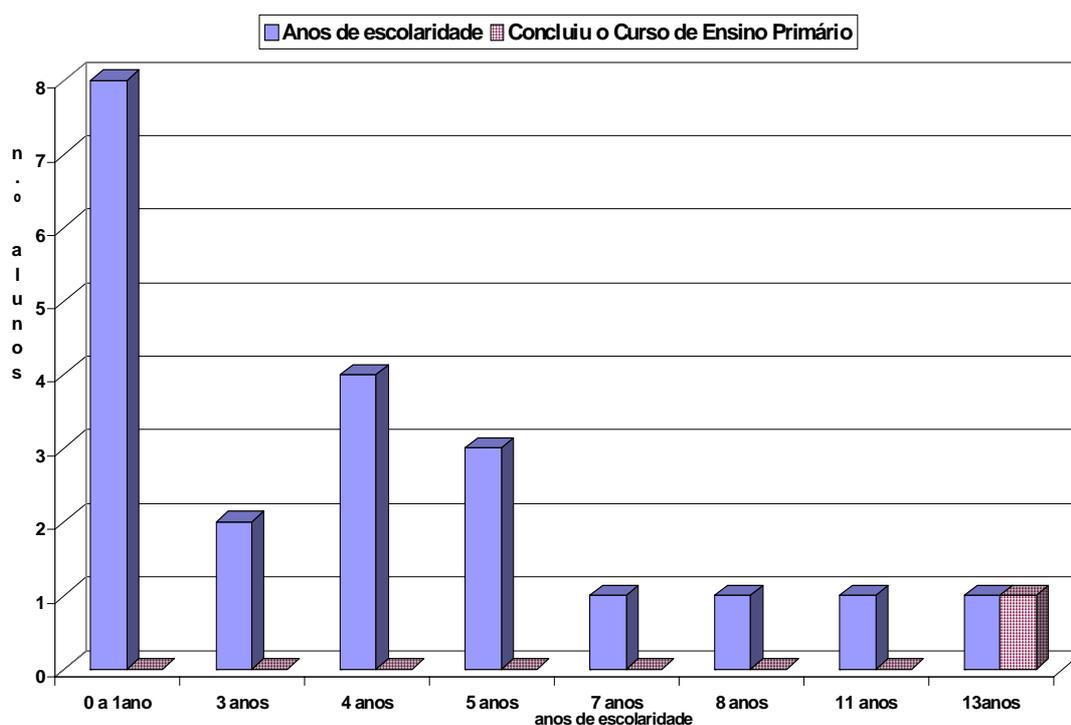


Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

A média de idades dos meninos matriculados na Escola Real nos anos de 1879-80 foi de 8,4 anos, e estavam compreendidas entre os 5 e os 20 anos. O período de franca escolaridade repartia-se, por seu lado, entre as idades de 6 e 11 anos.

Referente ao período da escolaridade, apuraram-se as seguintes informações no gráfico *infra*:

Gráfico n.º 35 – Anos de escolaridade dos alunos – ano lectivo de 1879 – 80



Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

Grande parte dos meninos frequentou a escola pelo período de um ano lectivo, sendo a maioria constituída por alunos que se ausentaram por motivo de mudança de residência das famílias. Ainda deste grupo flutuante, quatro alunos eram oriundos de outras localidades, possuindo aquisições rudimentares, e idades mais avançadas, como o caso de um exposto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de 18 anos, e um outro, com 20 anos, sendo oriundo de uma localidade da Freguesia, a mais de dois quilómetros da escola.

Para os restantes discípulos, o período de aprendizagem abrangia entre três e cinco anos, ou para além, com aquisições na leitura, na escrita, em aritmética e rudimentos de catecismo, que lhes bastavam para desenvolver os trâmites quotidianos na vida profissional, na maioria, ligados aos trabalhos agrícolas, ou a criados de servir.

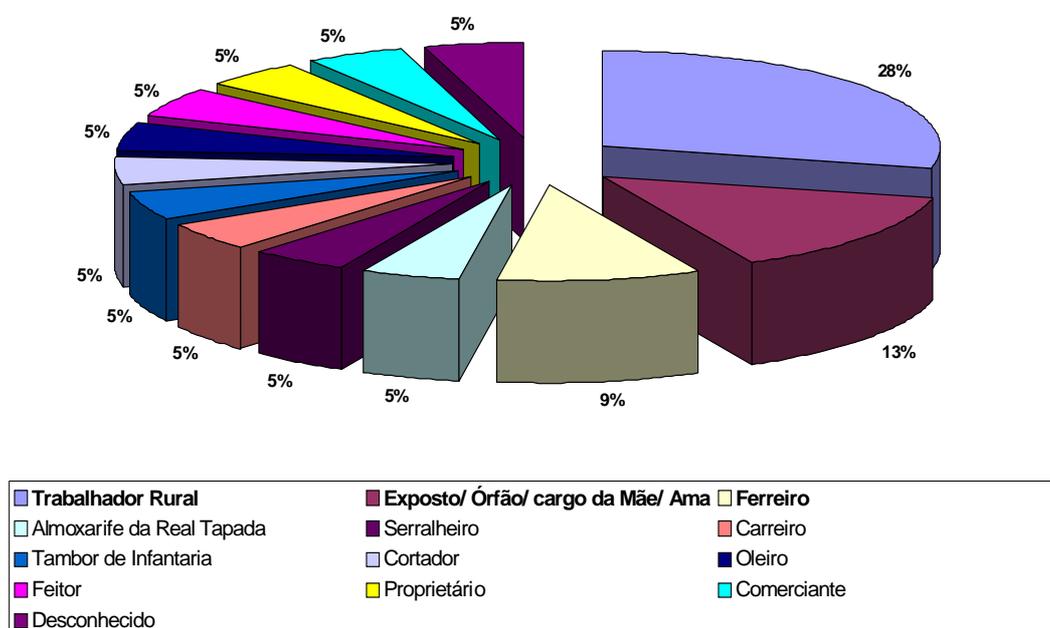
Apenas um aluno terminou o curso de Instrução Primária, alcançando o maior período de escolaridade (13 anos), no universo de 21 discípulos.

Resume-se que o período de escolaridade da maioria dos alunos era irregular, regra geral, prolongando-se além de três anos, para que adquirissem competências elementares do Ensino Primário.

De que forma a escola foi determinante na evolução da adesão das famílias ao ensino?

Quais as origens sociais dos alunos?

Gráfico n.º 36 – Origens sociais dos alunos 1879-1880



Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

As origens sociais dos meninos distribuíam-se pelos seguintes grupos: 28% vinha de famílias de trabalhadores, ligados aos trabalhos rurais; 12% eram órfãos que, na sua maioria, se constituíam por filhos de pais incógnitos ou expostos, e 1% eram tutelados por outrem, representando 41% do total de alunos matriculados, nos anos de 1879-1880.

Quanto aos grupos sociais proeminentes, os proprietários e a administração estavam heterogeneamente divididos com as classes sociais mais baixas, ligadas às profissões em vias de especialização.

Desde o ano de 1856, que à Escola Real de Mafra concorriam meninos de todas as condições sociais, enfatizando-se que a maioria não atingia o término dos estudos, quedando-se nas aprendizagens elementares, com o sentido prático da maior utilidade para a vida profissional, ficando reservado o acesso e/ou o prosseguimento de estudos às classes sociais burguesas, com maior poder económico.

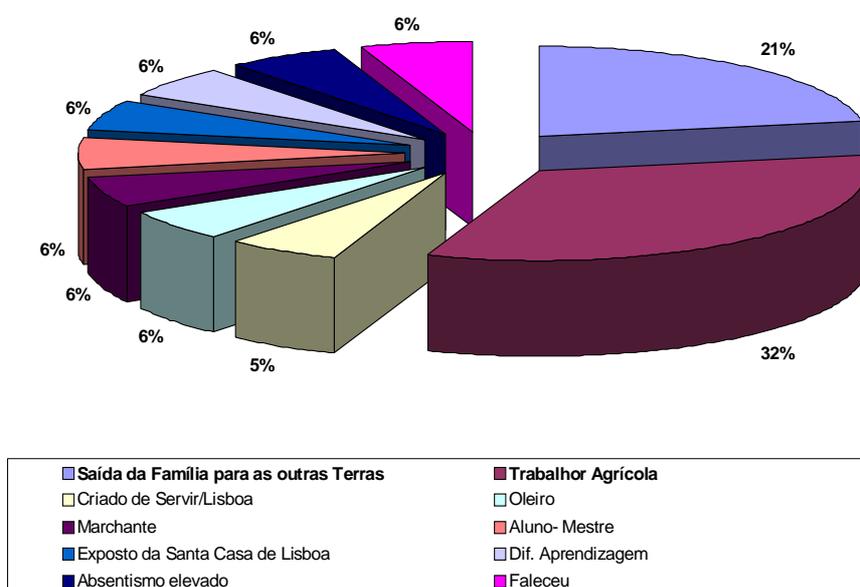
Quadro n.º 30 – Localização geográfica dos alunos que frequentaram a Escola Real – ano de 1879 – 1880

Local de origem		n.º	%
Vila de Mafra		9	43
Freguesia de Mafra	Casa Nova	2	9,5
	Achada		
Lisboa, com residência na Vila		3	14
Gouveia, com residência na Vila		1	5
Vila Nova de Barquinha, com residência na Vila		1	5
Igreja Nova		1	5
Alcaíça		2	9,5
Desconhecido		2	9,5
Total		21	-----

Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

A Escola Real de Mafra era frequentada pelos meninos que residiam na Vila (43%) e 24% com origens em localidades para além de dois quilómetros, e Freguesias limítrofes do Concelho. A escola continuava a assistir a uma população flutuante, da Instituição Militar, sendo oriundos de vários pontos do Reino.

**Gráfico n.º 37 – Destino dos alunos que frequentaram a Escola Real de Mafra
ano lectivo de 1879-80**



Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Matriculas da Escola Real de Mafra* - n.ºs 1 e 2

O destino tomado por 32% dos discípulos, após a saída da Escola Real, assentou no trabalho rural; 21 % seguiu com suas famílias para outras localidades e, em igual proporção (entre 5 e 6%), para a actividade comercial, criado de servir, oleiro e aluno-mestre na Escola Real de Mafra.

O destino dos órfãos e expostos é desconhecido.⁷⁶ A 5% dos meninos, registou-se insucesso escolar por dificuldades de aprendizagem e 5% pereceram.

A assiduidade dos meninos no ano lectivo de 1883

Segundo o *Mapa do Movimento Escolar*, elaborado pela Junta Escolar do Concelho de Mafra, em 31 de Dezembro de 1882, na Escola Real estavam matriculados 91 meninos. Na escola pública, 26 meninas e, em duas escolas particulares, 33 meninas e dois meninos. As crianças de ambos os sexos, que se encontravam em escolarização,

representavam 41 % do universo das crianças existentes em idade de escolar na Freguesia de Mafra.⁷⁷

O núcleo urbano da Vila da Mafra e a ocupação infantil na Freguesia

Nos recenseamentos escolares (1881-1897), detectou-se ausência de informação acerca da ocupação laboral das crianças, tanto no caso masculino, como no feminino. Situação análoga se passava com as que habitavam fora do núcleo urbano da Vila de Mafra.

O horário das actividades escolares na Escola Real de Mafra

Em 9 de Agosto de 1885, o Professor-director informava a Inspeção do Ensino do horário escolar: «(...) O horário foi marcado pelo Augusto Fundador da Escola; é com pouca diferença, (d)eterminado pela Câmara (...)».⁷⁸

De 1 de Outubro ao final do mês de Fevereiro

Período da manhã 9.00 h – 12.00 h

Período da tarde 1.00 h - 4.00 h

De 1 de Março a 31 de Agosto

Período da manhã 8.00 h – 12.00 h

Período da tarde 2.00 h - 5.00 h

Na Escola Real, o horário das actividades escolares foi regulado pelo Rei, existindo alunos em frequência irregular, ou ausentes, pelo que se antevê que as crianças desta freguesia não faziam excepção, ocupando-se dos trabalhos domésticos.

Quadro n.º 31 – Assiduidade das crianças que frequentavam a Escola Real de Mafra

Ano	Mês	Alunos matriculados	N.º alunos em frequência			Abstenção Faltas		Assiduidade Presenças	
			Constante	Regular	Irregular	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
1882	10	Média	%	%	%	Média		Média	
a									
1883	08	91	24	42	34	1 107		2 368	

Fontes: A.H.M.M – *Of., Circ. e Mapas – Escola Real de Mafra - C.P. 9*

Pelo quadro *supra* infere-se que no período correspondente a onze meses, 24% de alunos teve frequência ininterrupta e 42% apresentava frequência regular. Os meninos que apresentaram escolaridade irregular representavam 34%, no universo de alunos na classe. O rácio de matrícula foi de 91,3.

A média de assiduidade dos discípulos na sala de aula representa o dobro dos níveis de abstenção.

O ambiente de materialidade da Escola Real de Mafra

Em 6 de Dezembro de 1880, o Professor-director da Escola Real de Mafra, Filipe António Jorge, elaborou um inventário do material existente na escola, com as seguintes informações:

Quadro n.º 32 – Utensílios e mobília escolar na Escola Real

Escola Real de Mafra			
Descrição do material existente	N.º	Descrição do material existente	N.º
Bancos-Carteiras	21	Busto de D. Pedro V	1
Mesas	5	Relógio de parede	1
Cadeiras	6	Livros e utensílios para a escrita	-
Bancos pequenos	6	Estojos para Desenho	2
Quadros pretos de madeira	6	Variados modelos para o ensino do Desenho Linear	-
Quadros pretos de ardósia (2 metros de altura por 1,5 cm de Largura)	1	Metro molde (de Béale e outro de Motta)	-
Quadro de pesos e medidas (sistema legal)	1	Ardósias pequenas para todos os alunos	-
Caixa de padrões de medidas secas, líquidas e pesos	1	Candeeiros para a Aula Nocturna	-
Mapas Geográficos (Grandes)	6	Armários para arrecadação de alfaia escolares	-
Mapa de Portugal e mais possessões	6	Quadros com as melhores provas dos alunos em Desenho Linear	-
Atlas de Roquette e [Delarnarche]	2	«Luzgiometro»	-
Esferas (uma terrestre e outra celeste)	2	Termómetro	1
Oratório com crucifixo	1	Biblioteca com variadas obras	1
Retrato de D. Pedro V, fundador da Escola	1	Contador mecânico	-

Fontes: A.H.M.M – *Cópia do Inventário da Mobília e Utensílios Escolares Pertencentes à Escola Real de Mafra* – C.P.9 – E-26/ Reprodução Fotográfica da Escola Real de Mafra s/ data

Entre os anos de 1867 a 1881, o Professor Filipe António Jorge registou, nos livros próprios, todo o movimento das despesas efectuadas com a escola e apuram-se as seguintes informações:

Quadro n.º 33 – Material diverso desde 1 de Junho de 1867 a 1881

Descrição do material existente	n.º	Data	Descrição do material existente	n.º	Data
Escova (50m)	1	10-07-1867	Cadeiras de palhinha	3	26-12-1878
Vassoura (80cm)	1	22-10-1867	Alguidar pequeno (para lavar as mãos)	1	15-04-1875
Apagador para giz	1	Idem	Tinteiro	1	21-06-1872
Estante para livros	1	14-05-1867	Folhas de papelão	6	04-03-1873
Expositores de Midosi	6	26-12-1867	Molduras	6	Idem
Tinteiros	--	26-01-1869	Funil	1	23-07-1873
Almotolia para petróleo	1	22-03-1870	Novelos	2	09-08-1873
Candeeiros de petróleo	7	20-11-1870	Bilha de água	1	17-01-1874
Lápis (marca Watter Frères)	21	04-04-1871	Diversos ingredientes para tinta	--	02-09-1874
Transferidor	1	28-04-1878	Ardósias pequenas	12	27-12-1881
Decímetros duplos	2	Idem	Fazenda de linho para forrar livros	--	22-12-1881
Molduras para desenho	8	26-06-1878	Papel, penas, tintas, goma – arábica, etc.	---	Ao trimestre

Fonte: B.N.P.M. – Lv. 1 - Escola Real de Mafra – Despesas Diversas desde 1 de Junho desde o ano de 1867 a 1881

Os manuais escolares da Escola Real de Mafra

«(...) De forma breve tracei noutra oportunidade e agora retomei a ideia que relativamente ao processo de Escolarização em Portugal, para os séculos XVIII, XIX e XX, genericamente o estatuto do manual escolar oscilou numa dialéctica triangulada: a) o manual escolar identifica-se com a escola, como método e disciplina e posteriormente como enciclopédia; b) o manual escolar constitui uma iniciação, uma conceptualização, uma remissão; c) o manual escolar, enquanto livro único constitui-se como uma antropologia, uma visão total organizada sobre o mundo.»

Justino Pereira de Magalhães⁷⁹

Quadro n.º 34 – Biblioteca Escolar (manuais e diversos livros) 1867-1872

Descrição do material existente	n.º	Ano	Descrição do material existente	n.º	Ano	
<i>Gramáticas</i> (C. Figueiredo Vieira)	6	1867	<i>Compêndio de História de Portugal</i> (João F. Pereira)	1	1871	
<i>Corografias</i>	3		Livros de Agricultura Popular (cartonados)	12		
<i>Curso normal de Escrita Elementar</i>	1		Dicionários (Jogo)	1		
<i>Gramáticas portuguesas</i>	6		<i>Exercícios Portugueses Para Leitura e Análise</i> (A. Roeder) Encadernado	1		
<i>Livros do Povo</i>	12	1869	<i>Leitura Populares Instrutivas e Morais</i> (Brito Aranha) Cartonados	--		
<i>Manuais de Civilidade de Carlos Silva</i>	6		Biblioteca Popular- Leituras e Higiene - cartonados	12		
<i>Compêndio de Álgebra facilitada</i>	1		Livros para a <i>Biblioteca Popular</i>	2		
Livros de Leitura « <i>O Rei e o Soldado</i> »	12		<i>Métodos Facílimos para Aprender a Ler</i>	6		
<i>Compêndio de História de Portugal</i>	6		<i>O Meu Livro – Virgem da Polónia</i>	1		
Livro <i>Enfants et Parents</i>	1		<i>Biblioteca Popular – Contos do Tio Pedro</i>	12		
<i>Compêndios de Gramática</i>	6		<i>Métodos Facílimos para Aprender a Ler</i>	4		
<i>Método Facílmo para Aprender a Ler</i>	6		<i>Compêndios de Gramática Portuguesa</i>	4		
<i>Bíblcias da Infância</i>	6		<i>Compêndios de Civilidade</i>	4		
<i>Compêndio de Desenho Linear</i> (M. Ghira)	1		1870	<i>O Monumento de Mafra</i>	1	1872
Exemplares para Escrita	13	1870	<i>Noções Elementares de Desenho</i> (Dr. Azevedo)	1		
<i>Selectas Camonianas</i>	6		<i>Leituras Instrutivas e Morais</i> (Brito Aranha)	1		
<i>Compêndio de Godinho</i>	1		<i>Leituras Populares</i> (Brito Aranha)	--		
<i>Colecção de Desenhos</i> (de Godinho)	--		<i>Métodos Facílimos Para Aprender a Ler</i> (Monteverde)	6		
<i>Histórias de Simão de Nantua</i>	6		<i>Curso Teórico Prático de Desenho Linear</i> [V/Beall]	--		
Livros manuscritos para Leitura	10		<i>Bíblcias da Infância</i>	6		
<i>Compêndios de Civilidade</i> (Carlos Silva)	6		<i>Livro de Meninos</i>	1		
<i>Catecismos</i> (Encadernados)	8		1871	<i>A Descrição Minuciosa do Monumento de Mafra</i>	2	
<i>Catecismos</i> com Brochuras	20			Almanaque	1	
Livro de Aritmética	1			<i>Contos do Tio Pedro</i> (cartonados)	3	
Livros para a <i>Biblioteca Popular</i>	10	<i>História Pátria</i> (Midosi)		4		
Corografias (de Bettencourt)	10	<i>Compêndios de Gramática</i>		4		
<i>Compêndios de Moral</i>	4	<i>Manual Enciclopédico</i> (Monteverde)		12		
Exemplares para Desenho	--	<i>Ramalhetinhos da Infância</i>		6		
Livros para a <i>Biblioteca Popular</i>	2	Diversos Exemplares de Desenho e Pautas		--		
<i>Compêndio de Pedagogia</i>	1	Assinatura do <i>Boletim do Clero e do Professorado</i> (Semestral) – Agosto		--	1871	
<i>Compêndio de Agricultura</i>	1	<i>Idem</i> – Abril		--	1872	
<i>Compêndio de Agricultura</i> (João Félix)	1			--	-----	

Fonte: B.N.P.M. – Lv. 1 - Escola Real de Mafra – Despesas Diversas, desde 1 de Junho de 1867 a 1881

Quadro n.º 35 – Biblioteca Escolar (manuais e diversos livros) 1873-1881

Descrição do material existente	n.º	Ano	Descrição do material existente	n.º	Ano	
<i>Compêndios de Desenho</i> (Bettencourt)	6	1873	<i>Corografias</i> (Bettencourt)	2	1881	
<i>Compêndios de História de Portugal</i> (A.J.Vialle)	12		<i>História de Portugal</i> (Pinheiro Chagas); do 3.º ao 14.º Fascículo	--		
<i>Jogo de Dicionários Portugueses</i> (Fonseca Roquette)	1		<i>Gramáticas Portuguesas</i>	6		
<i>A Virgem da Polónia</i>	1		<i>Livro de Histórias</i> (H.Fabre; Tradução Salgado Carth)	1		
<i>Os Últimos Momentos de D. Pedro V</i>	1		<i>Instrução Popular O Primeiro Livro da Escola</i> (J. A.S. Raposo)	1		
<i>Atlas Nacional</i>	1		<i>Biblioteca do Povo (das Famílias e das Escolas)</i>	--		
<i>Catecismos</i> (de Arlett)	--		<i>História de Portugal</i>	3		
<i>Tesouro dos Meninos</i>	--		<i>Geografia Geral</i>	4		
<i>Mimo à Infância</i>	--		<i>Mitologia</i>	3		
<i>Reflexão da Língua Portuguesa</i>	--		<i>Ciências Físico Naturais (Introdução)</i>	4		
<i>Compêndios de Civilidade</i>	4		<i>Zoologia</i>	3		
<i>As Grandes Verdades Religiosas</i>	12		<i>Elementos de Física</i>	3		
<i>Compêndios de Civilidade</i> (Carlos Silva)	4		<i>Botânica</i>	3		
<i>Métodos Facílimos</i> (Monteverde)	6	<i>Aritmética Prática</i>	4			
<i>Dicionário de Português</i> (Roquette)	1	<i>Aritmética</i>	3			
<i>A Virgem da Polónia</i>	1	<i>Desenho Linear</i>	3			
<i>Reinado de D. Pedro V</i>	1	<i>Economia Política</i>	3			
<i>Reflexões Sobre a Língua Portuguesa</i>	1	<i>Agricultura</i>	3			
<i>Palestras Familiares sobre o Protestantismo de Hoje, em Defesa do Catolicismo</i> (por Segurd)	1	1875	<i>Álgebra Elementar</i>	3		
<i>Dicionário Prosódico</i> por A.J. de Carvalho (João de Deus)	1	1877	<i>Mamíferos</i>	3		
<i>As Primeiras Leituras</i> (João de Deus)	1		<i>Higiene</i>	4		
<i>Selecta Clássica</i> (João de Deus)	1		<i>Jurisprudência</i>	4		
<i>Cartilhas Maternais</i> (João de Deus)	2	1879	<i>Manual de Fabricantes de Vernizes</i>	--		
<i>Gramáticas Portuguesas</i> (Figueiredo Vieira)	6	1881	<i>Telegráfica Eléctrica</i>	4		
<i>Ramalhetinhos da Puerícia</i>	12		<i>Geometria Plana</i>	4		
<i>História Alegórica de Portugal</i>	1		<i>A Terra e os Mares</i>	4		
<i>Bíblia da Mocidade</i> (S. J. Ribeiro de Sá)	--		<i>Acústica</i>	4		
<i>Compêndio de Doutrina Cristã</i>	30		<i>Gramáticas</i>	4		
<i>Manual de Ginástica</i> (Paulo Lauret)	--		<i>A Colónia Portuguesa</i>	4		
<i>Manuais de Geografia</i> (Gautier)	2		<i>Geologia</i>	--		
1.ª Parte do 1.º Livro de Leitura (Raposo)	12		1881	Expositores de leitura - método de João de Deus e de Simão Raposo	---	1885
2.ª Parte do 1.º Livro de Leitura (Raposo)	12			Assinaturas do <i>Boletim do Clero e do Professorado</i> (Semestral)		1873 a 1874
2.ª Parte do 2.º Livro de Leitura (Raposo)	12			Assinatura da Revista <i>Fröbel</i> (até ao número 24)	--	1884
<i>Manual de Civilidade</i> (Carlos Silva)	8	Assinatura do Jornal – <i>A Escola</i> – um trimestre		---		

Fontes: B.N.P.M. – Lvs. 1 e 2 - Escola Real de Mafra - Despesas Diversas - 1867 a 1881/ 1881 a 1908

Os manuais escolares existentes na Escola Real de Mafra eram diversos, destinados aos discípulos que frequentavam os dois graus de Ensino Primário. Para os primeiros anos, cartilhas de leitura, manuais de iniciação à escrita. Para os mais adiantados, gramáticas, livros de leitura instrutiva, do tipo enciclopédicas, onde as matérias se apresentam vastas e extensas, apelando à Civilidade (regras de conduta social), princípios da Religião e a ela ligada o ensino da Moral (a ideia dos deveres e dos direitos). As matérias tendem a complexificar-se, com o estudo da Aritmética, Desenho Linear, Geografia, da História (princípios da nacionalidade), das Belas Artes e da Física.

Outra área prende-se com os manuais que se destinavam à biblioteca popular, existindo uma vasta oferta de informação especializada com conhecimentos mais úteis, ligados ao saber fazer.

O Professor-director da Escola Real de Mafra, no ano de 1885, prestava informações várias, ao Sub-inspector do Círculo Escolar, particularmente quanto ao edifício escolar, referindo que a escola e as suas dependências ocupavam cinco casas, a saber:

Quadro n.º 36 – Ergonomia dos espaços na Escola Real de Mafra – ano de 1885

Salas	Comprimento	Largura	Altura	Superfície	Volume	Material	População-alvo	n.º
Aula	20 m	4,9 m	6,27m	98 m ²	614,460 m ³	Bancos-carteiras	Para 105 alunos	26
						5 mesas (grandes)	Professor	1
							Professor - ajudante	1
							Alunos - mestres	3
						Cadeiras de palhinha	Decuriões	6
						Bancos (pequenos)	Decuriões	6
						Quadros negros (sendo 1 de 2m por 1,5)	Professores	8
Ginásio	12,8 m	4,9 m	-----	62,72 m ²	-----	Paralelas móveis	Paralelas fixas	
						Argolas	Escadas	
						Trapézio	Cintos	
						Varas oscilantes	Barras	
						Cordas (lisas)	Escada oblíqua de bancos e degraus cilíndricos	
						Cordas (de nós)		
Casa de Entrada	13 m	4,9 m	6,27 m	63,7 m ²	399,399 m ³	Arquivo		
						Sala de apoio (comum às restantes)		
Casa dos Chapéus	3,7 m	2,6 m	3,75 m	9,62 m ²	36 m ³	Chapéus, barretes, casacos dos alunos		
Corredor	17,8 m	2,6 m	4,5 m	46,28 m ²	208,260 m ³	Entrada		

Fontes: B.N.P.M. – *Maço de Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra – 1867 a 1903 – Of. Circ. - 9 – 07-1885*

Na Escola Real de Mafra, a ergonomia dos espaços harmonizava-se com as ideias pedagógicas do século XIX, no que concerne ao funcionamento de uma classe-modelo. Quer fosse através dos utensílios e da mobília, quer nos diversos manuais escolares, torna-se visível a aplicação das várias Reformas de Ensino em Portugal.

Os professores constituíam-se hierarquicamente entre decuriões, alunos-mestres, um professor-ajudante e o professor-director. O trabalho em equipa passava pela actualização e adaptação constante de metodologias educativas, compreendendo várias didácticas de ensino para o bom andamento escolar, confirmando-se nas práticas pedagógicas e na adesão às ideias do associativismo da classe do professorado, que transparecem nas assinaturas de um jornal e de duas revistas pedagógicas: a do *Clero e o Professorado*,⁸⁰ entre as décadas de sessenta e setenta do século XIX, e, na década de oitenta, na *Fröbel*⁸¹ e no jornal *A Escola*.⁸²

Em 14 de Fevereiro 1882, dá-se conta, através das informações fornecidas pelo Professor-director da Escola, Filipe António Jorge, à Inspeção, que os métodos de

ensino então utilizados pelos professores eram «(...) vários: o analytico synthetico, expositivo, interrogativo e intuitivo. O Modo de ensino: Mixto». ⁸³

«(...) Reflexo disso é a confusão que se estabelece ao ler textos coevos, inclusive legislação, e tentar perceber o que são, para os autores, modos e métodos, conceitos que muitas vezes se confundiam, mudando de significado.

Para especificar o que se entende por um e outro procedemos à sua definição, utilizando autores da época em estudo. Começamos por Silvestre Ribeiro (1871, vol. VIII, p.p. 155–158) que distinguia modo, método, e processo. Modo é “ a maneira de organizar e dirigir o ensino o movimento geral de uma escola”. Apresenta quatro: individual, simultâneo, mútuo, e misto. Método é o “conjunto dos meios que hão-de ser empregados e da ordem que há-de seguir-se para transmitir aos discípulos uma verdade qualquer, ou um complexo de verdades, uma ciência. Diferencia dois tipos de métodos. Quanto aos meios podia ser expositivo ou interrogativo; quanto à ordem a seguir, demonstrativo (sintético) ou inventivo (analítico). Processos são “certos meios acessórios, por vezes mecânicos, que um método tem à sua disposição, mas que aliás não são da sua essência”» (Dias, 2000: 126).

Em sessão de 5 de Outubro de 1908, aquando da anexação⁸⁴ da Escola Real de Maфра à Escola Oficial de Santo André, redigia-se a acta de transmissão de todo equipamento escolar efectivo.⁸⁵

Qual o erário despendido pela Vedoria da Fazenda da Casa Real com a Escola Real de Maфра para garantir a qualidade de ensino que observámos?

Quadro n.º 37 – Despesas anuais com a Escola Real – 1868-1880

Ano	Despesas anuais com o desenvolvimento escolar	Quantia em réis	
1868	Manutenção: limpeza, pinturas, manutenção do mobiliário, arranjos diversos, etc.;	17	220
	Aquisição de material de desgaste: preparos para tintas, papel, penas, lacre, fósforos, etc.;	34	029
	Material didáctico: livros, expositores de leitura, mapas, etc.;	9	010
	Prémios e esmolas;	248	280
	Outras despesas não discriminadas;	-----	100
	Total	308	639
1869	Manutenção: limpeza, pinturas, manutenção do mobiliário, arranjos diversos, etc.;	25	270
	Aquisição de material de desgaste: preparos para tintas, papel, penas, lacre, fósforos, etc.;	33	725
	Material didáctico: livros, expositores de leitura, mapas, etc.;	16	780
	Prémios e esmolas;	248	280
	Almotolias de petróleo	-----	240
Outras despesas não discriminadas;	-----	410	
	Total	324	705
1871	As mesmas despesas inerentes ao cômputo total dos anos anteriores;		
	Total	110	420
1872	As mesmas despesas, exceptuando os prémios e esmolas, que não constam das despesas posteriores ao ano de 1871;		
	Total	71	235
1873	As mesmas despesas relativas aos anos anteriores;		
	Total	81	385
1880	As mesmas despesas relativas aos anos anteriores;		
	Total	90	000

Fontes: B.N.P.M. – Lvs. 1 e 2 - Escola Real de Maфра - Despesas Diversas - 1867 a 1881/1881 a 1908

Nos anos de 1868 a 1871, às despesas correntes acrescia-se um elevado montante financeiro para prémios e esmolas, que eram distribuídos anualmente aos melhores alunos da classe ou àqueles que, em condições de pobreza, frequentavam a escola com assiduidade e aproveitamento.

No *Relatório do Acontecido na Escola Real de Mafra* (1858), pode ler-se: «(...)E em nenhuma das suas visitas deixava (Dona Estefânia, a Rainha) de contemplar com alguns actos de beneficencia os alumnos da Eschola de cuja pobreza tinha noticia.»

Enfatizava ainda o dito professor que «alguns pais despeitados por mal cabidas ambições, intrigavam à surdina contra o professor que se recusava a satisfazer as suas injustas exigencias» e que «o mau effeito que produzia nos animos dos pais o dinheiro que com tão santas intenções era liberalizado aos filhos» fizeram com que o Rei D. Pedro V determinasse a cessação das «esmolas pecuniarias» e que às crianças pobres, se distribuíssem «andainas de fato» que não tivessem «a indole de premio».⁸⁶

De despesas correntes com o desenvolvimento escolar, entre os anos de 1868 a 1880, apuraram-se valores entre 60\$000 e 90\$000 réis, compreendendo todo o consumo, com materiais de desgaste (tintas, penas, papel), higienização dos espaços, compra de manuais escolares e de livros especializados, para o apetrechamento da Biblioteca Escolar.

Refira-se ainda que, no ano de 1883, em nove Freguesias do Concelho, do imposto lançado para prover a Instrução Primária, apura-se uma média de 39\$100 réis por localidade, por contraste com 90\$000 réis apurados na Escola Real, no ano de 1880.

A qualidade de ensino tinha custos muito elevados que proviam o indispensável ao normal desenvolvimento das actividades escolares, compreendendo, ainda, a habilitação dos docentes que ministravam o ensino nas Escolas.

Quadro n.º 38 – Professores que exerceram na Vila de Mafra – 1882-1893

Professores		Categoria	Idade	Habilitações					Escola
♀	♂			1.º e 2.º Grau Escola Normal	1.º Grau	Exame de Estado	Exame de Admissão aos Liceus	Curso de Instrução Primária	
----	1	Professor -director	38	1	----	----	----	----	Escola Real de Mafra
----	1	Professor -ajudante	30	1	----	----	----	1	
----	3	Aluno -mestre	37	----	----	----	1	2	
			30						
			19						
----	5	Total	31	2	1	----	1	3	
1	----	Professora vitalícia	28	----	1	----	----	----	Escola Conde Ferreira
2	----	Professora temporária	26	2	----	----	----	----	
			23						
1	----	Professora -ajudante	18	----	----	----	1	----	
----	----	----	Média	----	----	----	----	----	
4	----	Total	24	2	1	----	1	----	

Fontes: B.P.N.M. – *Maço de Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra – 1867 a 1903 – Ofício Circular n.º 6 de 14-02-1882/ A.H.M.M. – Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho - C.P. 4 - Freguesia de Mafra – Processo dos Professores - C.P. 5 - E-28 / Lvs. de Matrícula - n.ºs 1 e 2 – 1856-1893*

Na Escola Real de Mafra, cinco mestres exerciam o Magistério Primário, repartindo-se pela seguinte ordem hierárquica: um professor com habilitações do Primeiro e Segundo Grau, pela escola Normal de Lisboa, acumulava as funções de Director da escola. Um professor-ajudante, com a mesma habilitação, coadjuvava o Professor-director conjuntamente com três alunos-mestres, cuja aptidão compreendia a habilitação do Primeiro Grau do Curso Normal; um outro, com Exame de Admissão nos Liceus, e dois, com o Curso de Instrução Primária, ministrado na Escola Real. A média de idades dos professores era de 31 anos.

Na Escola Conde de Ferreira, entre os anos de 1882 a 1893, leccionaram três mestras, uma com provimento vitalício, habilitada com o Primeiro Grau do Curso Normal Primário; as restantes, obtiveram provimento temporário, nos primeiros anos de ensino, sendo habilitadas com o Primeiro e Segundo Graus do Curso do Magistério Primário. Uma professora-ajudante apoiava a docente no desenvolvimento escolar, estando habilitada com o Exame de Admissão aos Liceus. A média de idades das professoras era de 24 anos.

A escolaridade das meninas – ano de 1893

Os modelos dos mapas da frequência escolar alteraram-se, passando a vigorar mapas estatísticos de assiduidade mensal. Se, por um lado, se perdem informações personalizadas, por outro, ganha-se no estudo da assiduidade, que se aferirá no estudo da escolarização das meninas.

Quadro n.º 39 – A classe de meninas – ano de 1893

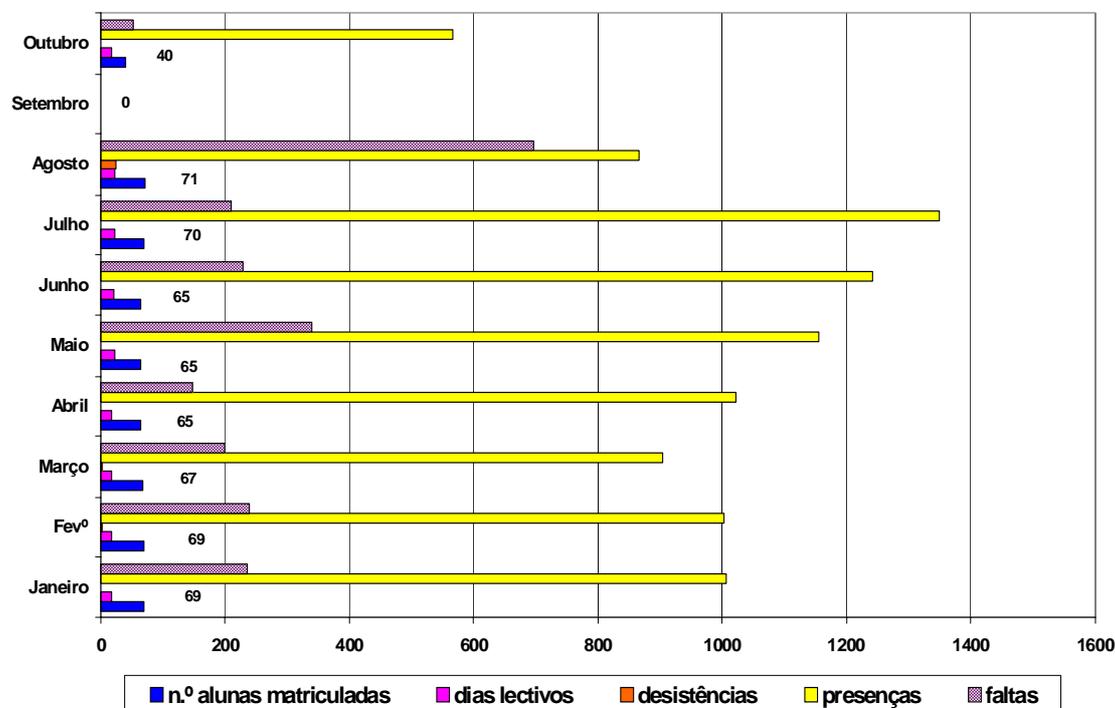
Mês	N. de alunas matriculadas	Aulas dadas (dias lectivos)	Presenças	Faltas	Alunas em frequência legal b)	Desistências
Janeiro	69	18	1006	236	56	0
Fevereiro	69	18	1003	239	56	2
Março	67	17	904	199	54	2
Abril	65	18	1022	148	54	0
Mai	65	23	1155	340	63	0
Junho	65	21	1241	229	69	0
Julho	70	22	1350	210	64	0
Agosto	71	22	866	696	37	25
Setembro	0	0	0	0	0	0
Outubro	40	17	567	52	29	0

b) Alunas que frequentavam em regime total (6 horas).

Fontes: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos Professores – Modelo E* – Freguesia de St.º André de Mafra – ano lectivo de 1892 – 1893 – meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1 – E-28

O rácio de alunas matriculadas no ano de 1893 foi de 64,5 e o de meninas em escolarização de 53,5. A percentagem em assiduidade foi de 79,5% e de 20,4% de abstenção. Os níveis de abandono escolar situaram-se em 5,6 %.

Gráfico n.º 38 – A assiduidade das meninas – ano de 1893



Fontes: A.H.M.M. – *Boletins e Folha dos Professores – Modelo E* – Freguesia de St.º André de Mafra – ano lectivo de 1892 – 1893 – meses de Janeiro a Outubro de 1893 – C.P.1 – E-28

Do total de alunas matriculadas (64,5%), frequentavam a escola 53,5%, aferindo-se uma diferença de 11% entre o número de matriculadas e as que realmente frequentavam a aula. Estas discentes apresentavam bons níveis de escolaridade indicados por uma frequência regular.

O horário das actividades nas escolas públicas

Período da manhã 9.00 h – 12.00 horas

Período da tarde 2.00 h – 5.00 horas⁸⁷

Nesta Freguesia, o horário escolar obedecia ao estabelecido pela Câmara Municipal de Mafra, que o normalizou em todas as escolas do Concelho. No que concerne à distribuição da carga horária, adaptava-se ao que a Lei demandava.⁸⁸

Perante o desenvolvimento da escolaridade que fomos observando, questiona-se:
Quem foram as crianças que terminaram os Estudos Elementares nesta Freguesia?

Termo de escolaridade – Exames Públicos

Até à Reforma de João Franco, em 1894, os Exames de Instrução Primária de Nível Elementar (Primeiro Grau) decorriam na Escola Real de Mafra. Posteriormente, o Exame passou a desenvolver-se em cada escola pública das diferentes Freguesias do Concelho de Mafra. O professor emitia um certificado que, depois, o remetia ao Comissário de Estudos de Instrução Primária, sediado em Lisboa. O certificado devidamente autenticado pelo Comissário era entregue às famílias que o requeriam. Os alunos propostos pelos professores - que estivessem em condições de terminar os Estudos Primários do Nível Complementar (2.º Grau de Instrução Primária) - deslocavam-se a Lisboa, ao Liceu Nacional, para serem examinados por um júri de exames. Quer os alunos propostos ao Exame Complementar, quer as classificações obtidas, eram lançadas em pautas próprias.

Estava assim definitivamente afastada, no Primeiro Grau de Ensino Primário, a grande importância burocrática dos exames na escola-sede do Concelho de Mafra. A generalização social neste grau de ensino, a maior apropriação dos alunos, a maior assiduidade escolar e, sobretudo, o advento de um número cada vez maior de professores qualificados com o diploma das escolas normais primárias.

Exames de Instrução Primária Elementar na Freguesia de Santo André de Mafra (1.º Grau de Ensino Primário): 1881-1894

Os Livro n.º1, *Termos de Exame da Instrução Primária do Concelho de Mafra*, n.º 90, anos de 1882–1885; o Livro n.º 2, *Termos de Exame da Instrução Primária do Concelho de Mafra*, n.º 91, anos de 1886–1894; o *Livro de Actas das Sessões do Júri de Exames (Comissão Inspector) do Concelho de Mafra*, n.º 271, anos de 1887 – 1886; *Livro de Registo de Correspondência Expedida pela Comissão Inspector de Exames*, n.º 321, anos de 1882–1891, deram-nos indicações precisas dos alunos que terminaram o Exame Elementar; proveniência escolar (escola pública ou particular, ou de outras

localidades); a escolha do local de exame; o ambiente pedagógico em que estes se desenrolaram; as condições materiais para os concretizar. Alguns livros discriminam minuciosamente as cadeiras examinadas e as médias obtidas pelos alunos, dando ainda indicadores de filiação conduzindo-nos às famílias.⁸⁹

Alunos

Tivemos em conta os *Recenseamentos Escolares* que se encontram nas Caixas Grande n.º 1, anos de 1882 a 1897 e Pequena n.º 8, anos de 1898 a 1900, em que pudemos verificar se eram alunos ou alunas da escola pública e respectivas origens.

Famílias

Com suporte nos *Livros de Recenseamento Político do Concelho de Mafra*, anos de 1851 a 1882, rasteámos as famílias de alguns alunos que fizeram este percurso terminal.

O local de Exame Primário Elementar

A Comissão Inspector de Exames designou a Escola Real de Mafra,⁹⁰ sita na sede do Concelho, Freguesia de Mafra, no Real Convento, para que aí se efectuassem os exames de Instrução Elementar Primária.⁹¹ A Lei apontava para que se realizassem na escola pública localizada na sede concelhia. Legalmente, a escola Conde Ferreira de meninas, sita na sede do Concelho, deveria assumir o seu desenvolvimento. Contudo, pelas condições excepcionais de materialidade que a Escola Real de Mafra oferecia, converteu-se no suporte físico permanente do acto solene dos Exames Primários.⁹²

Para o exame das meninas, solicitava-se uma máquina de costura, pano, agulhas e linhas. Era ainda requisitado outro material para uso geral, como: tintas, papel, penas e mapas anexos, normalizados no Regulamento de 28 de Julho de 1881, à Câmara Municipal do Concelho.⁹³

Os exames desenrolavam-se em duas fases distintas e complementares: um dia destinado aos exames escritos, outro aos orais, podendo o número de dias ser proporcional ao maior número de alunos propostos, sendo então atribuídos mais dias para os exames.

No término das provas, a Comissão Inspector do Júri de Exames reunia-se para deliberar as notas a atribuir aos alunos, afixando-as em pautas de exame (*Modelo E - Livro 321*), para posterior consulta de qualquer interessado.

O Estado custeava uma bolsa de 10\$000 réis aos alunos melhor classificados, normalmente os que terminavam com «distinção», sendo da competência do Júri de Exames a atribuição do prémio, informando as autoridades competentes.

Distinções / Prémios de Exames atribuídos

«(...) ao Excelentissimo Presidente da Junta Geral do Districto de Lisboa, e no qual se declarava que a referida Junta, desejando associar-se ás demonstrações de regozijo pelo auspiciozo e proximo enlace de Sua Alteza o Principe Real, o Senhor Dom Carlos, determinara perpetuar no districto a memoria de tão faustosissimo acontecimento, offerecendo um diploma de merito e um premio pecuniário de dez mil reis ao alumno que, em cada um dos differentes concelhos do mesmo districto, melhor classificação obtivesse no exame d' instrucção primaria elemental e que assim pedia esta Commissão que lhe enviasse para tal fim a conveniente proposta.»⁹⁴

Ano lectivo de 1889 – 1890

Pedro Filipe dos Santos Gradil, nascido no dia **17 de Setembro de 1879**, filho de Domingos António dos Santos Gradil, proprietário.⁹⁵

Pedro terminava as provas escritas, com a menção de «Ótimo» em Ortografia, em Aritmética e em Desenho Linear.

Nas provas orais, obteve a classificação de «Ótimo» na Leitura; «Bom» em Análise; «Ótimo» na Gramática e em Aritmética; «Bom» em Moral e Doutrina e em Aplicação; em Comportamento «Ótimo» e em Aproveitamento «Bom». Ficou aprovado no exame com menção de «Distinto».

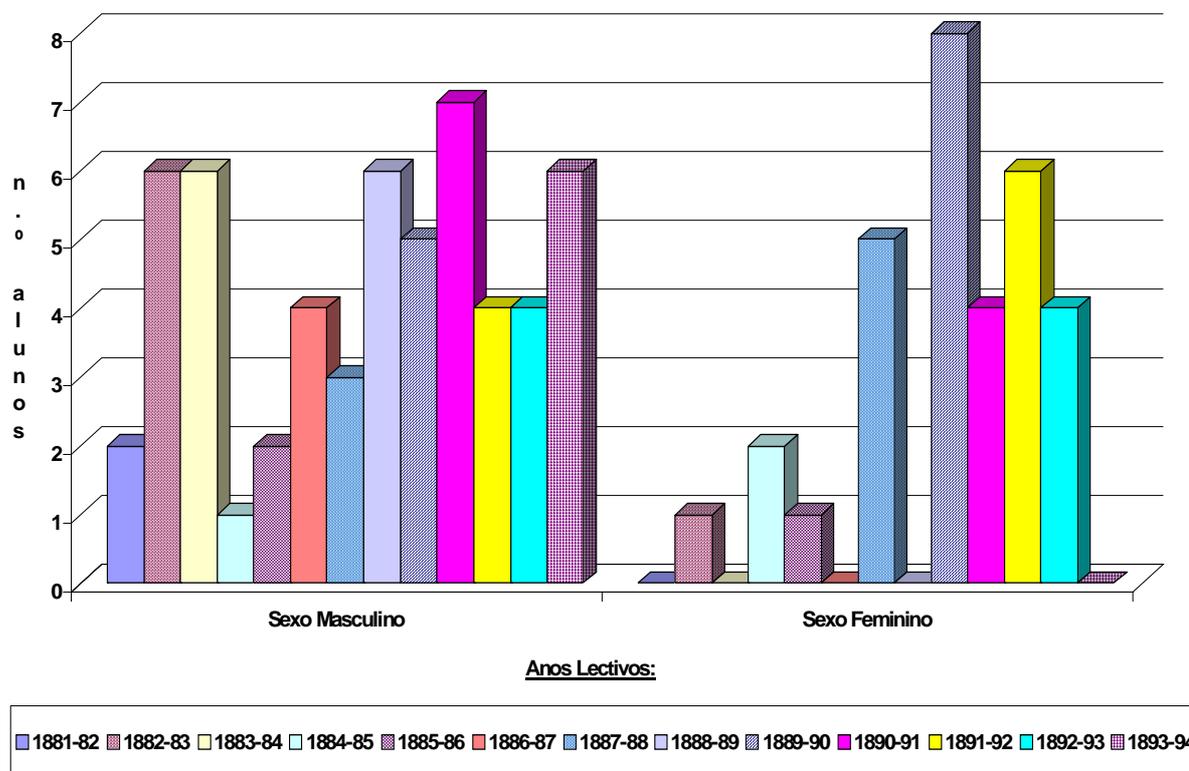
Ano lectivo de 1890 – 1891

Maria da Luz Jorge, nascida em **2 de Setembro de 1879**, filha de Filipe António Jorge, Director da Escola Real de Mafra.⁹⁶

Maria concluiu as provas escritas, com «Ótimo» em Ortografia, «Bom» na Aritmética e em Desenho Linear.

Nas provas orais obteve a classificação de «Ótimo» na Leitura, em Análise, na Gramática, em Aritmética, em Doutrina Moral e em Lavoros. Foi aprovada no exame com menção «Distinta».

Gráfico n.º 39 – Alunos que concluíram o Exame Elementar Primário – anos 1881-1894



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - Freguesia de Santo André de Mafra - anos de 1881- 1897 - C.G.1/ *Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º 318/ *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra* - 1882 - 1885 – n.º 90-1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1886 - 1894 – n.º 91- 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames* - 1882-1891 - n.º321/ *Lv. Matrículas dos Alunos da E.R.M.* – n.ºs 1 e 2 – 1856-1896

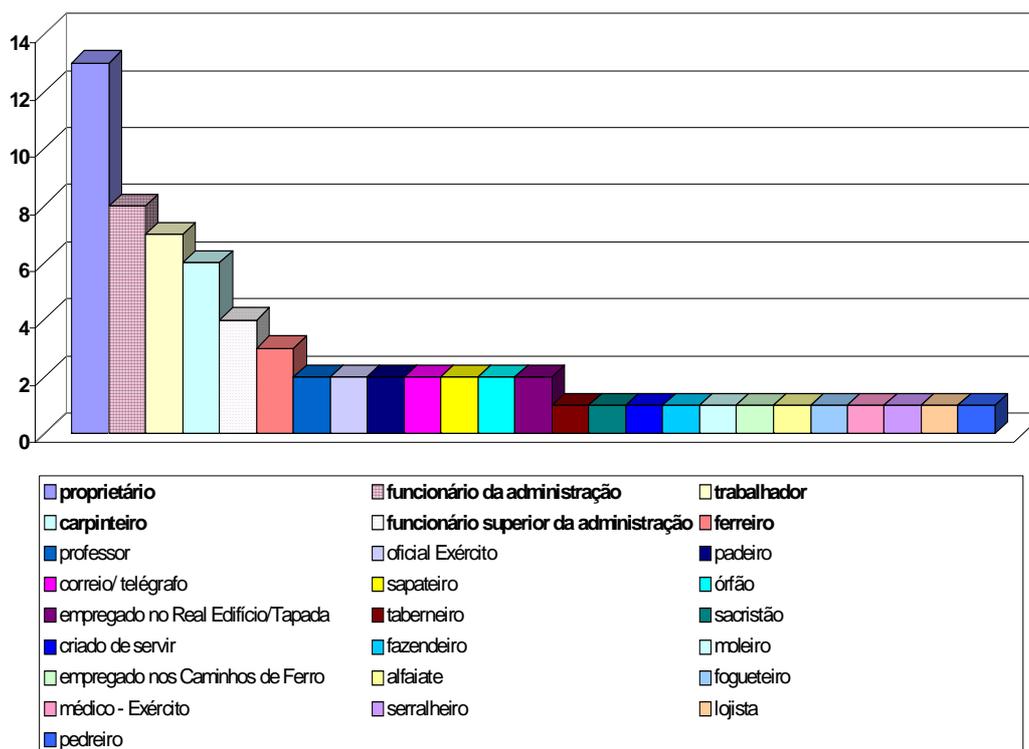
Torna-se evidente a superioridade numérica de meninos que concluíram o Ensino Elementar Primário em relação às meninas.

A partir dos anos oitenta do século XIX, aplica -se a Lei na escola pública do sexo feminino da Freguesia. A nova (re)organização do Ensino Primário, professoras melhor habilitadas, maior regularidade na frequência, dinâmicas e materiais pedagógicos inovadores e maior adesão das famílias ao ensino começavam a fazer-se sentir na Freguesia de Mafra, concretamente no que se refere ao ensino das meninas.

Tanto para o caso masculino como para o feminino, encontramos-nos perante um número ínfimo de crianças que terminavam o Curso Elementar Primário (apenas 12% do universo de meninos e 8% de meninas que foram registados nos Censos Escolares, entre os anos de 1881-1893).

Enfatiza-se, mais uma vez, a qualidade do ensino ministrado por professores habilitados pelas Escolas Normais Primárias.

Gráfico n.º 40 – Origens sociais dos alunos que concluíram a Instrução Elementar Primária – ano de 1881-1894



Fontes: A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - Freguesia de Santo André de Mafra - anos de 1881- 1897 - C.G.1/ *Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º 318/ *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra* - 1882 - 1885 – n.º 90-1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1886 - 1894 - n.º 91-2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames* - 1882-1891 - n.º321/ *Lvs. Matrículas dos Alunos da E.R.M.* – n.ºs 1 e 2 – 1856-1896/ *Lv. Eleitores e Elegíveis – Concelho de Mafra* – n.º 69

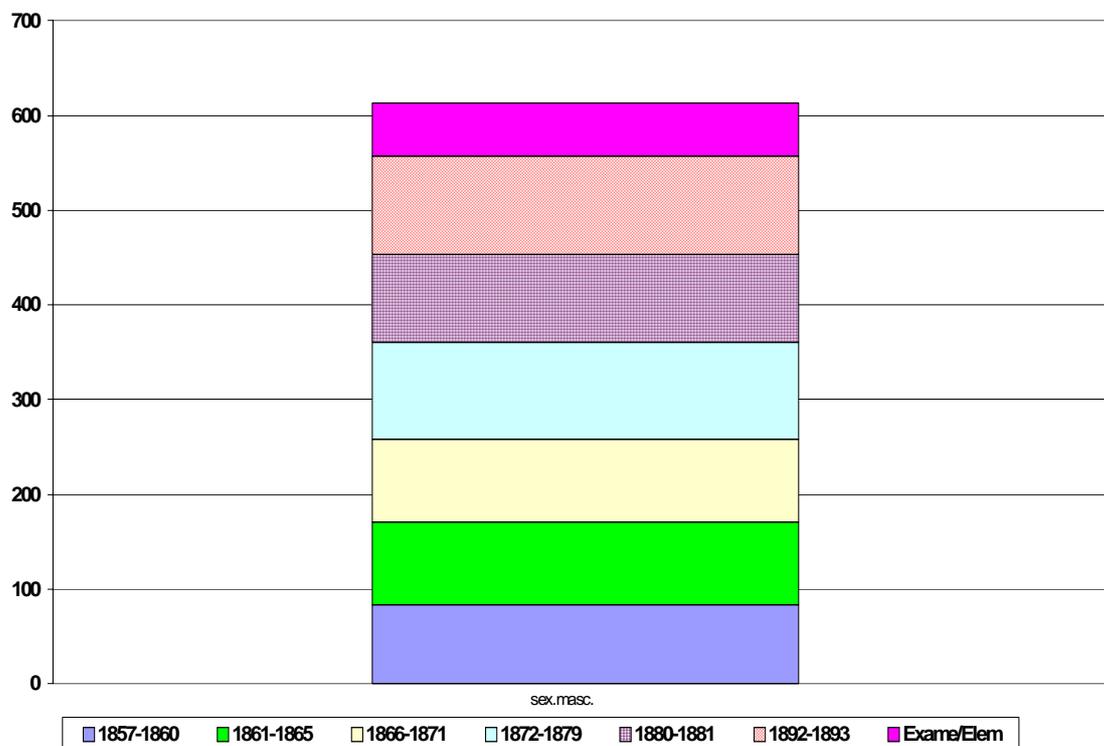
Os alunos que terminaram o Ensino Elementar Primário na Freguesia são, na sua maioria, oriundos de classes sociais mais esclarecidas, sendo, elas próprias, detentoras dos níveis mais altos de Instrução. Grandes proprietários, profissões liberais ou da administração constituem o grosso de uma classe burguesa em ascensão, distinguindo-se das restantes no que concerne o prosseguimento de estudos.

Para as classes mais baixas, artesãos em vias de especialização e filhos de trabalhadores, o acesso ao término do Curso Elementar não lhes era negado, iniciando a tênue transformação social, corroborado com o projecto escolar liberal do Rei D. Pedro V, quando preconizava para os alunos condição de igualdade perante o mestre, inscrevendo-se-lhes o saber como numa uma página em branco, na ideia que os mais inteligentes seriam reconhecidos por esse mérito e não apenas pela condição social determinada à nascença.

Apesar de estas “condições igualitárias”, raro foi aquele que seguiu estudos superiores, sendo a sua missão mais alta a de professor do Ensino Primário, nas

Freguesias rurais, com uma bolsa atribuída pelo Erário Real, a fim de cursarem o Curso Normal Primário, ou no Instituto Agrícola.

Gráfico n.º 41 – Crianças do sexo masculino que receberam Ensino Primário ou fizeram Exame Elementar – anos de 1850 a 1893

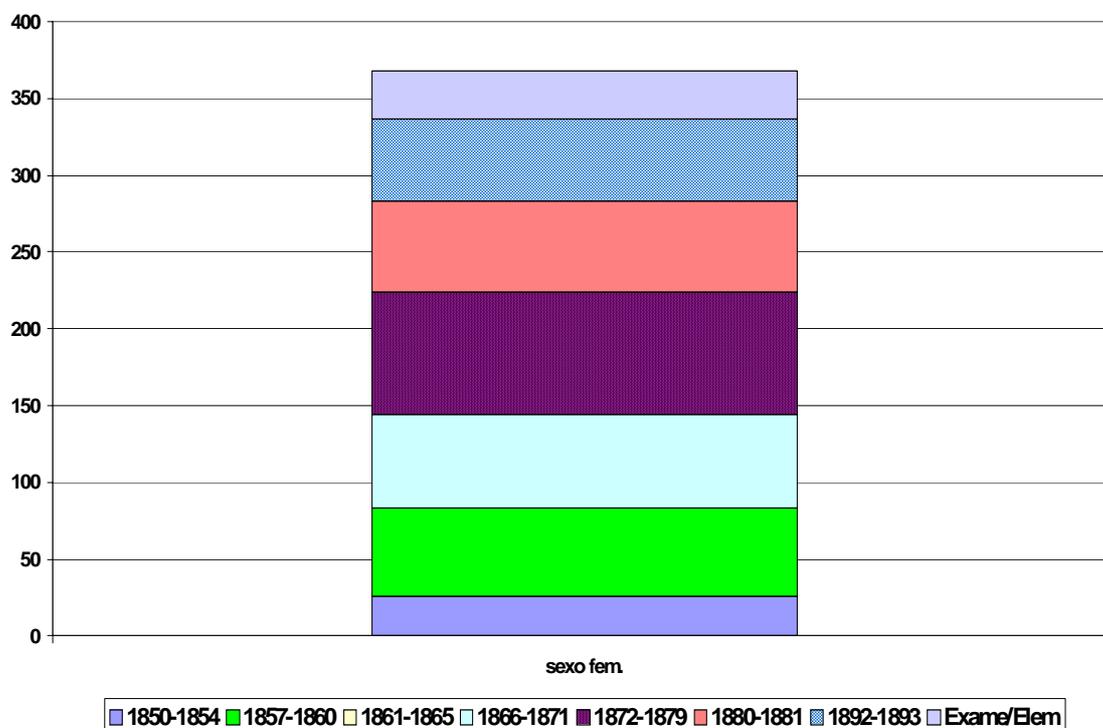


Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Recenseamentos Escolares* -Freguesia de Santo André de Mafra - anos de 1881- 1897 - C.G.1/ *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Freguesia de Mafra - C.P.4 – E-28 / *Lvs. de Matrículas dos Alunos da E.R.M.* - 1856 – 1893/*Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º271 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1882 – 1885- n.º 90 - n.º1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames* - 1882-1891 - n.º321

Decorrente dos processos de escolarização local, tentámos desenvolver um gráfico relativo aos últimos 50 anos do século XIX, rastreando as crianças do sexo masculino que foram registadas em frequência escolar nesta Freguesia. Concluiu-se que foi escolarizada uma média de 613 meninos, número inferior a 902 homens alfabetizados, indicados nos Censos de 1900.

Tudo leva a crer que o quadro de alfabetização masculina se alterou, pelo fluxo migratório que teve lugar na Freguesia, nos últimos 20 anos do século XIX, ou, ainda, pela actividade alfabetizadora nas várias localidades da Paróquia, contribuindo, para isso, os párocos, professores particulares ou itinerantes, lojistas alfabetizados e a Instituição Militar (asilo dos filhos dos soldados, «a infância militar») sendo escassas as informações para a época, na Freguesia de Mafra.

Gráfico n.º 42 – Crianças do sexo feminino que receberam Ensino Primário ou fizeram Exame Elementar – anos de 1856 a 1893



Fontes: A.H.M.M. – *Lvs. de Termos de Exame* - n.º1 e 2/ *Lv. de Recenseamento Escolares* - Freguesia de Santo André de Mafra anos de 1882- 1897 - C.G.1/- *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - C.P.4 – E-28 / *Lv. de Recenseamento Escolar* - anos de 1882- 1897 - C.G.1 /*Lv. de Actas das Sessões do Júri de Exames de Mafra* – n.º271 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1882 – 1885 - n.º 90 - n.º1 / *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra*, 1886 - 1894 – n.º 91 - 2 / *Lv. de Correspondência Expedida pela Comissão de Exames* – 1882 -1891 - n.º321

No período de tempo que dispusemos para consulta de fontes que indiciavam a escolarização do sexo feminino, encontrámos uma média de 368 meninas em escolarização, sendo muito inferior às 601 mulheres alfabetizadas declaradas pelos Censos de 1900.

Pela falta de escolas públicas, as populações procuraram, por diversos meios, outras formas de aprender as primeiras letras, confirmando-se que a rede escolar não abrangia a maioria da população infantil, numa Freguesia que se caracterizava por uma enorme dispersão geográfica.

A génese de alfabetização pública das populações adultas

O Ensino Nocturno para adultos

« Alumnos da aula nocturna! Um motivo fortíssimo, e que todos vós podeis facilmente presumir, me levou a escolher este dia solemne para a inauguração da aula nocturna de adultos. Com efeito. ? de que dia de mais agouro podíamos nós datar o começo das nossas lucubrações escolares, do que o faustissimo anniversario natalicio do nosso amabilissimo Soberano, a cuja paternal munificencia deveis poderdes entrar hoje no caminho da civilização em que cada homem se eleva melhorando-se, em que a instrucção que fortifica o espirito, que depura o coração, se torna ao mesmo tempo um instrumento de bem estar honroso, um meio de superioridade pacifica e segura entre eguaes. O trabalho essa divida commum da sociedade, o trabalho ás vezes tão penoso para aquelles que o vulgo reputa mais altamente collocados, torna-se, nas profissões industriais, mais facil, mais breve, mais proveitoso, á medida que é auxiliado por um progresso de instrucção e de intelligencia. Prossegui pois, com entusiasmo, vós que, privados nos vossos primeiros annos do beneficio da instrucção, vindes procural-a hoje, acudindo assim ao chamanento do illustrado Soberano que tão amorosamente se presta a fazer-vos subministrar o pão do espirito; e vós outros que, tendo principiado a instruir-vos, fostes precisados a interromper a vossa instrucção, porque vossos paes reclamavam o vosso auxilio na ardua tarefa de provêr aos meios da propria subsistencia, quanto sois dignos de louvor pelo zelo que mostrais em procurar completar a vossa educação, aproveitando-vos do salutar beneficio que a aula nocturna vos facilita?!»

Dantas⁹⁷

O Ensino Nocturno para adultos foi implementado na Freguesia da Mafra no ano de **1863**, havendo registo do seu desenvolvimento até ao ano de **1873**, nas instalações da Escola Real de Mafra.⁹⁸

Pertenceu ao ilustre professor Dantas inaugurar a escola nocturna e, ao sucessor, o distinto professor Filipe António Jorge, dar continuidade à missão alfabetizadora das populações na vila de Mafra, a saber:

Quadro n.º 40 – População em frequência – anos lectivo de 1863-1864

Profissões	Anos						Profissões (continuação)	Anos					
	1863	%	1864	%	1865	%		1863	%	1864	%	1865	%
Trabalhadores	18	33	33	48,5	31	38	Fazendeiros	1	2	---	--	---	--
Criados de servir	11	20	7	10	12	15	Pastor	1	2	2	3	5	6
Trabalho familiar agricultura	7	13	---	0	6	7	Serradores	---	--	3	4	---	--
Militares (soldados)	5	9	7	10	5	6	Filhos de família	---	--	3	4	---	--
Carpinteiros	2	4	4	6	2	2	Pedreiros	---	--	1	1	---	--
Pedreiros	2	4	---	0	2	2	Canteiro	---	--	1	1	---	--
Ferreiro	1	2	1	1	1	1	Pintor	---	--	1	1	1	--
Sapateiro	1	2	1	1	1	1	Proprietário	---	--	1	1	---	--
Alfaiate	1	2	---	0	1	1	Sem emprego certo	---	--	2	3	---	--
Boletineiro de telégrafo	1	2	---	0	---	0	Em outros trabalhos familiares	---	--	---	--	2	2
Guarda fio do telégrafo	1	2	---	0	---	0	Barbeiro	---	--	---	--	1	1
Padeiro	1	2	---	---	---	--	Carreiro	---	--	---	--	1	1
Cortador	1	2	---	---	---	--	Caseiro	---	--	---	--	1	1
Lojista	1	2	1	1	1	1	Caixeiro	---	--	---	--	1	1
Moleiro	---	---	---	---	1	1	Amanuense	---	--	---	--	1	1
Oleiro	---	---	---	---	1	1	Alunos da Escola diurna	---	--	---	--	4	5
Total	55	---	68	---	81	---							
Média	68												

Fonte: Relatório do Acontecido na Escola Real de Mafra – ano lectivo de 1863-65, Lisboa, Typographica Franco-Portuguesa, p.9.

No concerne ao desenvolvimento das aprendizagens, no segundo ano do curso, grande parte dos discípulos lia e escrevia sofrível (uns «bastardinho», outros «cursivo»), as quatro operações sobre inteiros e dízima e 12 alunos principiavam a aprender o sistema métrico.⁹⁹

As origens sociais dos adultos que frequentavam a aula nocturna assentavam em ofícios vários, que requeriam a cultura escrita para o desenvolvimento profissional, indicando que a qualificação profissional exigia um saber fazer a que a instrução Primária Elementar facilitava o acesso (a especialização dos ofícios). Se tivermos em conta os manuais da Biblioteca Popular, percebe-se a necessidade de melhorar a aptidão profissional do agricultor (formas de cultura e tratamento de espécies animais autóctones), do pedreiro, ferreiro, guarda-fio, pintor, carpinteiro, entre outros.

¹ No Censo de 1900 pode ler-se quanto à Superfície e Densidade da População, que o Concelho de Mafra possuía 292 Km² de Superfície para uma população de 25.189 habitantes e de 86 habitantes por quilómetro quadrado. Era o quinto Concelho mais populoso no Distrito de Lisboa, constituindo, 3,5% do universo da população.

² Ventura, Margarida Garcez, *A Colegiada de Santo André de Mafra (Séculos XV-XVIII)*, Mafra, Câmara Municipal de Mafra, 2002, pp.3-9.

³ «(...) Todavia, a documentação da Colegiada de Santo André sofreu mais do que a natural corrosão do tempo e da selecção utilitária. Escassez documental, diminuição dos paroquianos, negligência do culto divino, delapidação dos bens, são realidades que teremos de relacionar, pois a história do cartório cruza-se com a história da própria paróquia colegiada e esta com circunstâncias históricas da vila de Mafra e do país ao longo de seiscentos. Já o inquérito pombalino de 1758 atesta a rarefacção dos paroquianos, atraídos por um outro centro: a basílica. Em 1835 a paróquia será transferida para o novo templo, o que implica a mudança das alfaias litúrgicas e do cartório. Na igreja da vila velha, só permanecerão os serviços fúnebres até 1903, e nem mesmo as festas de Santo António, aí realizadas em 1884, 1885 e 1886 atrasam o esvaziamento da igreja de Santo André referência cultural de Mafra. A esta evolução local, resultante da atracção da basílica e do mosteiro, junta-se a política eclesiástica dos governos liberais.» (*Ibidem*, p.5).

⁴ A Rua Moreira.

⁵ «(...) A vitalidade demográfica que os campos registam é ainda devida a um outro factor: a diminuição da mortalidade. Ultrapassada a instabilidade demográfica da primeira metade de Oitocentos, provocada pelas invasões francesas, lutas liberais e surtos epidémicos, **a população portuguesa não mais deixou de aumentar. Na base deste crescimento encontra-se o recuo da taxa de mortalidade, mais rápida nos campos do que nas cidades, mas a ritmos diferentes, conforme as regiões: mais pronunciada nos distritos do litoral** (...) A atenuação das crises de subsistência e uma lenta melhoria das condições de vida, sobretudo alimentares, explicam a diminuição da mortalidade. Uma das consequências desta evolução é o reforço das densidades populacionais nalgumas regiões do País, sobretudo a norte do Rio Mondego, com particular incidência no **noroeste Atlântico. A agricultura de regadio e a parcelização do solo permitiram atingir rendimentos agrícolas elevados e, assim, alimentar um número cada vez maior de pessoas**» (Vaquinhas, Irene Maria, “O Campesinato”, in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 412).

⁶ «(...) Há mais n´esta Villa o Colégio Militar que tem 331 Almas e o Regimento de Infantaria número um com 698 almas» (A.H.M.M. - *Mapa Geral Estatístico de Instrução Primária em Relação à sua População - 5-11-1849 - C.P.6 - E-28*).

⁷ «(...) Pouco depois, e ainda na mesma década, **operário é assim definido no conhecido Dicionário de Língua Portuguesa, de António Morais da Silva (ed. de 1878): Obreiro, trabalhador; que trabalha e vive do seu trabalho e indústria, remetendo-se também para artífice, considerado como sinónimo.**» (Mendes, J. Amado, “As Camadas Populares Urbanas e a Emergência do Proletariado Industrial, [do Artífice ao Proletário]” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.422.)

⁸ A.H.M.M. – *Discurso pronunciado por Sua Magestade El Rei o Senhor D. Pedro 5º, por ocasião da distribuição de prémios na Escola Real de Mafra, em 14 de Março de 1858 – Of., Cir. e Mapas – Escola Real de Mafra– Sécs. XIX e XX – C.P.9.*

⁹ A.H.M.M. – *Discurso citado.*

¹⁰ «(...) A fundação da Escola Real de Mafra é coeva da faustíssima aclamação de Sua Magestade El-Rei D. Pedro 5º de caríssima e muito saudosa memoria; entre um e outro acontecimento só mediou o tempo preciso para que o Conselheiro Viale, a quem sua Magestade encarregou a escolha do professor, se desempenhasse da sua dedicada comissão com aquelle esculpido esmero que o distincto philologo emprega em tudo que por seus Augustos Amos lhe é cometido. Proposto e aceite o Professor ordenou El – Rei que compozesse elle o Regulamento para a Escola, e o submettesse á Real approvação. Dentro de cinco dias estava o Regulamento concluido; e apresentado a El-Rei, foi approvado em 20 de Novembro de 1855.» (*Relatorio do Acontecido na Real Eschola de Mafra – Desde a sua Solemne Installação – No dia 9 de Dezembro de 1855 até ao fim do sexto anno lectivo*, Lisboa, Tipografia da Sociedade Tipografica Franco-Portuguesa, p. 3).

¹¹ A.H.M.M. – *Discurso citado.*

¹² «(...) **entendermos que instruir é educar**, e não nos parece necessario lisonjear pretenções de classes por meio de uma distincção a que não reconhecemos rasão de sêr. **Formando o espirito, formamos o coração e não nos lembramos de fazer da eschola, que instrui com a doutrina um perfeito sucedaneo da familia que instrue pelo exemplo.** Entendêmos, e creio que **entendemos bem – que pelo que póde ensinar a eschola primaria começa e acaba sciencia humana** e que, nas noções com que d´ahi sai o mancebo, elle encontra – tollere-se a expressão – o germen e como que a syntese do que podem ensinar as academias.» (A.H.M.M. - *Discurso pronunciado por Sua Magestade El Rei o Senhor D. Pedro 5º, por ocasião da distribuição de prémios na Escola Real de Mafra, em 26 de Agosto de 1860 - Of., Circ. e Mapas – Escola Real de Mafra - C.P.9 – sécs. XIX e XX*).

¹³ A.H.M.M. – *Discurso pronunciado por Sua Magestade El Rei o Senhor D. Pedro 5º, por ocasião da distribuição de prémios na Escola Real de Mafra, em 14 de Março de 1858 – Of., Circ. e Mapas – Escola Real de Mafra - C.P.9 – sécs. XIX e XX.*

¹⁴ «(...) então, depois de aberta a sessão, teve leitura um officio do Administrador d´este Concelho numero oitocentos e quarenta e um, datado d´hoje, em que participa a esta Camara, que, para satisfazer ao que lhe foi exigido por Sua Excellencia o Senhor Governador Civil de Lisboa, em officio de dezassete d´Outubro ultimo, á cerca do abandono, em que se acha a Cadeira de Ensino Primario desta Villa, em consequencia de concorrer toda a mocidade à Escolla

que Sua Magestade El Rei recentemente estabelecêra» (A.H.M.M. - *Lv. de Actas das Sessões da C.M.M.* - Anos de 1852 a 1857 - Sessão de 6 de Novembro de 1856. fls. 339-340).

¹⁵ A.H.M.M. – *Discurso citado* (14 de Março de 1858).

¹⁶ A.H.M.M. – *Discurso citado* (26 de Agosto de 1860).

¹⁷ B.P.N.M. – *Maço de Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra – 1867-1903 – Resposta às Informações pedidas pelo Sub-inspector do 2º Círculo Escolar, em Ofício Circular n.º 2 de 9 de Julho de 1885.*

¹⁸ «(...) *As Cortes e as Câmaras – A Carta constitui as Cortes como órgão detentor do poder legislativo (com a sanção do Rei)*, composto por duas câmaras: *Câmara dos Pares e Câmara dos Deputados* (artigos 13.º e 14.º). Com a adopção de um sistema bicameral, (...) a *Câmara dos Pares*, além de servir de mediação entre o monarca e a representação da Nação, é também a porta de entrada, num primeiro momento, para os sectores da nobreza e do clero (...) e, num segundo momento (...) servirá de instrumento ratificador do compromisso social nobiliárquico – liberal. (...) A *Câmara dos Deputados*, efectiva e temporária (artigos 17.º e 34.º), tinha importantes competências reservadas, sendo a assinalar a iniciativa sobre impostos e recrutamento (artigo 35.º). A Câmara dos Pares, composta por elementos vitalícios e hereditários, (alterada por actos adicionais – 1885, 1896), nomeados pelo rei e sem número fixo (artigo 39.º), competia a título exclusivo, o conhecimento dos crimes da família real, ministros do Estado, conselheiros de Estado e deputados, bem como o conhecimento da responsabilidade política dos secretários e conselheiros de Estado (artigo 1.º). **O exercício do poder legislativo competia às cortes, tendo cada uma das câmaras o direito de preposição, oposição e aprovação dos projectos**» (Canotilho, J. Joaquim Gomes, “Estruturas Políticas e Institucionais – As Constituições” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.p.131-132).

¹⁹ «(...) *Poder Moderador* (...) **No exercício do poder moderador, o rei dispunha de amplas competências quanto ao funcionamento das cortes** (art.º 74.º). A ele compete a sua convocação, prorrogação e adiamento, bem como a dissolução da Câmara dos Deputados. A utilização destas *armas* – prorrogação e adiamento das Cortes e dissolução da Câmara dos Deputados – permitirá ao monarca um papel activo no funcionamento do poder político, sobretudo quanto ao exercício do rotativismo partidário. (...) O monarca participava igualmente no exercício do poder legislativo através da *sanção* e do *veto*. **A sanção e o veto apontam para a ideia de poder legislativo partilhado, assim se justificando a fórmula do artigo 13.º, nos termos do qual o poder legislativo compete às Cortes com a sanção do rei**» (*Ibidem*, p.131).

²⁰ Decreto de 10 de Novembro de 1845. Do regulamento para o Conselho Superior de Instrução Publica; Publicado no *D.G. n.º 27* (Art.º 34.º §1.º e Artigo 35.º).

²¹ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – C. P. 6 – E-28.

²² Inexistência de dados para os anos de 1865 e 1866.

²³ A.H.M.M. – *Discurso citado* (26 de Agosto de 1860).

²⁴ «(...)O modo de vida e o nível de cultura, o mérito pessoal, a fortuna e a pertença a uma família conhecida ou a um determinado meio eram elementos de consideração social cada vez mais importantes na novel sociedade burguesa. (...) **A afirmação da burguesia no quadro social liberal** levá-la-á a construir todo um sistema de valores que lhe asseguram o reconhecimento social que o dinheiro só por si, não conseguia conferir. (...) As disposições que a burguesia promovida pelo liberalismo tomou para se constituir como categoria social distinta concretizaram-se pela construção de modelos de conduta e de comportamento específicos que a diferenciasssem quer dos grupos dominantes da sociedade do Antigo Regime quer dos estratos inferiores. Neste domínio assumiram grande relevância os *Manuais de Civilidade*, obras onde se conjugam regras de cortesia com princípios de conduta moral. No século XIX, esta literatura, que terá grande êxito editorial, irá desempenhar um objectivo específico: o de transmitir os ensinamentos necessários à legitimação da nova classe ascendente» (Vaquinhas, Irene Maria e Cascão, Rui, “Evolução da Sociedade em Portugal: A Lenta e Complexa Afirmação de uma Civilização Burguesa”, in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.386).

²⁵ «(...) Segundo as *Ordenações*, tal como os expostos, **os órfãos eram criados por instituições caritativas ou à custa dos bens dos conchelos, quando esgotadas todas as hipóteses de amparo familiar. Era contudo, pela via das heranças e tutelas que o Poder se fazia sentir, influenciando o destino de menores, a quem, alegadamente queria proteger.** O complicado, oneroso e injusto processo a que a regulação dessas matérias obrigava seria vigorosamente denunciado por **Mouzinho da Silveira, que o reformou por decreto de 18 de Maio de 1832.** Até então as mães eram inaptas para a tutela dos seus filhos em caso de viuvez e, se a pretendessem, o processo legal para a sua habilitação envolvia tantos gastos que, no dizer do ministro, vinha *devorar o que a doença tinha deixado à pobreza. Reforma-se portanto, esta matéria das tutelas, presumindo-se a mãe como tutora, no consentimento e sob a fiscalização do Conselho de Família, que substitui os agentes do Governo, que muito raras vezes querem dos órfãos alguma coisa, que não seja dinheiro*» (Lopes, Maria Antónia, “Os Pobres e a Assistência Pública” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 432).

²⁶ «(...) Só em 5 de Janeiro de 1888 é finalmente decretado o *Regulamento para o serviço de expostos e menores desvalidos ou abandonados.* Admitem-se à assistência oficial as crianças filhas de pais incógnitos e cuja identificação não tenha sido possível (expostos), de pais conhecidos que desapareceram sem deixar ninguém velando por elas (abandonados), e de pais que por morte, prisão, degredo, avançada idade ou moléstia não as possam alimentar nem possuam parentes que o façam (desvalidos). Até aos 7 anos, a cargo das câmaras municipais, são entregues aos cuidados das amas, e dos 7 aos 12 anos, sob a direcção das autoridades distritais, internadas em escolas – asilos onde receberão formação profissional. Atingidos os 12 anos de idade, serão

encaminhadas para diferentes destinos profissionais ou de ensino» (Lopes, Maria Antónia, “Os Pobres e a Assistência Pública” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 431).

²⁷ «(...) Já desde o século XVI, pelas *Ordenações Manuelinas*, a criação dos enjeitados fora cometida às autoridades municipais, sempre que na área do concelho não existissem hospitais ou albergarias que deles se encarregassem. Os dinheiros gastos com essas crianças saíam das rendas dos municípios e, não sendo estas suficientes, era o povo tributado. (...) Em finais do século XVIII e inícios do seguinte, o poder central intervém nesta matéria e, sem contrariar o estipulado nas *Ordenações*, funda as bases de **organização de acolhimento aos expostos** (diplomas de 31 de Janeiro de 1775, 24 de Maio de 1873, 5 de Junho de 1800, 18 de Outubro de 1806 e 24 de Outubro de 1814): **Todas as vilas que não possuísem instituições a esse efeito destinadas, dotar-se-iam com uma roda para receptáculo de enjeitados**. Proíbem-se as indagações sobre a identidade do expositor, sendo, pois, o abandono de crianças permitido por lei. Pretendia-se com esta atitude facilitar a exposição para obviar ao mal do infanticídio que, alegadamente, grassava pelo Reino, provocando a rarefacção das gentes. **Com o intuito de salvar vidas permanecia continuamente nessas casas uma mulher, a fim de receber as crianças e as conduzir à autoridade municipal**. A esta competia entregá-las a **amas que se criariam em suas casas até à idade de 7 anos, recebendo um salário pago pela câmara municipal**. Em todas as povoações cuja criação dos expostos era atributo das misericórdias, regulavam-se estas pelo seu compromisso que supunha, também, a **criação dos meninos por amas externas**» (*ibidem*: 429).

²⁸ «(...) Neste contexto, a definição de *elite* não pode repousar apenas sobre critérios funcionais. Giovanni Busino (1992), louvando-se na *grande maioria dos estudiosos* actuais, define-a como um conjunto de *todos aqueles que se encontram no vértice da hierarquia social, exercitando funções importantes que são valorizadas e reconhecidas publicamente através de recompensas materiais significativas, diversas formas de privilégios, de prestígio e outros benefícios de direito de facto*. (...) A elite não será, assim, mais que o conjunto das *elites*, próprias de cada uma das funções sociais: a política, a económica, a religiosa, a intelectual, a judicial (...) Vejamos a outra face desta **elite política**. Dos 100 deputados às Cortes Constituintes, 39 eram magistrados ou juristas, 21 exerciam profissões liberais ou eram lentes e 16 pertenciam ao clero. Militares (10), médicos (6), proprietários (5), e negociantes (3) completavam o quadro. (...) É logo na fase de designação de eleitores e elegíveis de freguesia e de comarca que se acentua o predomínio dos elementos burgueses (Piteira Santos, 1975). Para uma fase posterior (1868 – 1890), Pedro Tavares de Almeida (1991), referindo-se aos parlamentares, pode afirmar que *pele menos a partir da Regeneração, a genealogia social das elites políticas difere substancialmente das do Antigo Regime. As novas elites oitocentistas não são um mero prolongamento das antigas, provindo maioritariamente dos grupos emergentes que protagonizaram a construção da ordem liberal*» Fonseca, Fernando Taveira da, “Elites e Classes Médias” in *História de Portugal – O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.p. 391-399).

²⁹ «(...) Neste ano (1860), utilizando como critério o número de casamentos verificados em cada grupo, as profissões ligadas ao comércio (negociantes, lojistas e caixeiros) representavam cerca de 2% da população, os empregados públicos 1%, os militares pouco mais de 1% e os indivíduos *vivendo das suas rendas* cerca de 4,5%. Tudo somado perfaz a totalidade de 8,5%. Computando em 1,5% o peso das profissões liberais (que não aparecem discriminadas na fonte), chegar-se-á a algo como 10%. É provável, porém, que este valor esteja subestimado» (*ibidem*: 382).

³⁰ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos sobre as Escolas Públicas à Inspeção* – Séc. XIX – C. P. 6 – E – 28/ «Quesitos sobre que deve recair a inspeção das escolas primárias publicas e particulares, ordenada aos Administradores de Concelho» (Pela Portaria de 12 de Abril de 1862, *D.G. n.º 85*, de 15 de Abril de 1862)

³¹ «(...) **Século de ouro da burguesia, o século XIX assistiu ao reforço deste grupo social. As disposições que a burguesia promovida pelo liberalismo tomou para se constituir como categoria social distinta** concretizaram-se pela construção de modelos de conduta e de comportamentos específicos que a diferenciavam quer dos grupos dominantes do Antigo Regime quer dos estratos inferiores (...)» (*ibidem*: p. 432).

³² A.H.M.M. – *Discurso citado* (de 26 de Agosto de 1860).

³³ Decreto de 28 de Julho de 1881 – Regulamento para e execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e de 11 de Junho de 1880. (Publicado no *D.G. n.º 169*, de 1 de Agosto de 1881).

³⁴ A.H.M.M. – *Lv. Recenseamentos Escolares* – 1882 – 1898; 1898 – 1900 - C. G. 1 / C. P. 8 – E – 29.

³⁵ A.H.M.M. – *Lv. Recenseamentos Escolares* – 1882 – 1898; 1898 – 1900 - C. G.1 / C. P. 8 – E – 29.

³⁶ A.H.M.M. – *Lv. Recenseamentos Escolares* – 1882 – 1898; 1898 – 1900 - C. G.1 / C. P. 8 – E – 29.

³⁷ A.H.M.M. – C. G. 1 – E-29.

³⁸ A.H.M.M. – C. G. 1 – E-29.

³⁹ Até ao ano 1897, serviram de limite ao levantamento da frequência escolar.

⁴⁰ No Requerimento dirigido à Câmara Municipal de Mafra, de 14-03-1884, anexava-se o Atestado passado pelo Pároco da Freguesia de Montelavar, António Maria Rodrigues: «(...) onde há seis anos tem exercido a profissão de mestra de ensino primario, tem tido excelente comportamento moral e religioso ensinando cuidadosamente doutrina christã ás crianças que frequentam a aula e são actualmente de cinquenta e tres, tornando-se digna de confiança que n'ella depositam as familias que lhe entregam suas filhas na certeza de que as principaes por ella enviadas não são subversivos da boa moral. E por ser verdade, passo o presente atestado. Montelavar em 8 de Julho de 1883» (A.H.M.M. – *Of. Circ. de Várias Escolas do Concelho de Mafra* - C.P.5 - E-28).

⁴¹ A.H.M.M. – *Lv. de Actas das Sessões da Junta Escolar do Concelho de Mafra* - n.º 338 - Sessão de 10-06-1885- f. 42v.

⁴² Adão, Áurea, *O Estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp.155-159.

⁴³ «(...) Enquanto a vida agrária se manteve dentro dos quadros tradicionais, não sofrendo modificações técnicas importantes que substituíssem o trabalho braçal, convinha à família camponesa ser numerosa. A principal força laboral residia numa abundante mão de obra. Desde cedo as crianças contribuíam com o seu trabalho para a economia familiar, quer auxiliando nos trabalhos do campo ou guardando gado, quer com a sua jorna, alugados a proprietários» (Vaquinhas, Irene Maria, “O Campesinato” in *História de Portugal - O Liberalismo [1807-1890]*, Quinto Volume [Dir. de José Mattoso e Coord. de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque], Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 412).

⁴⁴ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho de Mafra* - Of. s/ n.º de 31-10-1892 - C.P.5 - E-28.

⁴⁵ Decreto de 17 de Outubro de 1859, publicada no *D.G. n.º 146 de 19 de Outubro*. Procedimentos a ter em conta por parte das Câmaras Municipais e Juntas de Paróquia aquando da criação de escolas públicas.

⁴⁶ «(...) Há n' esta Villa uma casa de escola construida com o legado do benemerito conde de Ferreira. É realmente para sentir que aquella casa não podesse ter sido edificada na Villa da Ericeira ou mesmo no logar do Sobreiro, pertencente à freguesia de Mafra, em cuja localidade reside uma população assaz densa. Em Mafra era exactamente onde ella se tornava menos precisa, graças à existencia da escola real. Como porem isto não possa já ter remedio ou emenda, essa Exm.^a Camara estabelecendo n' aquella casa a aula de meninas, dá lhe, segundo o parecer d' esta Junta a applicação mais util e conveniente» (A.H.M.M. - *Lv. n.º 338 - Correspondência Expedida da Junta Escolar do Concelho de Mafra* - Of. n.º 29, de 21 de Junho de 1883 / *Relatório do Estado da Instrução Pública no Concelho de Mafra*, que pode servir de auxiliar à Elaboração do Plano Geral Provisório das Escolas. / *Mapa do Movimento Escolar de Mafra em 1882*, elaborado pela Junta Escolar do Concelho de Mafra, em harmonia com o disposto no Art.º 75.º da Carta de Lei de 2 de Maio de 1878.

⁴⁷ A.H.M.M. – *Mapa da Receita e Despesa Paga pela Junta de Paróquia da Freguesia de Mafra no Ano Civil de 1885 com relação à Instrução Primária* – C. P. 6 – E-28.

⁴⁸ Fundo Escolar: verba destinada à sustentação das escolas, pelas juntas de paróquia, com o objectivo de se autonomizarem definitivamente das Câmaras Municipais, incluindo o pagamento dos ordenados e gratificações aos professores (Lei de 11 de Junho de 1880, art.º (s) 16.º, 17.º e 18.º).

⁴⁹ A.H.M.M. – *Mapa da Receita e Despesa Paga pela Junta de Paróquia da Freguesia de Mafra no Ano Civil de 1885 com Relação à Instrução Primária*/ Of. s/ n.º de 24-12-1892, dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra, expedido pela Professora Felicidade Simões, Lugar do Sobreiro - Freguesia de Santo André de Mafra/ Cópia do Ofício do Regedor da freguesia de Mafra, remetido Of. n.º 63 de 10-06-1897, dirigido ao Administrador do Concelho de Mafra, expedido pelo Vice Presidente da Câmara Municipal de Mafra - C. P. 5 - E-28.

⁵⁰ A Carta de Lei de 27 de Julho de 1866, com a assinatura de João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, autorizava a expropriação de terrenos para o efeito da construção de edifícios públicos escolares. As Câmaras Municipais eram autorizadas a contratar em termos legais com o testamenteiro do falecido Conde Ferreira. (Publicada no *Diário de Lisboa*, n.º 163, de 23 de Julho de 1866)

⁵¹ «(...) O Conde de Ferreira (1782-1866), Joaquim Ferreira dos Santos de seu nome próprio, era de origem popular. Como comerciante fez fortuna no Brasil e em África e, seguindo a maioria dos burgueses enriquecidos, foi nobilitado: barão, visconde e finalmente conde. Deixou em testamento uma verba de 144 contos de réis para construção de 120 escolas de instrução primária, (...)» (Pereira Dias, 2000: 105).

⁵² A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira* – Correspondência avulsa – Maço 73 – preto – Documentos 253.

⁵³ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira* – Correspondência avulsa – Maço 32 – reg. n.º 364 - E – 26-11-69 / Maço 73 – preto - Documentos 253.

⁵⁴ «(...) e depois de aceite, e approved pelo Conselho Districto que approvar, se remetta aos mesmos testamenteiros, uma copia desta acta e do accordam do Conselho de Districto que approvar para lhes servir de **título como se fosse escriptura publica**» (A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira* - Acta da Sessão da Vereação Camarária de 23-9-71 - n.º 221 - 2.^{as} folhas.

⁵⁵ «(...) III – da concessão de subsidio para a construcção de casas de eschola - (...) Finalmente o legado de reis 144:000\$000, deixado pelo fallecido conde de Ferreira para a aconstrucção de cento e vinte para escolas primarias, que depois de construidas devem ser entregues ás juntas de parochia respectivas, são recursos muito importantes, que tendo de ser applicados convenientemente no paiz, carecem de ser minuciosamente regulados. (...) V – Numero de meninos de sete a quatorze anos que podem frequentar a escola, tendo em vista as regras que a este respeito são estabelecidas no artigo 10.º das instrucções relativas á construcção das casas de escola que abaixo seguem. Artº 10.º - **Em o número de meninos** para o calculo da superficie da aula não se contam os que residirem a mais de 2:500 metros da escola nas regiões planas e de caminhos faceis, nem a mais de 2 km nos paizes montanhosos ou de transito difficil» (**Carta de Lei de 27 de Julho de 1866**).

⁵⁶ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira* – Acta da Sessão da Vereação Camarária de 21-10-71 – n.º 224 – 3.^{as} fls.

⁵⁷ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira* – Actas das Sessões da Vereação Camarária de 16-3-72 (n.º 241 - 4.^{as} fls.) e de 27-3-1872 (n.º 245 – 10.^{as} fls.).

⁵⁸ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira* – *Actas das Sessões da Vereação Camarária de 16-3-72*, 4.^{as} folhas, n.º 241; de 15-3-1873, 9.^{as} folhas, n.º 279.

⁵⁹ A.H.M.M. – *Lv. de Actas das Sessões da Vereação de 26-07-1873 a 12-11-1878* - n.º 000012 - Acta da Sessão de 27 de Maio de 1874 - fl. 38 v.

⁶⁰ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Of. s/n.º Exp. ao Administrador do Concelho -Freguesia de Santo André de Mafra em 19-08-1896 - C.P.5 - E 28.

⁶¹ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho*/Of. s/n.º Exp. ao Administrador do Concelho -Freguesia de Santo André de Mafra em 11-01-1899 - C.P.5 - E 28.

⁶² A professora Alexina Borges de Medeiros (05-06-1900) alertou o Administrador do Concelho **que a casa escolar (Edifício Conde de Ferreira) ameaçava ruína eminente**. Procedeu-se ao *Auto de Vistoria*, à casa de Constança das Dores, sendo a sua renda ajustada no montante anual de 90\$000 réis. A casa era composta de 7 divisões, incluindo a cozinha, retrete e sótão. A divisão maior tinha de superfície, 20 metros e 3 decímetros quadrados, e 3 metros de altura, recebendo luz de uma janela de sacada, envidraçada e voltada a poente. Todas as restantes eram de menor dimensão, do que um edifício (Casa Conde Ferreira), que se achava arruinado. (A.H.M.M. - *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Of. s/n.º Exp. ao Administrador do Concelho em 05-06-1900 - Freguesia de Santo André de Mafra - *Auto de Vistoria* efectuado à Casa Conde de Ferreira e Edifício de Maria Constança das Dores, em 5 de Outubro de 1900, pela administração de F.F., por deliberação do Administrador do Concelho - C.P.5- E 28)

⁶³ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira – Processo de Demolição do Edifício da Escola do Conde de Ferreira* – Parecer favorável à demolição do edifício Escolar Conde de Ferreira, emanado do Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, 2ª Repartição – Lv. n.º 16, n.º 119 – fl. 78, Lisboa, 11 de Junho de 1827.

⁶⁴ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira – Processo de Demolição do Edifício da Escola do Conde de Ferreira* – Telegrama enviado ao Governo Civil de Lisboa, emitido por Carlos Galvão – médico – na qualidade de Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros, em 24 de Abril de 1930; Exposição emanada pelo Presidente do Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra, João Militão Gomes, com anexo das assinaturas da População de Mafra (8 fls.) e Ofício da Junta de Freguesia de Mafra, dirigido ao Presidente e Vogais da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Mafra.

⁶⁵ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira – Processo de Demolição do Edifício da Escola do Conde de Ferreira* – Exposição emanada pelo Presidente do Corpo de Salvação Pública – Bombeiros Voluntários de Mafra, João Militão Gomes, com anexo das assinaturas da População de Mafra (8 fls.) e Ofício da Junta de Freguesia de Mafra, dirigido ao Presidente e Vogais da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Concelho de Mafra.

⁶⁶ A.H.M.M. – *Cx. Conde Ferreira – Processo de Demolição da Escola Conde Ferreira* – Acta da Sessão de 30 de Abril de 1930, transcrição do *Sugerido pelo Vogal Paiva*, em nome dos Vogais Mascarenhas e Dores, em que se tecem vários considerandos em torno da problemática da demolição do Edifício Conde Ferreira e se suportam em cinco parágrafos deliberativos e ou, definitivos sobre o assunto.

⁶⁷ «(...) Com excepção de alguns casos isolados, de que é exemplo a escola anexa à Escola Normal de Marvila inaugurada em 1863 a existência dum tipo regular de edifícios escolares só se fará sentir na década de 70 quando começaram a abrir as portas as escolas *Conde de Ferreira*. A primeira a ser inaugurada terá sido a de Lagos a 23 de Agosto de 1868 (...). Todas as construções subsidiadas pelo testamento deste mecenas obedeciam a um projecto fixo que não admitia alterações no seu aspecto exterior. Da fachada destacamos a posição de destaque ocupada pelo frontão triangular. O triângulo é um dos símbolos da maçonaria, organização secreta de que o Conde Ferreira era membro. Segundo Oliveira Marques (1996,p.247), pertenceu à loja da *Regeneração* do Porto sob o símbolo de *Colbert*. O legado do Conde de Ferreira vai obrigar o governo a dar mais atenção ao problema dos edifícios escolares» (Pereira Dias, 2000: 105).

⁶⁸ «(...) Durante todo o século XIX, **o campesinato mantém-se o grupo social mais numeroso da população portuguesa**. Só a partir do primeiro recenseamento da população portuguesa, que data de 1864, é possível avaliar com rigor o peso da população agrícola. (...) Apesar de estas estimativas terem apenas um valor aproximativo, põem em evidência **duas das principais linhas de força da evolução do campesinato no século XIX: a multiplicação do número de proprietários e a contracção numérica dos jornaleiros agrícolas**» (Vaquinhas, *artigo cit.*: 413-414).

⁶⁹ «(...) Vários factores proporcionaram, por conseguinte, o acesso à propriedade. Mais problemática é a sua **distribuição pelas várias categorias sociais rurais: proprietários, lavradores, seareiros e jornaleiros ou trabalhadores de enxada**. Os grandes **proprietários**, isto é, os detentores de propriedade de grandes dimensões ou de múltiplas parcelas dispersas por grandes áreas, que exploravam individualmente ou através de contratos de arrendamento ou aforamento, eram em número limitado no nosso país. Os **lavradores**, à letra aqueles **que lavram a terra a jornal com os bois seus**, ocupavam na escala social uma posição intermédia, mas bastante diversa, conforme as estruturas agrárias. (...) A grande maioria da população rural era formada por **pequenos proprietários, pequenos rendeiros e assalariados, que trabalhavam terras próprias ou de outrem mediante contratos de arrendamento ou de aforamento**. Dentro destes eram os **jornaleiros o grupo mais numeroso**. Inserindo-se nos **escalões inferiores da sociedade rural**. (...) **os assalariados rurais** permanecem como **uma categoria social numerosa dos campos** no século XIX» (*Ibidem*: 415-416).

⁷⁰ «(...) Mais inquietante é o aumento do **consumo do vinho**, sobretudo a partir de **1870**, acompanhando o desenvolvimento da **viticultura**. Com este consumo **multiplicavam-se as tabernas, que se tornam um dos principais locais da sociabilidade masculina em meio rural**. Anselmo de Andrade estabelece a proporção de *1 taberna para 190 habitantes*, no início do século XX, sugerindo a aplicação de medidas restritivas que controlassem esta *praga* (1918, p. 130)» (*Ibidem*, p.417).

⁷¹ A.H.M.M. – *Of. e Circ. de Várias Escolas do Concelho* - Of. s/n.º Exp. a 5-11-1880 ao Administrador do Concelho/ *Mapa Matrícula e Frequência* – 1880 - Freguesia de Santo André - C.P.4 - E 28 - Séc. XIX.

⁷² «(...) Tal comportamento adaptava-se tanto às necessidades das famílias quanto ao modo de ensinar. Predominava o ensino designado *individual* em que o professor dava a lição a cada aluno em particular. Face a este sistema, o que os pais desejavam é que os filhos fossem à escola, dessem a lição o mais rapidamente possível e regressassem para as suas outras ocupações, com as quais contribuíam para o orçamento familiar» (Pereira Dias, 2000: 102).

⁷³ B.P.N.M. – *Lv. n.º 1 - Escola Real de Mafra* – Despesas diversas, desde 1 de Julho de 1867 – 1881.

⁷⁴ B.P.N.M. – *Lv. n.º 1 - Escola Real de Mafra* – Despesas diversas, desde 1 de Julho de 1867 – 1881.

⁷⁵ «(...) Pelo método *legográfico* o ensino da leitura e escrita eram feitas em simultâneo e não em sequência, como prescrevia o regulamento de 1850. As instruções para a inspecção de 1875 indicavam, a quem o quisesse seguir, a Leitura de *A Cartilha Nacional de Caldas Aulete*. (...) Na prática, os dois métodos mais referidos nas inspecções eram a *soletração antiga e moderna* com utilização exclusiva da memorização» (Pereira Dias, 2000: 128).

⁷⁶ *Os Livros de Matrículas* (n.ºs 1 e 2) elucidam que vários órfãos e expostos, oriundos do Concelho de Mafra, de Lisboa e de outras localidades, frequentaram a Real Instituição, sendo muito escassa a frequência e somenos os destinos profissionais, a saber: uns frequentaram a escola por poucos meses e outros, por um ano com apreensões escolares muitíssimo rudimentares. Alguns meninos seguiram os trabalhos agrícolas pelas Freguesias do Concelho; dos poucos que alcançaram maior sucesso escolar, um seguiu estudos em Escola Agrícola, sem sucesso e, um outro alcançou os Estudos Superiores (*Lv. de Matrículas da Escola Real de Mafra* - n.º 2 - matrícula n.º 845)

⁷⁷ A.H.M.M. – *Cadernos de Recenseamentos – Sexo Feminino / Masculino* – anos 1878-1883/1879-1884/1880-1885/1881-1886/1896-1897 – C.G.1 – E-29/ C.P.8 – E-28.

⁷⁸ B.N.P.M. – *Maço da Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra* – 1867 a 1903 – Of. Circ. - 9 – 07-1885.

⁷⁹ Magalhães, Justino Pereira de, “Os Manuais Escolares – Estatuto, Funções, História – Um Apontamento Para A História do Manual Escolar Entre a Produção e a Representação”, in Rui Vieira de Castro, Angelina Rodrigues, José Luís Silva e Maria de Lourdes Dionísio, *Actas do I Encontro Internacional Sobre Manuais Escolares*, Braga, 1999, p. 286.

⁸⁰ «(...) Do vasto conjunto de problemas comuns e específicos ao clero e ao professorado, salientamos tão só os que se inscrevem explicitamente numa dinâmica educacional: - “Educação popular”, entendida nos aspectos “instrutivos” e de educação moral e religiosa; - Função e papel educativos de professores e eclesiásticos, bem como aspectos particulares e recíprocos nas relações com a comunidade; - Situação e problemas sócio económicos do professorado, defendendo-se a ideia de que o **reforço do associativismo** é o melhor modo de obstar a eventuais “arbitrariedades dos poderes públicos”; - Política educativa, muito particularmente no que toca às reformas de ensino primário e liceal, à exclusão da disciplina de Moral dos currículos do ensino secundário (Março de 1869) e à reestruturação do Colégio Militar; - Organização, incremento do ensino escolar e expansão da rede de liceus e escolas agrícolas, industriais e artísticas; - Deficiências dos materiais de apoio educativo; - Acção e política educativa desenvolvida pela Câmara Municipal de Lisboa; - Educação nas colónias africanas, devendo destacar-se a formulação da ideia de carácter primordial da acção missionária face ao estabelecimento de uma rede escolar; - Educação feminina e maternal; - Construções escolares; Questões de metodologia e didáctica do ensino. Além destes temas deve assinalar-se ainda que o *Boletim* disponibiliza vários dados estatísticos sobre a instrução primária e a assistência infantil (“expostos”, extinção da “Roda”), contendo também correspondência e noticiário eclesiástico e escolar» (AAVV, *A Imprensa de Educação e Ensino – Repertório Analítico [séculos XIX-XX]*, Dir. António Nóvoa, Lisboa, IIE, 1993, pp. 132-133).

⁸¹ «(...) Os artigos de *Fröbel* privilegiam o tratamento do ensino primário e infantil (jardins-escola), focam aspectos da vida e obra de *Fröbel* e recorrem ao ideário da “pedagogia alemã” para a definição da escola modelo. Neste âmbito, ou dele decorrente, a revista aborda as seguintes temáticas: - Organização, estrutura e exemplos de “escolas modelo”, tanto dos “jardins de *Fröbel*” como das escolas primárias, referindo-se as escolas centrais e municipais do País e de Lisboa (Escola Central Municipal n.º 1, escola modelo mista do município de Lisboa, etc.) e algumas das suas características (plantas, mobiliário, e equipamento ou programas); - Objectivos, áreas e conteúdos de aprendizagem, muito em especial a educação técnica e geral, os trabalhos manuais e a instrução militar preparatória, na escola primária e no liceu (...); - Meios de ensino e actividades de apoio curricular (excursões escolares, bibliotecas municipais populares, museu pedagógico de Lisboa); - Assistência e apoio social aos alunos, com referência às caixas escolares e a outros organismos oficiais; - Política e reforma da instrução primária em Portugal e a sua comparação com outros países europeus; - História da instrução pública; - **Professorado, neste caso a propósito de questões associativas e de formação inicial e contínua (conferências e congressos)**; - Escolas profissionais para mulheres» (*idem*: 466-467).

⁸² «(...) Periódico de Pedagogia e Instrução Primária. (...) *A Escola* é um jornal parcialmente dependente do voluntarismo e das actividades docentes do seu director, Henrique Freire, o que explica a sua publicação inicial em Lisboa, (...). Trata-se de um periódico típico de final do século XIX, mantendo, no entanto, **uma feição crítica e reivindicativa decorrente da defesa de uma “instrução primária e pública” como estratégia de progresso e da valorização do professor, considerada condição essencial para o êxito dessa estratégia** (...)» (*Ibidem*: 366-367).

⁸³ B.N.P.M. – *Maço de Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra* – 1867 – 1903 – Of. Circ. de 28 de Janeiro de 1882, solicitando informações várias constantes no Mapa de 14 de Fevereiro de 1882.

⁸⁴ «(...) Tendo Sua Magestade El Rei permitido a anexação da escola oficial do sexo masculino d’ esta villa á Sua Escola, como pela Administração da Fazenda da Casa Real foi communicado para o Ministério do Reino (...)». A.H.M.M. – *Of. e Circ. das Várias Escolas do Concelho* - Escola Oficial de Santo André de Mafra - Of. n.º 7 - 29-11- 1896 - C.P.9-E-26

⁸⁵ B.N.P.M. – *Maço Avulsos e Papéis Diversos* – 1866 – 1908 – *Auto de Entrega dos Livros e outros objectos pertencentes à Escola Real de Mafra*, Hoje Escola Oficial de Santo André de Mafra.

⁸⁶ *Relatório do Acontecido na Escola Real de Mafra, Desde a Sua Solene Instalação Até ao Fim do seu Sexto Ano Lectivo* (1860-1861), Lisboa, Typographica Franco-Portugueza, p. 7.

⁸⁷ B.N.P.M. – *Maço de Correspondência Oficial da Escola Real de Mafra – 1867 a 1903* – Of. Circ. - 9 – 07-1885.

⁸⁸ Decreto de 20 de Setembro de 1844, artigos, 2.º, 28.º e 31.º. Decreto de 20 de Dezembro de 1850, publicado no *D. G. n.º 307*, em 30 de Dezembro, no Cap. II, art.º 7.º e Carta de Lei de 2 de Maio de 1878, art.º 17.º, § 1.º, 2.º, 3.º.

⁸⁹ Lei de 28 de Junho de 1881.

⁹⁰ A Escola Real de Mafra, fundada pelo Rei D. Pedro V em 1856, não se «fundiu com a escola pública de meninos», ao contrário das afirmações correntes na época. Para efeitos legais era uma escola particular, percebendo-se a sua situação administrativa pelos *Mapas Estatísticos* existentes para o período de 1857 a 1883. Referenciada como escola particular nos *questos* expressos na Portaria do Ministério do Reino, de 12 de Abril de 1862, acerca da Inspeção das Escolas Primárias Livres, capítulo II, art.º 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23º e 24.º. Em 30 de Novembro de 1896, o professor Filipe António Jorge informava o Administrador do Concelho de Mafra: «(...) tendo Sua Magestade El Rei permitido a anexação da escola official do sexo masculino d´esta villa á de Sua Escola, como pela administração da Fazenda da Casa Real foi comunicado para o Ministério do Reino, devo informar Vossa Exª(...)» A partir deste ano, a Escola Real de Mafra passou a denominar-se Escola Oficial de Santo André de Mafra.

⁹¹ Num officio dirigido ao Director da Escola Real de Mafra, em 19 de Maio de 1882, dava conta do seguinte teor: «(...) a Commisão Inspector de Exames n´este Concelho encarrega-me de participar a Vossa Excelência para seu conhecimento e devidos effeitos (...) que a casa da Real Escola- por Vossa Excelência obsequiosamente concedida para tal fim- , é o local preferido por ella para os ditos exames, os quaes hão de principiar no primeiro dia do proximo futuro mez de junho, senão occorrer algum inconveniente(...)» A.H.M.M. – *Lv. da Correspondência Expedida, pela Comissão Inspector de Exames do Concelho de Mafra* – n.º 321 – Of. n.º 2.

«(...) apresso-me a communicar a Vossa Exlência que (...) a casa da Escola Real d´esta Villa é,- com acquiescencia do respectivo Director -, o local escolhido por esta Commissão para se realizarem os exames, por isso que possui tudo o que se torna necessario para tal fim.» A.H.M.M. – *Lv. da Correspondência Expedida pela Comissão Inspector de Exames* - 1882 – n.º 321 – Of. n.º 5 - fls. 2 e v.

⁹² Capítulo II, art.º 57.º «Os exames effectuar-se-hão na escola pública da sede do concelho, e quando não haja escola publica alguma nas condições devidas, então se realizarão n´uma sala da camara municipal, da administração do concelho, ou de outro edificio , devendo a sala escolhida ter a conveniente mobília , mappas, livros e tudo quanto for preciso para o acto» Regulamento para Execução das Leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880.

⁹³ A.H.M.M. – *Cop. Of. Expedidos para o Presidente da Câmara Municipal de Mafra pela Junta Escolar* – Lv. 367 - E-27, 1883-1892 – fl.31.

⁹⁴ A.H.M.M. – *Acta das sessões da Comissão Inspector de Exames* – Lv. n.º 271 - fl. 11v-12.

⁹⁵ A.H.M.M. – *Lv. de Recenseamentos Escolares* - ano de 1882 - C. G.1- E-29 / *Lv. de Registo da Correspondência da Comissão Inspector de Exames*– n.º 271, p. 44 / *Lv. de Matrícula da E.R.M* - n.º 712.

⁹⁶ A.H.M.M. – *Lv. Recenseamentos Escolares* – Freguesia de Santo André de Mafra – anos de 1881-1897 – C.G.1/ *Lv. de Termos de Exame da Instrução Primária no Concelho de Mafra* - 1882 - 1885 – n.º. 90-1º, fls.20-21 / *Lv. de Rec. dos E.E. do Concelho* - ano de 1882 – n.º 69 – fl.135.

⁹⁷ *Relatório do Acontecido na Escola Real de Mafra* – ano lectivo de 1863-64, Lisboa, Typographica Franco-Portugueza, p.9.

⁹⁸ A.H.M.M. – *Mapas Estatísticos das Escolas Nocturnas do Concelho de Mafra* – Maço de Instrução – C. P. 6. E-28

⁹⁹ «(...) O ensino do sistema métrico, resultado da imposição do Estado liberal a uma sociedade tradicional, processava-se com maior frequência nas escolas oficiais» (Pereira Dias,2000: 140).